PLURAL

ANO II • JULHO-SETEMBRO•1979
Nº 5 Cr$ 100,00

Fortuna muito vexado explica a piada da capa

E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS?

NESTE NÚMERO
ARTIGAS•CRISTIANO CORDEIRO•L. A. CUNHA•GOLDMAN

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

Leia, no próximo número de PLURAL:

Paulo Cavalcanti — Depoimento

Gregório Bezerra — Entrevista

Miriam Moreira Leite — Produção, consumo e distribuição do livro didática de História

Modesto e Maria Beatriz Florenzano — O professor e o livro didático

Jiro Takahashi — A editoração do livro didático

Maria Laura P. Barbosa Franco — O livro didático a nível de Legislação

Luiz Roncari — Um livro didático: Brasil História

Tarso Bonilha Mazzotti — Uma reflexão sobre o educador Paulo Freire

e outros artigos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

CEMAP_PLURAL_JULHO-SETEMBRO_1979_N-5

PLURAL

REVISTA DE DEBATES

JUL/AGO/SET 1979

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

PLURAL

EDITORAS
Ana Lúcia G. de Faria
Letícia R. Bonato
Sandra M. C. Carvalho

EDITORIA "MULHER"
Solange Padilha

RESPONSÁVEL
Nicodemus Pessoa

ASSESSOR JURÍDICO
José Roberto F. Melhem

COLABORADORES
João Marques de Oliveira
Suely Amaral Mello
Sérgio Arthur Campos
Marta Bezerra
Sérgio Gomes da Silva

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO
Av. Juriti 689/44
São Paulo — SP. — CEP. 04520
Fones: 549-4730 - 853-6933 - 64-0317

CAPA:
cartum: Yosimaro Sakita (Bastos, SP) — premiado no VI Salão Internacional de Humor de Piracicaba (SP/1979)
Colaboração: Coordenadoria de Ação Cultural — Prefeitura do Município de Piracicaba.
projeto gráfico: Jaime Prades
colaboração: Oboré Editorial Ltda.
fotolito: Setacolor Reproduções Gráficas Ltda. — Tel. 272-5278

Registrada no Departamento de Censura da
Polícia Federal sob n.º 1.990-P 209/73.

COMPOSIÇÃO
Linotipia Texto-Graf Ltda.
Rua Guaraciaba, 182 — São Paulo

IMPRESSÃO:
Rumo Gráfica Editora Ltda.
Rua Dr. Horácio da Costa n.º 1-A — São Paulo

PLURAL aceita colaborações mas reserva-se o direito de publicar ou não as matérias enviadas a redação.
Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

ÍNDICE

EDITORIAL ..... página 5

Fortuna
O BRRR!
A capa desta edição segundo Fortuna ..... página 7

ENTREVISTA

Alberto Goldman
O PAPEL HISTÓRICO DO MDB
"O papel político de todos nós é tentar manter esta Frente. Se por acaso houver a extinção do MDB e se constituirem algumas legendas, é fazer o esforço possível para que estas legendas continuem unificadas com o mesmo objetivo." .... página 9

DOCUMENTO

A ANISTIA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS
"Os professores aposentados da USP decidiram não fazer o pedido de reintegração. Decidiram que a punição deve ser suspensa sem a intervenção dos envolvidos. Decidiram resistir e continuar lutando para que a anistia se amplie."
Homenagem da FAU aos professores Artigas, Maitrejean e Mendes da Rocha ..... página 28

DEPOIMENTO

CRISTIANO CORDEIRO
"Socialismo é um Estado sem classes, daí porque ele é antagônico à chamada ditadura do proletariado" ..... página 37

ARTIGOS

Marco Moro
A NOVA POLÍTICA SALARIAL E A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
"A experiência histórica do movimento sindical demonstra que suas vitórias tomam inicialmente a forma de conquistas de fato, para posteriormente se transformarem em de direito." página 46

Pedro Rodrigues
O SINDICALISMO INTERNACIONAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DOS ANOS VINTE
"... um quadro geral das relações entre o movimento operário organizado no Brasil e as diversas "internacionais sindicais" em atividade nos anos vinte." ..... página 49

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Luiz Antônio Cunha
ESBOÇO DE UMA NOVA POLÍTICA PARA O ENSINO DE 2.º GRAU
"... uma nova política para o ensino de 2.º grau, democrática nos objetivos e na forma de elaboração só pode resultar do próprio processo de construção da democracia na qual estão empenhados diferentes segmentos da população brasileira entre os quais os educadores." ..... página 72

Silvio Frank Alem
UM MOVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NA PARAÍBA A GREVE DOS PROFESSORES — MAIO, 1979
"Nossa comunicação trata de um objeto que é duplamente pouco usual enquanto tema de trabalho do historiador, no país: a luta social, urbana e nordestina; a análise do processo histórico — literalmente — contemporâneo." ..... página 83

Maria Lúcia do Couto Diniz
RELATO E REFLEXÃO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA GRUPAL NUM CONJUNTO HABITACIONAL
"O trabalho constitui-se como parte das primeiras tentativas de transformação do papel do psicólogo na sociedade, procurando integrar-se em pesquisas e trabalhos relacionados mais profundamente com as necessidades sociais concretas." página 125

Michel Bosquet
HERBERT MARCUSE, PROFESSOR DE LIBERDADE
"Fizeram de Marcuse o teórico da integração da classe operária, da revolta dos marginais, dos movimentos anti-autoritários, mas ele não era nada disso." ..... página 137

Grupo Nós Mulheres
FEMINISMO: UMA DISCUSSÃO ATUAL
"... a consciência do imperativo de lutarmos contra todas as formas de opressão que sofremos enquanto sexo, o que para nós significa lutar pela transformação radical da sociedade em que vivemos." ..... página 143

REPORTAGEM

Cristina Mucci e Eliane Bertolucci
METALÚRGICAS DE SÃO PAULO E OSASCO: EM BUSCA DA MUDANÇA
"Apesar do machismo e das dificuldades da mulher participar, as novas lideranças femininas e o avanço das lutas operárias nestes últimos dois anos fortaleceram a necessidade de criar congressos de trabalhadoras." ..... página 156

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POESIA

Lea
COM BRAÇO FORTE ..... página 167

RESENHA

Paulo Roberto de Almeida
MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL
(1877-1944), de Edgard Carone .. .. página 137

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

EDITORIAL

COM A PALAVRA:

PAULO PONTES E CHICO BUARQUE

Tolhidos, eles se defendem no moralismo e no preconceito. É compreensível: trabalhando de sol a sol, amassados, ofendidos, sem ter direito aos seus trinta anos, precocemente envelhecidos, meninos sem infância, os pés na lama e os olhos na miragem, eles enfrentam com fúria o desconhecido, procurando alívio para sua impotência. Mais um metro na calçada, mais um mês para pagar a dívida, mais um doce na sacola, mais um quarto no casebre, e que grande povo essa gente faria. Eu sei disso porque, apesar de todo sacrifício, eles ainda encontram espaço na alma para cantar samba. Prestem atenção a estes versos: **aí mergulhei e perguntei ao escafandro se o mar é mais profundo do que o papo do malandro.** Foram eles que escreveram. Não é bonito. (Paulo Pontes "A Grande Familia" Escândalo na Casa 50, 15-8-74).

Gostaria de ter aprendido com Paulo Pontes muito mais do que, em termos práticos, aprendi em trabalho de teatro. O mais importante que aprendi foi exatamente a lutar. E uma luta muito difícil, contra o comodismo. Tem coisas muito fáceis por aí. Há caminhos muito fáceis para tudo: para fazer crítica, para fazer teatro, para fazer música. E estar se preparando, principalmente para os tempos melhores que hão de vir, é uma necessidade, principalmente porque esses tempos vão ser muito difíceis, e quem não estiver preparado vai dançar.

Chico Buarque

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

O BRRR!

FORTUNA

Esse cartum que botaram na capa me deu um arrepio. Isso, um arrepio, o que eu menos esperava que um cartum me comunicasse. Segui pelos corredores de painéis do VI Salão de Humor de Piracicaba, que eu estava de membro do júri e tinha mais desenhos em que votar. Mas meu arrepio deve ter sido geral: aquele cartum foi um dos 10 premiados. (Pelo regulamento, não há 1.º lugar, 2.º lugar etc., como no concurso de fantasias do Municipal ou na Bienal. Esse ítem foi estabelecido pelos próprios humoristas, pessoas com bastante senso do ridículo para não considerar um cartum 10 mil cruzeiros mais engraçado, ou mais satírico, ou mais criativo do que outro, nem irem, daí em diante, rindo cada vez mais baixo.) Bom, vejo agora que o mesmo cartum foi pinçado para a capa de **Plural.** Alguma coisa deve estar acontecendo e eu é que tenho que explicar?

Começa que não tenho instrumental para uma abordagem, nos termos de um crítico de arte. Direi apenas que é um desenho de tratamento realista, com um ligeiro toque caricatural nas figuras. O mais, já será explicar a piada, o que me deixa francamente sem jeito. A situação anedótica — que no caso é trágica — está desenhada com toda a evidência, no cartum. O que me pedem é simplesmente que eu inverta o sábio provérbio chinês de que uma imagem vale por mil palavras. Ô dura vida ocidental de ter que dissertar por escrito sobre um desenho sem palavras!

Mas vamos lá, e só receio que o autor do cartum — de quem nem sei o nome —, não gele com esta desvairada promoção, achando que daqui pra frente só pode produzir obras-primas. Não, isso pinta por obra das conjunções astrológicas, ou sempre que é o momento histórico. Nós, os cartunistas, somos apenas intérpretes de alguma coisa que existe no ar, além dos aviões de carreira.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

É para que ele não se encha todo de si, vou já fazendo um reparo, que na hora nem reparei. A Ana Lúcia, aqui da **Plural,** é quem me chamou a atenção para o detalhe: o contorno das gravatas dos homens, de fato são recortes, através dos quais se vê trechos da paisagem do fundo, que sugere que eles não têm corpo, que são trnsparentes ou fantasmagóricos. Aí o desenhista — na minha opinião, heim! — pecou por excesso, supertrabalhou a idéia original. Exatamente quanto mais concretos os caras fossem, mais ficaria acentuado o absurdo de não deixarem rastros. Proponho que o lance das gravatas seja visto como estamparia, por mera coincidência semelhante à paisagem de fundo, para não embolar o meio do campo.

E aqui volto ao arrepio, que sinto como marca do novo, dentro do humor. É o arrepio que vem da descoberta pelo personagem central de que os homens, aqueles homens, tão um a cara do outro que chegam a ser impessoais, e que o con duzem para a margem da estrada, para o fim dos marginais à força — brrr! — não deixam rastros. É a descoberta do fantástico, que vem do real. É isso, é a súbita revelação desses mistérios, vividos há séculos pelo povo, aqui tão claramente personificado num negro, que nos provoca um arrepio que sobe pela espinha e vai terminar — espero — nos atingindo a consciência.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ENTREVISTA

O PAPEL HISTÓRICO DO MDB *

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN

PLURAL — A quem interessa hoje a reformulação partidária?

GOLDMAN — Uma reformulação partidária quando vem de uma pressão da sociedade no sentido de liberdade real de organização de partidos políticos, sem dúvida interessa a toda sociedade. Não se pode admitir um processo democrático sem que haja uma plena liberdade de organização de todas as correntes políticas. Isto é uma condição fundamental de qualquer processo democrático. A reformulação de que se fala hoje e que vem como uma iniciativa do governo não é liberdade de organização de todas as correntes políticas. Isto é uma condição fundamental de qualquer processo democrático. A reformulação de que se fala hoje e que vem como uma iniciativa do governo não é liberdade de organização partidária pois tem como objetivo manter o mesmo processo de domínio político. Não há de parte do governo, não pderia haver, a proposição de uma reformulação política verdadeira porque a partir daí ele teria provavelmente seus dias contados. A proposta do governo tem como finalidade impedir que este sistema de polarização de forças que se deu no Brasil nestes últimos anos, dê como resultantes nas eleições que vem mais adiante um isolamento maior ainda do governo e uma vitória da oposição. O interesse do governo não é avançar num processo de redemocratização real, mas apenas eliminar o bipartidarismo, que num certo momento da vida nacional serviu para manter o regime e trocá-lo por um sistema pluripartidário cuja finalidade é a mesma, ou seja, manter o regime.

---

* Agradecemos a colaboração de Luis Clauset, Sérgio Gomes, Osmar de Freitas Jr., Gildo Marçal Brandão, na elaboração do roteiro desta entrevista realizada dia 22 de setembro p.p. com o deputado federal pelo MDB, Alberto Goldman.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

PLURAL — Pluripartidário mas limitado, não é?

GOLDMAN — Pluripartidário seria mais de dois, ou seja, um número de partidos que o governo pretende estabelecer a priori, ou pretende estabelecer certas limitações tais que nunca passaria do número que eles querem ter sob controle. Na fase que vivemos hoje, o poder político está nas mãos dos mesmos interesses que predominaram no Brasil nas últimas décadas, com mais intensidade a partir de 1964, ou seja principalmente das multinacionais. Estas procuram manter estratificado o poder evitando uma reformulação mais profunda e a reformulação que o governo pretende está aí para isso.

PLURAL — Qual o porquê da insistência do governo na manutenção de um partido único, de apoio a sua política?

GOLDMAN — A decisão do governo de manter um partido único corresponde à lógica do próprio sistema. O regime continua sendo autoritário procurando manter em suas mãos o poder total, continuando a marginalizar grandes parcelas da população. No máximo o que ele tenta é cooptar setores da elite social. Com isso, o governo como governo autoritário, tenta manter um só partido de apoio. Se fosse apoiado por dois ou três partidos, teria que negociar, teria que compor para poder fazer maioria, coisa comum em todos os países democráticos. Mas isto ele não aceita, ainda é um sistema de predomínio total de alguns interesses estratificados que sabem que no momento em que compuserem, parte do seu poder se dilue. Daí querem um único partido de apoio.

PLURAL — Como você enxerga a luta da parcela mais conseqüente do MDB para a manutenção do partido sendo ao mesmo tempo sua tese maior a convocação da Constituinte e o pluripartidarismo? Não seria contraditório o MDB ter aceito uma Anistia parcial e não aceitar uma reforma partidária parcial?

GOLDMAN — Tem coisas que são parciais e correspondem a um avanço e tem coisas que são parciais e correspondem a um retrocesso. Cada caso tem sua especificidade, devendo ser analisado de per si. Se o fato de construir novos partidos fosse um avanço, deveríamos ser a favor. Ao se conquistar uma anistia parcial obteve-se um pedaço dela; é um avanço e sendo assim não podemos ser contra, termos que ser a favor, entendendo que este avanço pode representar um

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

passo para outros avanços, para que se amplie o campo da oposição. No caso da reformulação partidária, se passar de dois partidos para quatro não condiciona nem um tipo de avanço. Nós estamos exatamente no mesmo sistema impeditivo da liberdade de organização partidária. Neste caso temos duas hipóteses: ou existe a liberdade de organização partidária ou não. Aliás a legislação de hoje não impede que se forme novos partidos. A legislação hoje é pluripartidária. Só que as exigências para que se forme um terceiro ou quarto partido são muito difíceis de serem cumpridas. O que a Emenda Constitucional número 11 fez foi facilitar essas mesmas exigências, mas facilitou pouco, exatamente para que o governo pudesse usar em vez do instrumento bipartidário que lhe serviu até hoje, usar o sistema tri-partidário, quadri, etc. que lhe seria útil para permanecer no poder. A nossa luta fundamental é a liberdade de organização partidária. Nessa luta se prevê também o direito do MDB existir, ou de qualquer partido existir se as forças que o compuserem quiserem se manter. Este é o princípio fundamental, que não é do pluripartidarismo mas da liberdade de organização partidária.

PLURAL — Sendo você um dos primeiros a dar conseqüência a uma proposta de Assembléia Nacional Constituinte com alguns pré-requisitos o que dificultou e impediu que esta bandeira do MDB vingasse?

GOLDMAN — A Constituinte sem dúvida tem muitas implicações. Não é simplesmente a convocação de uma Assembléia mas é na verdade uma mudança total do poder. No momento de sua convocação seria dada a uma parcela de representantes o poder total de determinar toda uma constituição e determinar, portanto, como vai se dar o preenchimento de todos os cargos, de todo poder, como se dará a eleição de Presidente da República, de Governadores, de Prefeitos, como se construirão os partidos políticos. Isto representa uma mudança muito profunda e mais difícil de ser realizada. O que se está sentindo até agora é que embora a oposição se unifique claramente na luta contra o regime que está aí, ela não tem ainda uma clareza, não tem se estruturado, se organizado no sentido da conquista da Assembléia Nacional Constituinte. Existem outros tipos de dificuldades; a convocação de uma Constituinte hoje, significa eliminar o Congresso Nacional, é o término do mandato daqueles que estão no Congresso hoje. E evidentemente existe uma reação a isso, não são todos os

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

setores de oposição que estão dispostos a entregar os mandatos e convocar Assembléia de imediato. Se bem que eu acredito que na medida que se aproxime o término de parte dos mandatos em 82, vai crescer a possibilidade de se lutar por ela.

PLURAL — Hoje seriam poucos os interessados na Assembléia Nacional Constituinte?

GOLDMAN — Eu diria que não são muitos os que têm clara consciência da necessidade desta reformulação. Mas o fato principal é que a tese da Constituinte não ganhou as amplas massas. Não há uma pressão real efetiva da sociedade para sua conquista. Se há em outros setores, se conseguimos avançar no sentido de quebrar a política salarial e de ganhar na prática o direito de greve, o direito a livre expressão e parcialmente a anistia. Mas, na realidade para a Assembléia Nacional Constituinte não se conseguiu formar um movimento de opinião suficiente para que se exerça uma pressão.

PLURAL — No mometo, além da dificuldade em relação aos mandatos dos parlamentares quais seriam os outros pré-requisitos para a Convocação da Assembléia?

GOLDMAN — Eu acho que existe realmente uma série de pré-requisitos. Não teria cabimento se pensar hoje na sua convocação diante de toda a situação política que estamos vivendo. Claro que não seria cabível sua convocação com a existência destes dois partidos que existem hoje ou com os três ou quatro partidos que o governo pretende constituir. Porque a Assembléia Nacional Constituinte pressupõe uma liberdade de organização partidária, os partidos deveriam estar livremente atuando, se organizando, podendo competir dentro de uma eleição para a Constituinte, para que esta fosse efetivamente representativa da nação. A eliminação de atos de exceção ou de vários instrumentos de exceção que ainda permanecem também é fundamental. Não se pode admitir por exemplo, que se procure uma vida política normal com a Lei de Segurança Nacional que temos aí, que é dos resultados mais violentos da ditadura destes anos todos e que está mantida, podendo pôr na cadeia qualquer um que pretenda constituir partidos políticos que não sejam do agrado do governo. E toda a legislação que está aí tem que ser reformulada antes que se atinja a convocação da Constituinte.

PLURAL — De quem é esta responsabilidade?

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

GOLDMAN — O que tenho dito inclusive no plenário do Congresso é de que o papel deste Congresso é remover o entulho que seriam todos os atos, leis e normas de exceção que estamos vivendo. É abrir caminho possibilitando que a nação seja chamada democraticamente para resolver de forma soberana, através da Constituinte, seus destinos. O Congresso de hoje tem este papel. Retomar alguns dos poderes do Congresso, por exemplo. Eliminar a legislação de exceção, permitir a liberdade de organização partidária — já tem hoje uma emenda tramitando no Congresso. Feito isso, eliminadas algumas leis draconianas, pelo menos amainadas, de forma que a convocação da Constituinte pudesse representar a nação, aí teremos as condições para que ela seja convocada.

PLURAL — Parece que a palavra de ordem. "Conquistar as liberdades Democráticas" foi meio esquecida. Parece que algumas pessoas consideram que a ditadura já acabou. Como você vê isto?

GOLDMAN — Aí é uma análise de conjuntura que varia de uns para outros. Eu entendo que nós estamos começando uma fase de transição, mas o regime ainda é o mesmo dos últimos 15 anos. O poder político é o mesmo. Os interesses que representa ainda são os das multinacionais. É claro que a forma mudou porque não se pode mais dominar a sociedade como antes. Como o governo perdeu parte de seu apoio social, perdeu portanto apoio político, base política, então sentiu que não era possível se manter da mesma maneira. Era necessária uma mudança de forma para que se pudesse manter o conteúdo que está mantido. A abertura não é abertura democrática mas sim da ditadura para que ela seja mantida. Temos que compreender que estamos no início de um processo de transição onde o que está sendo determinante é a ação das forças sociais, o apoio que toda sociedade dá às forças de oposição, o fortalecimento desta oposição. É isto que está permitindo certas conquistas mas o regime continua o mesmo. Não podemos agir como se isto fosse diferente.

PLURAL — O regime não concede por motu-próprio mas está sendo forçado pela ação das forças sociais. A oposição é que se aproveita da abertura.

GOLDMAN — Não há uma concessão, há uma necessidade deles de ampliar sua base social. O motor de tudo isso são

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

as forças da sociedade. É a partir da crise econômica, a partir de 1973, que as forças sociais se movimentando em função disto e forçando certas conquistas e o governo para não perder toda base social, para não se manter simplesmente pela força das armas, mas para poder ganhar certo apoio social é obrigado a conceder. Nós entramos nesta concessão, nós a aproveitamos e estamos empurrando. O regime no seu fundamental se mantém e é por isso que a Frente de Oposições deve ser mantida. E esta frente da qual o MDB é parte, e é parte importante, parte fundamental, é um instrumento a ser mantido exatamente porque seu papel histórico, que é o papel de derrota da ditadura, de levar a democratização da sociedade não foi atingido. Temos então que fazer todo esforço para manter esta frente, porque ela se enraizou no povo, ela não pode ser destruída hoje para ser construída amanhã. O processo de credibilidade do MDB, o processo de transformação do MDB num quase partido se deu em 15 anos de vida. Não se faz isto de um dia para o outro. Nunca existiu um partido nacional enraizado em todos lugares do país como é o MDB, como é esta frente de oposições. Ele nasceu em 1965 com a extinção dos partidos políticos, em 1966 já houve eleições ele teve um resultado razoável, mas depois houve as cassações de 1969 e em 70 ele era um partidinho de nada, muito pequeno.

PLURAL — Mas quando foi dada a palavra de ordem de apoio ao MDB?

GOLDMAN — Eu já apoiei o MDB em 1966, 68, 70, 72, 74.

PLURAL — Mas ainda havia o voto nulo, não?

GOLDMAN — Muitos votavam nulo, mas a campanha de 66 já foi boa. Depois em 68, com o AI-5, a situação ficou mais difícil. Em 70 foi uma eleição muito difícil. Ela se deu debaixo da violência, do terrorismo oficial, prisões para todo lado; fizemos campanha com carros da polícia acompanhando. Mas o MDB se enraizou neste período todo. Hoje você pergunta a um homem do povo: De que partido você é? A grande maioria responde que é do partido do MDB. Você poderia perguntar aqui em São Paulo há 20 anos atrás a mesma coisa e ninguém era de nenhum partido, nem PTB, nem UDN. No máximo o sujeito dizia: Sou Adhemarista ou Sou Janista. Esta frente se enraizou, cresceu e hoje é uma força política respeitável e que o Governo é obrigado a considerar. E é porisso que ele quer

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

fazer o sistema de reformulação partidária para na realidade quebrar a oposição. A finalidade tática do governo é esta.

PLURAL — Esta ênfase que tem sido dada à reformulação partidária não serve também aos propósitos do governo de concentrar os esforços da oposição nesta direção, evitando assim uma interferência em outros assuntos da política econômica? A oposição tem se caracterizado pela preocupação com este assunto nos últimos meses, desviando-se do debate de outros de igual importância. Como você vê isto?

GOLDMAN — Eu não digo que o governo jogou a questão da reformulação partidária para esconder outros problemas. Ela está realmente no centro das preocupações. É uma questão de vida ou de morte. A manutenção da bipolarização de forças em situação e oposição, tem para eles o prazo contado. O governo não tem mais condições de sustentar uma eleição nem para o ano que vem, em 80, nem em 82, a não ser que comecem a inventar que os deputados federais também sejam fabricados em gabinete. É muito difícil que eles façam isso, que radicalizem posições, fechando o sistema todo. Eu não acho que isto tenha sido para esconder outros fatores, mas acho que realmente a oposição tem incorrido num erro tático na medida em que ela tem se batido, discutido muito em torno de reformulação partidária, principalmente no primeiro semestre do ano quando a questão não estava colocada e não se tinha os dados para tal. Então, ao invés de procurar aprofundar alguns temas econômicos, sociais e levar mais adiante essas lutas que ajudariam a inviabilizar as tentativas do governo de reformulação artificial, ficou só aceitando esta tese como um fatalismo histórico. Muitas correntes políticas, inclusive respeitáveis da oposição, diziam que a extinção do MDB era um fato inevitável. Partindo disto, começaram a articular novos partidos. Não sou sociólogo para dizer isso mas acho esta visão profundamente errada: considerar um fato político que vai ocorrer mais adiante como um fato fatal. Não acredito neste fatalismo. Aceitá-lo é desmobilizar a ação, impedir que a gente lute para evitar determinado acontecimento. Acho que a participação humana tem este poder e tem até a obrigação de tentar evitar isto. Alguns, por exemplo, dando como certo de que o governo aceitaria a tese de ficar com partidos minoritários e que isto portanto daria a chance para a criação de vários partidos e iria haver um grande avanço. O que está demonstrado hoje é que não é bem assim. Mas se perdeu muito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tempo em torno disso e se deixou de levantar as questões fundamentais, como por exemplo a movimentação social do primeiro semestre, a questão sindical, a própria questão econômica do processo inflacionário, foram quase esquecidas devido a esse reboliço que se deu em torno da reformulação partidário e que está se dando agora. Mas eu admito que este momento é de fazer o reboliço. Porque agora está claro, a menos de 30 dias, uma proposta governamental de reformulação partidária. Agora é o momento apropriado para se lutar contra a extinção e de colocar a nossa posição a respeito da plena liberdade de organização partidária como forma de colocar realmente o governo na parede, de desnudar o governo. Ele diz que nós queremos o monopólio da oposição. Não, não queremos. Queremos a transformação de verdade. Se for liberdade de reformulação partidária estamos de acordo.

PLURAL — Você se referiu ao papel das forças sociais na redemocratização do país, portanto somente a luta parlamentar não será suficiente para se conquistar esta meta. Gostaríamos que você explicitasse melhor o papel do MDB no cumprimento de seu papel histórico frente a outras associações que lutam também pela redemocratização.

GOLDMAN — É evidente que a luta parlamentar é uma conseqüência de uma luta de todos os setores da sociedade. Ela deve representar num plano político mais geral das instituições nacionais, o avanço das massas. Deve representar as novas correlações de força que vão se dando no plano da sociedade e não o contrário. A luta parlamentar tem um papel importante na medida em que possa representar um veículo de expressão dos interesses da população e na medida em que possa tentar transformar em realidades institucionais a nova realidade social que a cada dia está se colocando na sociedade. Será que é uma lei do Parlamento que vai conquistar o direito de greve, será que ele tem força para isso? Será que algum parlamentar poderá propor a extinção da lei que regulamentou a greve, fazendo com que o direito de greve seja plenamente livre e não seja sequer regulamentado, o que seria o correto? Direito de greve não tem que ser regulamentado, é um direito natural, é um direito do homem de vender sua força de trabalho ou não, é um direito dele pessoal. Seria suficiente que o parlamento tomasse esta atitude? Evidentemente não. Nem teria força para isso. Mas quem vai conquistar efetivamente o direito de greve vão ser os próprios trabalhadores que

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

vão exercer este direito, que o estão conquistando na prática. O que o parlamento vai fazer é transformar esta realidade social numa instituição duradoura. Por exemplo: a questão da autonomia sindical — não existe hoje esta autonomia, pois os sindicatos são atrelados. Mas os sindicatos e os trabalhadores estão lutando para romper esta relação com os ministérios, para tornarem-se efetivamente independentes do poder estatal. Isto vai se dar de que forma? Pela luta dos trabalhadores e depois se configurar numa legislação no parlamento. O parlamento tem um papel ao lado dos movimentos sociais. A ligação do trabalho parlamentar com a luta das massas — sejam clubes de bairro, ou organizações sindicais — é fundamental para dar substância para este trabalho.

PLURAL — O MDB já fez alguma pesquisa de opinião — independentemente do resultado das eleições — para saber melhor o que ele representa hoje? Se tem ou não um apoio popular?

GOLDMAN — Nós estamos vivendo ainda, no plano da organização partidária no Brasil, os primórdios de uma organização de uma vida democrática. Nós nunca tivemos partidos efetivamente no Brasil. Diretórios partidários pelo menos eu nunca ouvi dizer.

PLURAL — Na época da Constituinte, pelo menos os historiadores citam, o único partido enraizado nas bases era o Partido Comunista Brasileiro.

GOLDMAN — Tirando o PCB em 1945-46, quando na abertura ele foi para a legalidade e devem ter se constituído diretórios e outros tipos de organizações no conjunto dos partidos políticos, isto não existiu. Não existiam bases partidárias. E no próprio MDB, nunca existiu, a não ser a partir de um tempo para cá quando começam a se formar estas organizações, esses embriões. Mas nós temos uma vida partidária muito débil. Não temos nenhuma tradição de vida partidária. O que o MDB é para o povo, é muito mais um símbolo do que um partido, com bases estruturadas, trabalhando lá no seio do povo, etc. Como o povo lutou contra o regime, lutou contra a ditadura, pela melhoria de sua condição de vida e sentiu no MDB a possibilidade de representá-lo. Então é neste sentido que o povo diz que é do partido do MDB, muito mais no sentido eleitoral do que no sentido do dia a dia.

PLURAL — Qual deve ser então o trabalho nos diretórios?

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

GOLDMAN — O que eu acho importante é que na medida em que o partido começa a se organizar nos seus diretórios, estruturar-se nas suas bases, comece também a fazer a ligação entre os interesses locais da população com as questões políticas. Cabe ao partido político representar no plano político, as reivindicações específicas da população, do bairro, da cidade, da fábrica, etc. Ou seja não se resolve a questão do bairro sem resolver a questão política fundamental. Não se pode ficar só no econômico pois este papel cabe às organizações de bairro, cabe às sociedades de lutas específicas. O partido não pode substituir estas organizações mas deve estar ligado a elas para poder levar além da visão puramente economicista do problema, a visão política.

PLURAL — O que não tem sido feito, não é?

GOLDMAN — Isto porque estamos vivendo o início da vida política. O MDB começou a querer se transformar num partido político agora.

PLURAL — O que significa o MDB transformar-se num partido político de verdade?

GOLDMAN — A questão do MDB ser um partido político de verdade é um pouco complicada. No sentido clássico do partido político o que ele representa? Por exemplo: o Partido Trabalhista inglês se formou como representante das Trade-Unions, foi criado em função do apoio sindical, que é mais ou menos o que tentam fazer hoje alguns líderes sindicais com a tese do PT. Outros partidos se formaram em cima de simples associações, e outros se formaram em cima de ideologias. Hoje nós temos na realidade partidos de vários tipos em vários países do mundo. O que predomina fundamentalmente são as ideologias. Aos poucos os partidos vão se tornar partidos com idéias, em relação ao que pensam sobre a sociedade em que vivem e sobre como esta sociedade deve se transformar. Partidos que pretendem assumir o poder sempre terão um programa de transformação da sociedade. Já, dar ao MDB este tipo de conotação eu acho um pouco difícil, é forçar a barra.

PLURAL — E será dada alguma vez?

GOLDMAN — Não sei. É umo questão difícil. Eu prefiro ainda dizer que ele se tornou um partido não no sentido de ter clareza de um programa ao assumir o poder. Ele se tornou um partido porque para a maioria da população brasileira é aque-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

le que defende suas reivindicações. Passou a representar uma legenda, um partido puramente popular. Do ponto de vista mais real do termo partido político ele não é um partido político e não poderá se transformar, pois é uma frente muito ampla, muito heterogênea de forças sociais, interesses, ideologias que tem como objetivo que unifica: a conquista da democracia. No momento em que conquistar a plena liberdade de organização partidária, evidentemente não vai haver força que mantenha todos os setores da oposição no mesmo partido, vão se dividir e é provável que a partir daí estes novos partidos políticos façam coligações entre si para enfrentar as questões que vão sendo colocadas dentro da sociedade.

PLURAL — A aspiração de democracia varia de acordo com cada força, representantes e sedimentos da sociedade. A democracia para um operário, a necessária e ideal para um operário vem a ser muito diferente daquela para um empresário. Então, qual a democracia possível de ser conquistada com esse espectro todo de frente que se tem do MDB? E então o MDB teria cumprido sua função histórica?

GOLDMAN — Não se vai nunca definir com exatidão qual é esta democracia que pode ser conquistada pelo MDB. Se para o trabalhador interessa uma democracia onde o direito de greve esteja plenamente assegurado, não há dúvida que não é assim para o empresário. O que ele pode hoje, como nos países capitalistas mais desenvolvidos, é aceitar este fato não porque ele goste ou porque seja do seu interesse mas porque é uma conquista que a classe operária já transformou em realidade. Passou então a ser uma instituição o direito de greve na Itália, na França. Passou a ser uma instituição do regime capitalista que aceita, não por interesses do capital mas porque é uma conquista dos trabalhadores. Por exemplo, uma jornada de 8 horas, não é o interesse do empresário, mas é uma instituição já conquistada dentro do regime capitalista. Eu entendo que este limite é muito difícil de estabelecer. Hoje, o que unifica amplamente esta frente é o combate a um regime que marginaliza amplos setores da sociedades, que vão desde trabalhadores da cidade e do campo até setores do empresariado nacional. Uns, porque não conseguem ter acesso a comida; outros, porque não conseguem ter acesso a pedaços do poder com a distribuição dos recursos que o poder pode lhes dar.

São interesses diversos, mas para que eles possam, tanto uns quanto outros, atuar livremente é preciso que haja algumas

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

conquistas, algum avanço. Por exemplo: é preciso que esses setores empresariais possam organizar seus "lobbies" de pressão, seus partidos políticos para que tenham condições de pressionar o poder. Coisa que no regime ditatorial que nós vivemos nestes últimos anos ficou restrito a um pequeno grupo de interesses principalmente multinacionais que passaram a predominar. Se bem que os interesses sejam absolutamente diversos, eles têm algo em comum.

PLURAL — Mas um partido não teria que ter propostas à frente dos movimentos sociais, afinal de contas?

GOLDMAN — É. Um partido, sim. Por isso mesmo que eu disse que é complicada a colocação do MDB como um partido político no sentido...

PLURAL — Mas a anistia foi uma proposta à frente, não foi?

GOLDMAN — Não, a anistia foi uma proposta de derrota da ditadura, não é uma proposta que modifica a estrutura econômica da sociedade.

PLURAL — Em termos de movimentação houve todo um trabalho para ganhar o apoio da população, pois a anistia não é uma palavra de ordem que serve para todas as pessoas. Você concorda com isso?

GOLDMAN — Concordo, mas é uma das palavras de ordem necessárias para a conquista das liberdades que interessam a todos os setores da população. Quer dizer, é um avanço no sentido da derrota do regime, da ditadura. E da possibilidade de os diversos segmentos passarem, a partir da derrota deste regime, a se expressar. Hoje existem amplos setores, tanto e trabalhadores quanto empresariais, que não têm a possibilidade real de se expressarem. Os setores empresariais querem partidos, está aí o Setubal, o Paulo Egídio com uma proposta clara de ter um partido político para expressar seus interesses e ganhar parcelas do poder. Coisa que no regime ditatorial lhes é impossível fazer.

PLURAL — Mas o MDB não deveria ganhar esses indivíduos, os liberais, para a Frente?

GOLDMAN — É muito difícil incluir no MDB todos os setores da sociedade. Só mesmo numa situação altamente radicalizada como no caso da Nicarágua é que você poderia chegar a isto. Lá, a Frente Sandinista vai desde os setores políticos mais radicais da sociedade até representantes da Federação

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

das Indústrias. Mas isto se dá porque a ditadura é tão ferrenha, tão violenta, tão sanguinária, tão estreita que conseguiu englobar tudo dentro da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Tinha desde trabalhadores pegando em armas até empresários.

PLURAL — Mas não fica contraditório com o que você falou antes? Em termos de Frente esse pessoal tem interesses que se opõem aos interesses das multinacionais.

GOLDMAN — O que eu digo é que é difícil o MDB expressar toda a oposição nacional. Você vai ter sempre setores que ficaram de fora. Hoje, se o Paulo Egídio, o Setúbal representam um setor que se opõe ao regime, por outro lado eles não têm campo para se expressar dentro do MDB.

PLURAL — Se opõem ao regime, embora representem interesses altamente previlegiados no próprio sistema, isto é, o capital financeiro.

GOLDMAN — Ainda assim, eles têm interesse em ter uma representação própria, uma expressão própria. Quais eram os interesses comuns da Frente Sandinista? Era apenas a derrubada do Somoza, a derrubada do regime. No fundo, os interesses comuns do MDB são a derrota do regime e isso unifica diversos setores. Se bem que os interesses democráticos de cada setor sejam diferentes. Quem vai definir depois os avanços vai ser a força de cada setor dentro da Frente. Se os trabalhadores tiverem peso específico, mais importante dentro da Frente, vão fazer avançar o processo.

PLURAL — O que você achou do pronunciamento do Lula no Recife? (Não apoio à Frente e da necessidade do trabalhador ter o seu Partido)

GOLDMAN — Não é que o trabalhador não tenha seu partido. O regime impede que haja um partido que represente os interesses da classe trabalhadora. É plenamente justificável que se lute para que haja isso. E que se lute para que haja justamente a liberdade de organização partidária. Partidos que representem os trabalhadores existem, não existem legalmente, mas existem.

PLURAL — Partidos que pretendem representar os trabalhadores, não é?

GOLDMAN — Certo, que pretendem representar os trabalhadores ou que tenham no seu bojo ideologias que pretendem representar os interesses da classe trabalhadora.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Não é só um que existe, existem vários com este programa. O que se trata não é de se formar um partido dos trabalhadores, já que eles existem, mas dar liberdade de organização partidária, ou seja, a legalização de todos os partidos que existem hoje clandestinamente e organização de outros.

PLURAL — Não sei se é muita ingenuidade, mas não fica muito clara a tentativa do governo de dividir a oposição? Não está óbvia a necessidade da união da oposição? O que pensam disso os autênticos?

GOLDMAN — Eu diria o seguinte: nem os ditos autênticos têm posição homogênea, nem os ditos moderados têm. Entre os autênticos existem muitos plenamente conscientes da necessidade de manter a unidade da oposição, digo **ditos** autênticos porque quem dá este rótulo é a imprensa. Por outro lado, alguns deles acham que a oposição deve se fragmentar, que já é momento de explicitar posições e correntes ideológicas partindo de um dado falso de conjuntura de que a ditadura já acabou. Da mesma forma existem os moderados que acham que devem manter a frente, e outros que acham que já acabou a ditadura e que o negócio agora é procurar composição com o governo que seria a forma de avançar.

PLURAL — Alguns setores, exatamente os mais intelectualizados procuram traçar um paralelo ou aproveitar algumas semelhanças com o processo de redemocratização da Espanha. Você teria alguma apreciação a fazer a este respeito?

GOLDMAN — A gente pode achar sempre algumas semelhanças, mas eu acho que querer identificar isso é realmente muito difícil. Eu acho que a semelhança que se poderia localizar é o seguinte: o processo de transição para a democracia no Brasil é um processo que me parece contínuo, sem grandes saltos. Na Espanha este processo se deu sob a direção de elementos que vinham do próprio regime franquista e que foram os avalistas da própria transformação. A transição não foi violenta. Ela vem se dando, provavelmente não chegou ao seu fim ainda, num processo de transição sem grandes saltos. Esta é a realidade, estou apenas constatando. Neste sentido eu vejo algumas semelhanças com o processo que começa a se dar aqui. Não vejo condições para grandes saltos, vejo condições para se trabalhar na base de pressões que vêm das massas. Mas também são situações diferentes: a classe operária espanhola tem um nível bem maior de consciência, de tradição de luta, que se deu durante todo o governo franquista, do que a organização da classe operária no Brasil. No Brasil,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

em plano geral, também há uma diferença muito grande. Por exemplo, temos o ABC onde se faz uma greve e se recua no momento em que se acha necessário, demonstrando portanto, uma organização muito grande e temos também quebra-quebra no Maranhão, numa situação simplesmente de explosão social. A pressão da classe operária ainda não é suficiente para que atinjamos rapidamente, como se atingiu na Espanha, o regime democrático.

PLURAL — Já que você falou em quebra-quebra; como você vê a greve dos bancários, ou greves dos trombadinhas, como foi chamada?

GOLDMAN — Ficou claro que da grande massa dos bancários, dos profissionais realmente, poucos entraram na greve e julgaram pelo menos que ela não era possível, cabível no momento. Ficou claro pela inexistência da greve realmente nos bancos. Foi uma greve movimentada por alguns setores da ala dos bancários mais mobilizados, mais organizados que conseguiram impor numa assembléia esta decisão, numa evidente agressão ao interesse e à vontade da grande maioria. Isto deu com que a greve não fosse greve nenhuma. O fato de você ter dezenas e centenas de pivetes e trombadinhas e garotos participando do processo mostra que houve uma realidade de fome, de miséria e foi o caldo de cultura que deu no quebra-quebra. Mas eu não tenho dúvida que dentro disto existiram interesses daqueles que não querem que o processo de transição caminhe para o regime democrático. Que houve participação provada e interesses contrários a qualquer processo de abertura, dentro dela, houve. Um exemplo é a declaração do comandante do Segundo Exército que só demonstra miopia ou interesses outros que possam existir nisso. Ele acusou os movimentos de esquerda como responsáveis.

PURAL — Especificamente o PCB?

GOLDMAN — É, como responsáveis pelo quebra-quebra, quando é evidente que os setores de esquerda têm interesses em que não haja nenhum tipo de justificativa, de desculpa para um possível retrocesso. Quem estava lá dentro e partiu para o quebra-quebra, quem insuflou isto daqui foram setores da direita, nunca da esquerda.

PLURAL — O que você acha da chegada dos exilados?

GOLDMAN — A sua chegada é um fato auspicioso e só pode contribuir para que os diversos setores da oposição se

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

aglutinem e avancem. É claro que isto traz elementos complicadores, traz vaidades, traz ambições, traz sentimentos, dores de dez ou quinze anos incrustradas no âmago de cada um. Mas, à medida que o pessoal comece a se encontrar com a realidade nacional e a vivê-la, todos eles vão ser homens como somos todos nós hoje. A volta deles faz parte do processo de forçar a abertura e vai ser um dado importante, se bem que não é decisivo. Existem as condições objetivas e reais que a gente não modifica de um dia para o outro; a volta deles pode ajudar, principalmente do ponto de vista subjetivo, de organização, pode fazer apressar um pouco mais o processo. Acho que a volta deles não é uma transformação qualitativa da coisa, pois a realidade objetiva continua como ela é, como ela está. O nível de consciência, o nível de organização não se transforma de um dia para o outro.

PLURAL — O que você acha da legalização do Partido Comunista Brasileiro?

GOLDMAN — Como o princípio de defesa tem que ser liberdade de organização partidária, aqueles partidos que não existem ainda terão que ter liberdade para se organizar e aqueles que já existem simplesmente serem legalizados. A legalização de todos os partidos é uma norma em um regime democrático. Não se pode falar em regime democrático quando existem proibições a um ou outro partido político. O único que pode estabelecer proibições é o próprio povo. É ele que vai dizer, no processo eleitoral, se este partido vai existir ou não. Se tiver votos e possibilidade de eleger representantes, ele tem que existir, porque é uma vontade de uma parcela da população. Isso é democracia.

PLURAL — Como é que fica a Lei de Segurança Nacional?

GOLDMAN — Ela tem que ser transformada. Enquanto ela subsistir, dificilmente vai se poder falar em liberdade de organização partidária, a não ser que se consiga fazer o que se está conseguindo com o direito de greve.

PLURAL — Seja no caso da manutenção do MDB, seja no caso da existência do pluripartidarismo, como a oposição deve (ou não) procurar conciliar a sua unidade com a inevitável explicitação de suas diferentes correntes?

GOLDMAN — Estas diferentes correntes não têm ainda como se explicitar. No momento em que puderem se explicitar, ou seja, que puderem fazer seus partidos políticos, o MDB não vai existir mais. No momento se mantém a unidade

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

do MDB em torno destes princípios básicos de liberdades democráticas, mas sem a possibilidade real da explicitação das diversas correntes.

PLURAL — O MDB, há alguns anos, chegou a imprimir uma cartilha destinada aos seus prefeitos. O tipo de administração que se propunha ali foi seguido? Na corrida pelas verbas estaduais e federais, como se comportam — ou deveriam se comportar — os prefeitos do MDB? Esses prefeitos poderiam, por exemplo, explicar para a comunidade que a Prefeitura não tem verbas porque ele é da oposição e, em troca, propor ações comunitárias e outras formas alternativas de administração?

GOLDMAN — Na verdade não existiu uma cartilha, existia a opinião de alguns que imprimiram de como deve ser uma prefeitura do MDB e tal. É natural que o sujeito que vem da oposição tenha uma preocupação social maior pelo fato de se opor a um regime que socialmente marginalizou a grande maioria do povo. Não existe um programa para este indivíduo e, quando ele vai para a prefeitura, sofre uma pressão governamental muito grande. Na medida em que o regime é centralizado, não é só centralizado politicamente mas o é, inclusive, nas rédeas de todo poder econômico. Tudo o que se pretende fazer numa cidade depende do poder federal e estadual, seja saneamento básico, água, esgoto, saúde, educação. Em todas as áreas ele está dependente pois seus recursos são muito pequenos. O que ele deve — e aí há diferenças na atuação de cada um — é se apoiar nos recursos que tem dentro da comunidade para investir nos setores mais carentes, pois se ele ficar na dependência do governo estadual e federal, vai ficar politicamente dominado por eles e não tem condição de independência política. E nós estamos sentindo aí vários prefeitos absolutamente dominados pelo governo estadual e federal em função de planos mirabolantes. Por exemplo: o governo estadual promete dar dez mil casas, o prefeito está todo eufórico, mas para fazer estas dez mil casas ele tem que estar integrado politicamente com o governo estadual, como se estas dez mil casas pudessem ser a solução do problema habitacional do seu município. Um município que cresce a 10% ao ano, não vai ser com estas casas, em quatro anos de mandato, que vai resolver o problema habitacional de seu município. Pode ser uma questão eleitoral, mas não resolve o problema, e nem vai construir as dez mil casas, é tudo ilusão. O governo não faz isso. Mas isso leva alguns prefeitos a se entregarem totalmente ao governo estadual. Cabe a um pre-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

feito da oposição arrumar o máximo de recursos, estaduais e federais, mas manter sua independência política e trabalhar e orientar bem os poucos recursos que tem. Se ele soube fazer isso, vai realizar uma administração razoável.

PLURAL — Você tem conhecimento de alguma gestão municipal que poderia se tomar como exemplo de modelo administrativo?

GOLDMAN — Como modelo mesmo é muito difícil. Existem gestões que têm demonstrado poder manter uma independência política e estão preocupadas fundamentalmente com os fatores mais carentes da população. Existem algumas gestões que são caracterizadas por isso. Vou dar alguns exemplos que conheço. Osasco é uma gestão, num certo aspecto, com uma preocupação social e com uma administração bastante independente do governo estadual e federal. É a administração do prefeito Guaçu Piteri. Foram elaborados alguns planos de calçamento, de asfaltamento de rua, necessidades básicas da população periférica, com instrumentos da Prefeitura e com instrumentos da própria população, procurando não fazer coisas mirabolantes, procurando fazer não talvez um asfaltamento como na cidade de S. Paulo, mas um asfaltamento razoável para a população, aquilo que ela tem mais necessidade, fazer suas guias e sarjetas e um asfalto primário que resolva o problema. Estes planos têm dado certo. Isto num aspecto só. Existem outras prefeituras com a mesma preocupação que têm mantido sua independência em relação ao governo estadual. A Prefeitura de Piracicaba também é um dos casos. Conheço apenas detalhes das coisas que são feitas lá. São João da Boa Vista também tem agido de forma independente politicamente. Lins é outro caso. A própria Prefeitura de São Bernardo. Americana também. São Bernardo é um caso mais fácil devido à grande arrecadação que tem, pode portanto não ser o melhor exemplo mas tem mantido uma postura independente. O difícil mesmo são as pequenas Prefeituras do interior. Estas sofrem muito e muitas se entregam de corpo e alma à administração estadual, em troca de algumas ambulâncias, alguns favores.

PLURAL — Como você vê o papel da oposição no Brasil?

GOLDMAN — O papel da oposição no Brasil, usando de todas suas formas, MDB, igreja, sindicatos, associações de bairro, adquiriu hoje um peso ponderável nas decisões. Hoje o governo não tem como tomar decisões sem levar em conta o que acontece na oposição. O que é preciso é manter, fazer

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

todo esforço, não só para manter a unidade do MDB mas, muito mais amplo do que isso, a unidade de todas as oposições. Isso pode incluir até setores da ARENA em termos de partido político. Nós vimos no caso da votação da emenda da Anistia, tivemos um bom número de votos que se agregaram ao MDB, alguns deles se abstiveram de votar em termos dos deputados da ARENA e isso mostra que a própria oposição é muito mais ampla do que o MDB. Manter a unidade disso tudo para conseguir forçar a abertura realmente do processo de redemocratização do país, eu acho o papel fundamental hoje. Se o governo conseguir fazer vingar o que está tentando, de que o regime não é mais uma ditadura, o regime não é mais de exceção, que o regime já está permitindo debates democráticos, que pode fazer partidos à vontade, que a oposição não precisa se manter unida, sem dúvida vão ganhar um certo fôlego, um certo tempo. O papel político de todos nós é tentar manter esta Frente. Não digo só MDB, mas a Frente. E se por acaso houver neste processo a extinção do MDB, e a partir da extinção se constituírem algumas legendas, é fazer o esforço possível para que estas legendas continuem unificadas com o mesmo objetivo. Acho que isso talvez seja mais difícil mas vai ter que ser o objetivo da gente, para que o processo avance. Porque esta transição que se dá no país não me parece que seja uma transição repentina e revolucionária, mas vai ser uma transição em que o processo se dá na base das amplas forças da sociedade, pressionando com todos seus instrumentos, pressionando o regime e este abrindo cada vez mais, recuando e cada vez mais a oposição ocupando seus espaços. Parece-me que este seja o caminho dos próximos três, quatro anos. Todas as associações têm que ter clareza que uma coisa é o debate partidário e outra coisa é sua unidade. Não se pode misturar as duas coisas porque senão elas arrebentam. Se no sindicato o debate partidário for levado a fundo, procurando fazer com que eles se dividam em correntes partidárias, o sindicato se arrebenta e sem dúvida o poder de barganha, de luta da classe operária vai diminuir. O caso da Igreja é idêntico e o caso de outras agremiações quaisquer é a mesma coisa. O debate político-partidário vai ter que se dar no seio de todas estas organizações de massa mas com a plena consciência de que a unidade destes setores é fundamental. Porque, independentemente das correntes políticas, eles têm que existir. Os partidos políticos vão ter seus elementos também lá dentro. Mas se dividirmos o sindicato, por exemplo em socialista, comunista, cristão, o diabo, sem dúvida a força do movimento operário vai ser destruída.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

DOCUMENTO

A ANISTIA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Em abril de 1969, a Universidade Brasileira ficava privada de muitos de seus professores por força de um ato do governo que os aposentava compulsoriamente e os desligava do serviço público. Com as "cassações" dos mandatos parlamentares, este ano, com base no AI-5, não garantia a nenhum dos punidos o direito de defesa e, no caso dos professores e cientistas trazia ainda uma característica muito especial: constituía-se numa condenação perpétua, já que se tratava de desligá-los definitivamente da atividade profissional.

A anistia parcial, recentemente aprovada, permite a reintegração dos funcionários e professores punidos. Porém, para que isto se efetive, prevê a lei que professores, cientistas, militares, funcionários, etc. formulem um pedido para os órgãos competentes, que estudarão cada caso respondendo à solicitação.

Os professores aposentados da Universidade de São Paulo decidiram não fazer este pedido. Decidiram que a punição deve ser suspensa sem a intervenção dos envolvidos. Decidiram resistir e continuar lutando para que a anistia se amplie.

Alunos e professores das diversas unidades, através de suas entidades (ADUSP, grêmios e diretórios) resolveram reivindicar, junto à reitoria, a recontratação imediata dos professores nos quais depositam a esperança de uma Universidade livre e democrática. Para tanto, alguns atos, palestras e homenagens têm sido realizadas.

Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, no dia 14 de setembro, foi realizada uma exposição do anteprojeto do edifício da faculdade e um ato público de inauguração. Os professores do Departamento de Projetos (o único atingido da unidade), os alunos, através do Grêmio da FAU, já fizeram aprovar nas diversas instâncias administrativas da Faculdade, um pedido de reintegração imediata dos três professores atingidos. Encontram, porém, resistências por parte dos grupos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

mais conservadores. Esta resistência pode ser sentida pelo texto que se segue, gravado durante o ato de inauguração da exposição, onde foram homenageados os professores João Batista Vilanova Artigas, Jon Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha. O mestre de cerimônias foi o diretor da Faculdade, Sr. Lúcio Grinover.

O documento fala por si.

LÚCIO GRINOVER — Pretendemos excluir alguma formaldade maior nesse encoltro com os professores da Faculdade, com os colegas arquitetos e sobretudo com os alunos. Então, se vocês me permitem, em nome da Faculdade, eu quero dar, primeiro as boas vindas a esses nossos colegas, segundo, uma salva de palmas para recebê-los.

APLAUSOS

Existe um pouco de emoção, é claro, um pouco de perplexidade, mas, se é para ajudar os nossos amigos que voltam à Faculdade, está inaugurada a exposição.

ARTIGAS — Eu tinha combinado com o Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean, que ia abandonar a minha condição de decano deste processo, meio forçado, e que a linguagem daqui pra frente passava pra boca deles. Mas realmente não posso deixar de comunicar-lhes, aqui, o que me vai na alma neste momento, se é que na minha alma cabe a sensação de reencontrá-los hoje aqui. Há almas grandes, mas a minha, pra tanto, não chega. É invólucro menor do que o vosso entusiasmo e menor do que as minhas intenções. Eu tenho impressão de que nós podemos nos unir na constatação de que inauguramos neste momento uma etapa nova da vida cultural brasileira, quaisquer que sejam os obstáculos que tenham havido e que possam se nos oferecer daqui pra frente. Em contato com a Faculdade de Arqutietura, qualquer coisa renasce em mim. Porque essa Cidade Universitária e a nossa Faculdade de Arquitetura são, para o meu gosto, a bandeira cultural mais avançada que pode ter existido no Brasil, ainda que isto tenha qualquer conteúdo chauvilista — chauvinismo paulista e inevitável. É talvez porque isto represente uma parte da minha própria essêncio. Ao vir aqui, à exposição dos primeiros croquis da Faculdade de Arquitetura, eu devo dizer-lhes que esta Cidade Universitária, ainda que seja um tanto orgulhoso dizer isto, foi projetada em função da locolização da Faculdade

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

de Arquitetura. Assim e que eu termino estas palavras esperando que, de vocês ou de nós todos, ou desta nova unidade se abra uma nova etapa da luta por uma cultura popular e progressista a partir, outra vez, da Faculdade de Arquitetura de São Paulo.

APLAUSOS

JON MAITREJEAN — Como vai continuar, eu também vou dizer alguma coisa. Vou ver se consigo falar. Esta mensagem de otimismo do Artigas, estas frases de esquecimento eu não tenho tão claras para mim. Tenho dez anos nas costas que eu não esqueço muito facilmente. Já ficou claro que pra mim a anistia é perdão e eu não fui perdoado; nunca fiz nada. O dia que eu voltar para esta escola, voltarei dizendo as mesmas coisas que eu sempre disse. Senão, pode preparar uma nova anistia porque eu não mudei (...)

APLAUSOS

PAULO MENDES DA ROCHA — Não posso deixar de saudar os companheiros, colegas, alunos da Faculdade que têm sido para nós a própria luz da nossa vida pois, só este clima, este ambiente, este lugar é que refaz permanentemente o nosso trabalho. Essa é a única convivência realmente criadora e desejável, desejada por todos nós. Eu quero junto com vocês comemorar esta situação que se reinstala no nosos meio, de possibilidade de convivência e de trabalho. Manifestar a minha total satisfação plena, apesar das emoções difíceis de controlar, de estar neste meio, absolutamente desejável, necessário para o desenvolvimento de nosso próprio trabalho. Só aqui ele pode se desenvolver em plenitude. Estou muito satisfeito e muito convencido, por outro lado, que tudo isto para nós representa fruto de trabalho, conquista, resultado da luta permanente, da tenacidade e da capacidade de ficar em pé, sonhando, e com a certeza de que, de uma forma ou de outra, este encontro haveria de se realizar porque é um desejo permanente, constante, dentro de nós todos. É o que eu queria dizer... Eu dou um grande abraço em todos vocês.

APLAUSOS

REPRESENTANTE DA SEQÜÊNCIA DE PROJETO ZIEGBERT ZANETTINI — Para nós todos é um momento difícil, momento que emociona violentamente. São dez anos privados

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

destes companheiros e a nossa seqüência de projeto, que sofreu esta dilapidação há dez anos, se sente neste instante no dever de desejar, de novo, boas vindas a este professor e retomar o clima de festa que esta escola, de uma certa maneira, perdeu. Hoje é uma festa e o símbolo é esta exposição. O símbolo, para nós, de uma retomada, de novo, de um novo instante cultural. Aos professores que voltam o nosso agradecimento em nome dos colegas, todos os professores da escola, com uma enorme alegria que vai em nossas almas. Obrigado a todos.

APLAUSOS

LUCIO GRINOVER — Este encontro não é exclusivo só, digamos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O diretor da Faculdade de Arquitetura de Santos está aqui presente conosco e participa desse nosso encontro.

OSVALDO GONÇALVES — Na qualidade de diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos venho aqui trazer o apoio integral à festa que hoje se realiza na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, com a presença e a homenagem aos três queridos professores: Artigas, Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha, que retornam ao convívio de vocês na qualidade que eles mantinham de ilustres professores. A nossa faculdade se orgulha de já, antes mesmo desta data, contar com a participação de um deles no seu quadro de professores e nessa situação está com grande orgulho e com grande satisfação na festa que hoje aqui se realiza, na recepção aos três ilustres companheiros e colegas. Realmente é um dia de alegria pois que corresponde no tempo a uma nova posição, a uma nova situação do nosso país em que se levanta a oportunidade daqueles valores que nós tínhamos e que estavam, infelizmente, por situações adversas do nosso sistema político, afastados. Agora retornam ao nosso convívio para nos dar a grande contribuição para a cultura brasileira que eles representam. Parabéns a nossos três colegas e parabéns a todos que os recebem aqui hoje. Obrigado.

APLAUSOS

REPRESENTANTE DO GRÊMIO DA FAUUSP — Com o mesmo sentido de retomar o pensamento crítico em termos tanto de arquitetura quanto cultural, da mais ampla maneira

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

que possa ser entendido este termo, a gente queria entregar aos três professores homenageados a última publicação do GFAU: "Arquitetura e desenvolvimento nacional em Cuba", 1978, teses apresentadas na reunião da União Internacional dos Arquitetos.

APLAUSOS

LÚCIO GRINOVER — O Professor Artigas fica entre nós para acompanhar com quem quiser, a exposição. Do ponto de vista solene estaria terminada esta cerimônia.

PLATÉIA — Fala do projeto, dá aula. (Ruídos, risos)

APLAUSOS

ARTIGAS — Tem que ser paciente comigo. Há dez anos que eu não vejo isso, sabe? "Meu grito, desde então, corre o infinito", essas coisas que a gente já conhece no plano mesmo do nível do protesto brasileiro. Mas, certamente, me comove muito ter que mostrar pra vocês já, o desuso de poder sentir a juventude ao nível em que hoje ela se oferece para mim. Se eu tenho que dizer qualquer coisa em relação a este projeto uma delas vem de conversas que nós temos tido nestes últimos dias, com alguns colegas, particularmente com Abrão Sanovictz, notável provocador de discussões (risos), que me fez relembrar alguns aspectos das intenções ou do espírito que nos conduzia nos idos de 1961. Vejam, desta data em diante, no começo de sessenta é que nós começamos a dar para o edifício arqutietônico um sentido de mutação caracteriológica, como queria o Abrão, não é verdade Abrão? Obrigado (risos, ruído). No avanço da arquitetura paulista, num certo momento o governo do Estado, no tempo do Carvalho Pinto, precisava atribuir aos arquitetos paulistas, tarefas de nível muito diferente das que nós vínhamos tendo até aquela época: tratou-se de construir escolas, edifícios de justiça, uma série de espaços adaptados a um critério funcional. A miserabilidade cultural, digamos assim, o afastamento social do arquiteto pela incompreensão de seu papel a desenvolver, até aquele período histórico, fazia com que nós só conhecêssemos o exercício do traçado espacial até o nível da resistência do amigo íntimo que arriscava o seu passado, a pequena fortuna e algum futuro pra botar na mão de um jovem arquiteto, a ventura de acrescentar alguma coisa no espaço urbano de São Paulo desse tempo. E é desta humildade, não é? meu

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

querido Ariosto Milla, que foram sendo construídas as diferenciações dos edifícios paulistas e a caracterização de cada um deles com os recursts da arquitetura moderna que ia crescendo no Brasil como forma de expressão.

Isto talvez fosse assunto de um debate mais esticado no tempo e profundo. Valia a pena raciocinar sobre qual a diferença entre a catedral de Brasília e a Igreja de Longchamps. Para mim parece que Longchamps ainda é uma — eu não quero criticar Corbusier de novo (risos).

PLATÉIA — Esteja à vontade, está em casa, vai em frente...

ARTIGAS — Mas me parece que é uma chamada para uma forma de caráter camponês francês, mas não tem o desplante de, com os recursos da arquitetura brasileira, fazer a catedral de Brasília. Pode parecer que eu estou fazendo o elogio sistemático ao nosso colega, amigo e gênio da arquitetura universal que é o Oscar Niemeyer, — quero reafirmar mil vezes aqui, — mas tomando um exemplo próprio de nós mesmos, o Palácio, como chama? O palácio do Planalto? Não, Alvorada, apanha toda a inventiva da arquitetura moderna, mas relembra a casa de fazenda com sua igrejinha ao lado, uma contribuição realmente do que nós conhecíamos como distribuição de massas na tradição brasileira. Só ficou faltando a senzala atrás. Mas esta foi colocada em Ceilândia, e Deus sabe com que dificuldade. Estas breves palavras servem para colocar a temática de inventar a forma e saber acrisolar nela aquilo que como arquiteto e com a nossa sensibilidade criadora, a vossa muito mais, poderá transformar de um lado, veja bem, prestem a atenção, os apertos tecnológicos dos avanços da engenharia e do outro lado uma espécie de reconciliação com as ciências sociais que nos obrigam a nos exprimir, às vezes, em termos revolucionários, a partir de tijolos vermelhos ou amarelos. Colocar a figura do arquiteto nesse intervalo, nesse corredor de pensamento é reivindicar a sua... uma própria independência para ele. Para meu gosto é fazer a defesa de um novo direito humano. Ora, me desculpem a pretensão, mas é... o direito humano à beleza.

APLAUSOS

LÚCIO GRINOVER — O nosso colega Lúcio Gomes Machado vai falar em nome do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

LÚCIO GOMES — Estou aqui em nome do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, nesta homenagem aos professores desta Faculdade, em particuiar no nosso caso, para registrar uma homenagem ao nosso presidente, Maitrejean. E isso como sinal de que o que hoje aqui nós estamos assistindo é mais um passo na tentativa de reconstruir alguma coisa que foi destruída à nossa revelia. Os arquitetos, por terem outro tipo de possibilidade de atuar nas suas entidades de classe, não esqueceram nunca os nossos três colegas cassados. Particularmente no caso do Maitrejean, ele não só é professor na Faculdade de Santos, foi diretor lá há pouco tempo atrás e, apesar de toda a burocracia e toda a triagem ideológica, nós o elegemos presidente do nosso Sindicato. É para este registro que eu estou aqui hoje.

APLAUSOS

LÚCIO GRINOVER — Outro colega nosso, Pedro Taddei Netto, vai falar em nome do IAB.

PEDRO TADDEI — Não tinha a intensão de falar porque acho que esta data não é propriamente uma homenagem aos três professores que nós estamos recebendo aqui mas muito mais que isso. Talvez marque o início de uma nova era, de uma nova unidade como já foi mencionado, particularmente pelo professor Artigas, na fala inicial dele. O que eu queria acrescentar, só para deixar registrado aquilo que o Instituto dos Arquitetos tem feito neste período, é o seguinte: num certo sentido estes três professores, Artigas, Maitrejean e Paulo Mendes, sempre estiveram presentes aqui. Nós, no empenho que tivemos, na tenacidade que tivemos dentro da faculdade e fora dela, nas nossas organizações, permanecendo em pé, lutando pelo retorno de todos os cassados e promovendo um conjunto de atividades e iniciativas que propiciavam, talvez de alguma forma, ou pelo menos contribuíam para isso, quisemos com isso dizer também que eles sempre estiveram presentes. Acho que o nosso esforço aqui dentro da escola, agora falando como professor, para dar aula e de uma certa maneira descobrir fórmulas para se acomodar à nova realidade que surge neste instante na Faculdade, sempre foi um esforço de retorno a determinadas raízes básicas nossas que eu particularmente faço questão de deixar claro. Acho que elas sempre estiveram presentes. Estes três professores nunca nos abandonaram, simplesmente neste instante eles estão voltando para um outro tipo de unidade. Acho que eles não estão simplesmente retornando à faculdade, eles sempre estiveram aqui. Obrigado.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

APLAUSOS

LÚCIO GRINOVER — Um outro colega nosso, não sei o nome dele, ele vai se apresentar, vai dizer alguma coisa em nome da Faculdade de Arquitetura Mackenzie.

REPRESENTANTE DO MACKENZIE — Eu gostaria de deixar bem claro aqui no nosso depoimento, dos professores da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, e dos alunos, — porque eu vejo um número grande de alunos da nossa Faculdade aqui — que esta reunião é, talvez, dos últimos anos, a mais importante, como congraçamento entre alunos e professores. Eu gostaria de dizer que o Paulinho Mendes da Rocha foi um um mackenzista uma vez (risos) e que nós, quando alunos ainda, numa época em que a Faculdade de Arquitetura vivia na Vila Penteado, em que a proximidade física era muito grande, as nossas aulas de atelier se estendiam quase sempre para o atelier da FAU também. Então nós como alunos do Mackenzie íamos sempre bicar os professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. E esses professores sempre foram aquele nível, aquela sensibilidade, aquela postura, aquela lucidez, tanto ao nível espacial arquitetônico como político, que contribuíam terrivelmente para a formação de uma classe de arquitetos que hoje está aqui operando, mesmo com uma certa dificuldade. Então novamente eu deixo aqui o nosso abraço, da Universidade Mackenzie a esses três professores que são um patrimônio da história da arquitetura brasileira.

APLAUSOS

REPRESENTANTE DOS ALUNOS — É o seguinte, pessoal: eu queria, antes de terminar, quer dizer, para isso aqui não acabar no ar assim, firmar aqui que a gente quer que isso não seja um mero acontecimento isolado; que seja realmente, como o Artigas falou, o início de uma nova etapa da nossa vida cultural. Então eu acho que a gente deveria expressar, em nome da diretoria do GFAU, — e acho que todo mundo referenda isso, — nosso desejo de que eles voltem, de que venham nos visitar outras vezes realizando ciclos de debates, participando de palestras, e que isso culmine com a recontratação deles.

PLATÉIA — Quando que eles começam a dar aula? (Ruídos).

GFAU — É isso que a gente quer saber, quando é que eles voltam.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

APLAUSOS

LÚCIO GRINOVER — Do ponto de vista nosso, evidentemente os professores que se integraram começaram a dar aula agora. Existe uma série de problemas que sinceramente não sei como responder (vaias). Eles estão aqui, o professor Artigas deu uma aula. Melhor do que essa aula para começar, não vejo outra.

PLATÉIA — E o curso? Quando? Em classe. (Ruídos)

LÚCIO GRINOVER — Pra mim... pra mim, enquanto Lúcio Grinover, começou agora.

RUÍDOS, VAIAS

LÚCIO GRINOVER — ...pela Universidade de São Paulo, não tenho condições de responder (vaias). Não é culpa minha. A exposição foi inaugurada antes mas inaugura outra vez. Acompanhem os nossos três colegas para exposição. O professor Artigas terá muito prazer em conversar com vocês. Do ponto de vista de qualquer formalidade está encerrada a reunião. Mas continua a exposição com os nossos professores.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

DEPOIMENTO

CRISTIANO CORDEIRO *

Aparentemente ele nunca percebeu que fazia História — e ainda hoje, aos 84 anos de idade, sua notável modéstia o impede de reconhecer que em algum tempo tenha sido uma personalidade importante. Ou que ainda o seja. Por isso ele nunca concedeu, sequer, uma entrevista, nem se preocupou em fazer anotações sobre os muitos episódios que viveu. Mas esse homem de gestos calmos, muito polido, voz pausada, passos miúdos, discretamente elegante em seus habituais ternos de linho, é o último remanescente do grupo de nove pessoas que fundaram em 1922 o Partido Comunista do Brasil — PCB. Dele, Raquel de Queiroz, em depoimento por John W. Foster Dulles no livro "Anarquistas e Comunistas no Brasil", disse que fora uma lenda no Nordeste nas décadas de 20 e 30. De fato, Cristiano Coutinho Cordeiro, ativista político desde os 18 anos, no Recife, onde ainda mora com sua terceira esposa e seus quatro filhos, participou intensamente de, pelo menos, 25 anos da vida política no Nordeste e ainda estendeu seu raio de atuação ao Brasil Central, para onde acabou deportado em 1939 por causa do Estado Novo.

Filho de um promotor público, tendo nascido em Limoeiro, Cristiano começou a despertar para as questões sociais aos 12 anos, quando passava férias no engenho de sua madrinha, Iaiá, perto do Recife. Lá ele assistiu sua madrinha — orgulhoso espécime da aristocracia da cana-do-açúcar — repreender severamente um velho empregado que ousara cruzar a porteira do engenho sem esperar que ela o fizesse primeiro. Em 1913, como primeiro-anista da Faculdade de Direito do Recife, Cristiano já se enfronhava na literatura anarquista e participava de passeatas. No ano seguinte, passou a freqüentar reuniões em sindicatos e, com pouco tempo, por causa dos seus dotes de

* Depoimento prestado ao jornalista Ricardo Noblat. Reproduzido do Jornal do Commercio — Recife, de 12 de agosto de 1979.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

orador e sua cultura, já era requisitado a falar em manifestações operárias. Teve destacada atuação na greve geral que paralisou o Recife em 1919, assessorando o comitê que dirigia o movimento e editando um número especial do jornal da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco dedicado à greve.

Houve um momento, nos primeiros anos da década de 30, que a direção nacional do PCB enviou ao Recife um emissário para tentar entender o grande prestígio que Cordeiro gozava junto aos operários. Isso porque mesmo os disciplinados integrantes do comitê regional só acatavam as ordens de cima depois de ouvirem seu principal líder. Era, o que chegou a ser cunhado na época, de o "cristianismo" — tendência que hoje Cristiano, por modéstia, nega ter existido. Poderia ser definida como uma forma de atuação que realçava a importância de uma política de aliança com setores progressistas da burguesia nacional na busca de conquistas democráticas mais abrangentes.

O que se segue agora é o resumo de um longo depoimento de 10 horas prestado por Cristiano Coutinho Cordeiro ao jornalista Ricardo Noblat. Nele, Coutinho revela episódios até agora inéditos da história do PCB e analisa os erros que o partido cometeu em diversos momentos da vida nacional.

FALA CRISTIANO

Quando eu tinha 12 anos de idade presenciei um fato que me marcou para o resto da vida e que significou, sem dúvida, o meu despertar para a questão social. De férias num engenho de açúcar da minha madrinha Iaiá, perto do Recife, acompanhava-a num passeio vespertino pelos arredores da casa-grande quando um velhinho, metido numa roupa feita com sacos de açúcar, cruzou à nossa frente, saudou-nos, como era costume, com as "avemarias" e ultrapassou a porteira. Vi então minha querida madrinha, encolerizada, detratar do velho por seu atrevimento de vencer a porteira sem esperar que nós o fizéssemos primeiro. Suas palavras ficaram nos meus ouvidos durante noites que passei em claro e do incidente eu me lembraria mais tarde quando comecei a me interessar pelos problemas da classe operária. Esse interesse nasceu um ou dois anos antes da minha entrada na Faculdade de Direito do Recife, em 1913. Conheci líderes operários portugueses e espanhóis e um deles, o estucador José dos Santos, me emprestou livros sobre o anarquismo. Cheguei a participar de uma passeata durante uma greve de empregadas de fábricas de cigarros — eram conhecidas como "as cigarreiras". Em 1913, já

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

na faculdade e trabalhando no Tesouro do Estado, hoje Secretaria da Fazenda, passei a freqüentar sindicatos, a participar de reuniões operárias e até a fazer discursos em solenidades como a de 1.º de maio. Era um adepto do anarquismo, leitor de Jean Grave, Sebastião Faure e o russo Kropotkin.

Em 1914 chegou ao Recife o líder operário José Elias da Silva com as diretrizes do 2.º Congresso Operário Brasileiro, realizado no ano anterior no Rio de Janeiro. Os sindicatos eram então, em sua maioria, sociedades beneficentes de apoio mútuo. José Elias promoveu então a fundação da Federação dos Trabalhadores que viria a ter um papel muito importante na grande greve geral de 1919, que paralisaria todo o Recife. Estive com ele em várias reuniões dos sindicatos dos estivadores, dos empregados na construção civil e do cais do porto — os mais fortes e ativos daquela época. Eu já estudava a doutrina marxista junto com outros companheiros e me encaminhava ainda sem o saber, para tornar-me um comunista. Da greve geral de 1919, digo que ela foi a única, naquele tempo, em todo o país, a paralisar totalmente uma capital brasileira. Seu cerne foi a insatisfação dos empregados da Pernambuco Tramways com as condições de trabalho que tinham e o salário que recebiam. A pedido do comitê de greve, fiz um número especial do jornal "Tribuna do Povo", dedicado ao movimento. Esse jornal era o órgão oficial da Federação dos Trabalhadores, criado, em 1918, por Antônio Bernardo Canellas.

Foi durante essa greve, que durou perto de dez dias, que nasceu a liderança do professor Joaquim Pimenta. Por sugestão minha — e disso me autocritico até hoje —, para vencer a resistência dos ingleses da Tramways que se recusavam a receber os líderes grevistas, Pimenta foi convidado a assessorá-los nas negociações para pôr fim ao movimento que já exauria a resistência dos operários. A greve foi suspensa, enfim, com concessões de parte a parte. E Pimenta, oportunista, tal qual um herói romano, desfilou triunfalmente em carro aberto pelo centro do Recife. Na praça da Independência, galvanizou a multidão com sua oratória e, a partir dali, dividiu os trabalhadores, passando a exercer forte influência sobre muitos sindicatos, como o dos estivadores, por exemplo. Aliando-se a políticos como o então governador Manoel Borba, engajou ponderáveis parcelas do operariado em lutas que não lhe trouxeram benefícios, como a "Campanha da Fome" de 1921, contra o orçamento do governador José Bezerra. Pimenta chegou a armar operários em defesa do governador Manoel Borba,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

contra uma possível intervenção do governo central de Epitácio Pessoa em Pernambuco — e, pelo menos um deles, o estivador Pedro Lira, morreu quando acidentalmente explodiram bombas que ele armazenava debaixo da sua cama. De qualquer forma não gosto de falar mal do Pimenta. Eu o admirava muito, gostava dele e, que diabo, sou um sentimental. É do meu feitio.

Foi em 1921 que se intensificaram as articulações para a criação, no ano seguinte, do Partido Comunista, do Brasil. O anarco-sindicalismo empolgava, então, as associações operárias do país desde o 2.º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio em 1913. No Recife, àquela época, eu dirigia o jornal "A Hora Social", órgão da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco, fundado em 1919, quando a greve geral paralisara toda a cidade. Juntamente com um grupo de amigos, estudava a doutrina marxista. Era, como ainda o sou hoje, filosoficamente um anarquista. Mas não dogmático. Nunca seria dogmático em questão alguma. Anarquismo, socialismo e comunismo não se constituiriam para mim em matéria de fé, mas sim em contribuições do espírito humano na busca de uma ordem social mais justa.

Correspondi-me em 1921 com Astrogildo Pereira que, no Rio, editava o jornal "Spártacus". Conhecíamo-nos somente de idéias. Combinamos criar, ele no Rio e eu no Recife, embriões de futuros comitês do partido. Como eu já atuava no meio sindical, não tive dificuldades de atrair os operários mais aguerridos. Assim, se comprometeram com ele, entre outros, o carvoeiro Joaquim Francisco, o padeiro José Caetano Machado, o pedreiro José Amaro, o estivador Pedro Lira e até pequeno-burgueses como o farmacêutico Pedro Coutinho. O Grupo Comunista do Recife estabeleceu-se no dia 1.º de janeiro de 1922 com uma reunião realizada em minha casa, na Rua da Concórdia. Li, na ocasião, os chamados "21 pontos de Moscou", condições para a adesão à Internacional Comunista. A ata de fundação foi assinada por cerca de 35 pessoas que decidiram ainda, que eu seria o delegado de Pernambuco ao encontro para a criação do PCB.

Com dinheiro arrecadado entre os companheiros, embarquei num pequeno navio e em meados de março de 1922 cheguei ao Rio. Astrogildo foi receber-me no cais. Como nunca nos víramos, acertamos previamente uma forma de nos reconhecer: na murada do navio, abri um exemplar da "A Hora Social". Em terra firme, ele fez o mesmo com um exemplar de "Spártacus". Hospedei-me, então, na casa de um alfaiate espanhol e, nos dias 25, 26 e 27, participei das reuniões de

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

fundação do PCB — duas nos sindicatos dos Alfaiates e Metalúrgicos e duas num sobrado de uma das tias de Astrogildo, em Niterói. Éramos apenas nove, representando grupos comunistas de vários Estados brasileiros. Secretariei os encontros onde foram lidos os "21 Pontos de Moscou", discutida sua aplicação à nossa realidade, estudada a criação de comitês em cidades importantes e vista a necessidade de se criar um jornal do partido. Na sessão de encerramento na casa das tias de Astrogildo, a pedido dele para não espantá-las, cantamos bem baixinho a "Internacional".

De volta ao Recife, tratei de ampliar as bases do nosso grupo, àquela altura promovido a comitê regional do partido. Os filiados, no entanto, nunca passariam de uma centena. Simpatizantes, sim, haveria muitos, alguns, depois, bastante conhecidos, como o poeta Joaquim Cardozo e o atual presidente da Arena em Pernambuco, deputado Aderbal Jurema, que era ligado à Juventude Comunista. Em 1926 deu-se o episódio da coluna do Tenente Cleto Campelo, comandada por ele para se juntar à Coluna Prestes que empreendia sua marcha pelo Brasil e que deveria cruzar Pernambuco pelo município sertanejo de Triunfo. Visitei o Tenente em seu esconderijo de um bairro do Recife. Ele estava vivendo confinado num quarto, impaciente, querendo se articular para empreender sua aventura. Então aproximei-o de elementos do PCB e de operários que atuavam em sindicatos. A coluna, todavia, foi dizimada antes de atingir o interior do Estado. Só que sempre achei — e daí minha ajuda ao Tenente — que deveríamos, também, trabalhar com a pequena burguesia e que movimentos liberais poderiam representar um passo à frente em termos de política. Por isso, já em 1926, eu colaborava com a revolução que rebentaria em 30.

Consultei, certa vez, a direção nacional do partido sobre a posição que adotaríamos em relação ao movimento que se preparava. Recebi como resposta o conselho de que agisse conforme o meu bom senso. Foi o que fiz. Carlos de Lima Cavalcanti, um dos líderes da conspiração e que em 30 seria nomeado interventor em Pernambuco, convidou-me, um dia, para uma reunião. Meu nome, então, já era falado como o de um possível candidato a deputado federal, caso a revolução fosse vitoriosa. Nessa reunião, na casa de Caio, irmão de Carlos de Lima, ele me perguntou com quantos homens eu entraria para o movimento. Disse-lhe que não poderia falar pelos meus companheiros de partido mas que comigo ele poderia contar. De fato, hospedei vários Tenentes que vieram

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ao Recife conspirar mas, em 1929, surpreendi-me com a chegada de um militar que se dizia emissário de Prestes, o Capitão Cunha Melo. Ele me trazia um suposto recado de Prestes, que ainda se encontrava em Buenos Aires, para que eu tentasse evitar em Pernambuco a deflagração do movimento. Prestes, ao meu ver, parecia completamente alheio e mal informado a respeito da revolução, além de possuído do preconceito de não poder se aliar, de forma alguma, a Tenentes como Eduardo Gomes, Juarez Távora e Cordeiro de Farias. Expliquei ao Capitão Cunha Melo que não poderia atender ao que me era pedido porque o movimento que contava com forte apoio popular, estava na iminência de se dar. E, com efeito, da sacada de um hotel do centro do Recife, pouco depois, o Capitão veria passar a revolução vitoriosa. Aliás, nunca consegui apurar se esse capitão era, na verdade, emissário de Prestes. Fui depois disso, por causa de uma greve de padeiros ocorrida em novembro de 30, um dos primeiros a ser preso no Recife com a consolidação do novo governo. Nessa época, no Nordeste, o PCB tinha comitês formados no Recife, em João Pessoa, em Maceió e em Natal. Como não era um partido legalizado e, por isso, não tinha sede própria, seus militantes se reuniam, geralmente, em sindicatos operários.

Por sugestão do partido, em 1933, justamente com mais três operários, fui candidato a deputado federal através da legenda "Trabalhador Ocupa Teu Posto". Da nossa plataforma, aprovada pelo comitê regional, constaram temas como as secas, o divórcio, a preservação do indígena brasileiro e a questão social. Fizemos poucos comícios e uma vibrante reunião no Teatro Santa Isabel por ocasião das comemorações do 1.º de maio. Nessa reunião, enquanto lia a plataforma, recebi um bilhete de um emissário da direção nacional do partido, que a tudo assistia das galerias do teatro, reclamando a inclusão no nosso programa da formação de soviets de marinheiros, soldados, operários e camponeses. Esse, por sinal, é um bom exemplo da mentalidade pouco realista que dominava o comando do partido naquele tempo. Dos quatro candidatos ao PCB, somente eu fui eleito e bastaram-me os votos que tive no Recife. Mas Agamenon Magalhães que já tinha ascendência sobre o mecanismo eleitoral, anulou duas urnas e deixei de atingir o coeficiente por uma diferença de poucos votos. No ano seguinte, pela mesma legenda, fui eleito vereador no Recife juntamente com mais dois companheiros. Segundo publicou então o "Diário da Manhã", sozinho tive mais votos que os 17 candidatos integralistas. Fui empossado nas

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

vésperas do golpe de 1937 que instituiu o Estado Novo de Getúlio Vargas e só cheguei a pronunciar, como vereador, um único discurso: fui preso novamente (já fora preso ou detido, até essa data, cerca de 35 vezes, como contou o meu amigo, jornalista Carlos Rios), rasgaram meu diploma e acabei deportado para Santos, de navio. Antes disso, contudo, acontecera a "intentona" de 1935.

Um dia, em fins de 1934, eu estava ao lado de minha filha Olina que morria de tuberculose quando, inesperadamente, chegou o Silo Meirelles. Por causa da doença de Olina eu me desligara um pouco das tarefas e da vida do partido. Espantei-me quando o Silo contou que ele e mais dez integrantes da direção do PCB, inclusive o Prestes, reunidos em Moscou, haviam decidido fazer uma revolução. Para isso — vim a saber depois — eles tinham se baseado em relatórios com informações fantasiosas sobre a realidade política do Brasil, enviados por Antônio Bonfim Maciel ("Miranda"), então secretário-geral do partido. Fiz ver a Silo que era um absurdo que se tomasse uma decisão daquela em Moscou e não no Brasil. Argumentei que não havia condições entre nós para que um movimento comunista saísse vitorioso. Citei Lenin quando ele escreveu sobre as revoluções na América do Sul e disse-lhe que o correto seria uma política inteligente de aliança com a parte progressista da burguesia nacional. Mas não fui escutado. Afinal, quem era eu para sê-lo? — um militante sem importância que hoje, no fim da vida, concluo que não fui bom comunista, nem bom marido, nem bom pai, embora, se pudesse, recomeçaria tudo, me devotaria novamente à pregação dos ideais socialistas em seus termos mais amplos e mais elevados.

Não participei do movimento "aliancista" de 35 e até mesmo a polícia, que ainda assim me prendeu, reconheceu isso. Ela tinha exemplares de um jornal editado pelo comitê regional do PCB que me criticava por ter me mantido alheio ao movimento e até me chamava de "Madalena Arrependida". Mas eu não fora um desertor não, fora um dissidente, sem me desligar do partido, mas usando do meu direito de crítica. A passagem dos anos mostraria que minha atitude era correta. Preso, de toda forma, logo após a intentona, com minha filha morta desde março de 1935, fui solto três meses depois e preso, mais uma vez, no ano seguinte. Era novembro de 1936 e, recolhido a uma cela da Casa de Detenção, certo dia, ouvi de um policial a ordem de vestir-me. Pensei que se tratasse de um novo depoimento. Quando ele disse que eu sairia para acompa-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

nhar o enterro de minha mulher Celina, me joguei nas grades, disse impropérios, só não endoideci porque não sei mesmo.

Em 1939, por conta do Estado Novo, fui deportado de Pernambuco e tive de sobreviver em Santos, lecionando em dois colégios e trabalhando como revisor do jornal "Diário de Santos". Dois anos depois recebido por Pedro Ludovico, interventor de Goiás, apresentado a ele pelo então deputado federal Domingos Velasco, fui ser professor em Goiânia. Como eu, muitos deportados depois da "intentona" receberam abrigo de Ludovico. Aos que reclamavam da sua tolerância para conosco, ele costumava responder, citando Euclides da Cunha: "Goiás e Mato Grosso são a Sibéria Canicular do Brasil", querendo dizer com isso que nós, de fato, éramos "prisioneiros". Em Goiânia, fui diretor da Biblioteca Pública e colaborei em jornais. Na condição de presidente da Liga pela Anistia da cidade, estive com Prestes, no Rio, quando ele ainda estava preso. Aproveitei para denunciar-lhe a infiltração de elementos do governo de Vargas na Comissão Nacional de Reorganização do PCB, que fora posto na ilegalidade. Prestes me ouviu com atenção, disse que iria se informar mas parece que não o fez. Sei que essa infiltração, mais tarde, seria comprovada. Em 1948 retornei ao Recife. Um ano antes, por iniciativa do nosso comitê regional, eu fora expulso do partido, por causa da posição que adotara em face da "intentona". Muitos anos depois o partido anularia minha exclusão, autocriticando-se. De 1951 a 1962 fui professor em Petrópolis, no Rio — mas já então não desenvolvia nenhuma atividade de militante, nem mesmo quando retornei em definitivo ao Recife, onde espero ficar até morrer.

Repassando a história do partido que ajudei a fundar, vejo que ele cometeu uma série de erros. Mas qual o partido que não os cometeu? O PCB, por exemplo, não soube tirar vantagens da Coluna Prestes quando ela, ao meu ver, foi uma grande manifestação de ativismo político, chamando a atenção do povo brasileiro para o seu sacrifício próprio, para sair do estado de apatia em que se encontrava, manobrado por políticos interesseiros. Estar com a Coluna Prestes era estar com o povo e, infelizmente, o PCB não compreendeu isso. O partido, muitas vezes, falhou em suas táticas. Omitiu-se nessas ocasiões porque tinha uma compreensão muito dogmática da revolução brasileira, uma compreensão radical, que achava contraproducente qualquer aproximação com setores progressistas da burguesia. O pecado mortal do PCB sempre foi esse: julgar que só a nata do partido poderia fazer a revolução que o

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

país precisava. Por isso, o partido também se pôs à margem do movimento de 30, que foi popular, que poderia ter caminhado na direção de conquistas democráticas mais amplas mas que acabou sofrendo desvios direitistas. A intentona de 1935 foi outro grave erro, responsável, sem dúvida, pela não expansão da doutrina comunista no Brasil. Em relação ao governo João Goulart, a posição do PCB foi imatura, claudicante. Em Pernambuco, por exemplo, considero muito primitivo e desprovido de consistência ideológica todo aquele movimento de Ligas Camponesas de Francisco Julião. Muitas vezes, até armados, os camponeses foram instigados a cometer atos pouco políticos, impensados, mal avaliados.

Acredito que o mundo caminha em direção ao socialismo. O governo do Estado Socialista, na sua fase final, dará margem a que surja um novo tipo de sociedade e que o Estado Histórico, o Estado da coação sobre as pessoas, desapareça e ceda lugar ao Estado apenas como órgão para administração das coisas. Nenhuma classe governará sobre as outras. Socialismo é um Estado sem classes, daí porque ele é antagônico à chamada ditadura do proletariado. Num Estado Socialista a liberdade de culto e religião terá de ser respeitada. Enquanto o homem for um pensador ele estará admitindo idéias e condenando idéias. Então deve-se aceitar a crença de cada um sem que isso sirva de obstáculo para um entendimento no convívio social. Vejo, depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, a Igreja Católica voltar-se para seus origens. Isso é muito bom. O sistema moral do cristianismo é inatacável. Não há nada na essência do cristianismo que colida com a ética socialista. De modo que eu penso — e peço a compreensão dos católicos para isso — que Jesus Cristo foi o nosso primeiro "camarada".

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A NOVA POLÍTICA SALARIAL E A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

MARCO MORO *

A experiência histórica do movimento sindical demonstra que suas vitórias tomam inicialmente a forma de conquistas de fato, para posteriormente, se transformarem em de direito.

As reivindicações mais sentidas nascem da consciência das massas, que incorporam os programas das vanguardas organizadas, ganham as ruas, pressionam as instituições do Estado. Até que finalmente os patrões sejam obrigados a atendê-las.

A partir de então, tendem a ser reconhecidas pelo Estado e se revestirem com caráter de normas legais. Mas a batalha dos trabalhadores não se esgota aí. Um novo combate se inicia: a luta diária para sua efetiva aplicação. Aquilo que já era uma conquista de fato dos setores mais bem organizados dos assalariados é agora o direito de todos. Entretanto entre a norma abstrata de Direito e o seu gozo, há um espaço a ser conquistado. Os patrões utilizam mil e um ardís para burlá-la. Basta atentarmos para as dezenas de milhares de reclamações trabalhistas que congestionam as Juntas de Conciliação e Julgamento. O próprio direito ao salário-mínimo — já tão magro e desfigurado — está longe de ser uma realidade para todos os trabalhadores.

A trajetória dos reajustamentos salariais no Brasil ressalta isso com clareza. Uma das grandes bandeiras do movimento sindical nos anos 50 era, exatamente, o de reduzir de três para dois anos a periodicidade de seu reajuste. Nos anos 60 buscava-se encurtar esse prazo para um ano. Muitas categorias chegaram a ter reajustes semestrais ou trimestrais, enquanto

---

* Advogado trabalhista, editor do Correio Sindical. Artigo recebido para publicação em 15/10/79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

que paralelamente o conjunto do movimento sindical batia-se pela adoção da escala móvel de salários.

A política anti-operária e anti-nacional do regime pós-64 procurou anular este e outros direitos e conquistas sociais. O arrocho salarial fixou como regra os reajustes anuais. Das lutas do movimento operário resultaram as antecipações semestrais que em muitos casos já são quadrimestrais, trimestrais e até mesmo bimestrais.

Estas considerações vêm a propósito da discussão sobre o Projeto de Política Salarial.

É comum lermos declarações pessimistas do tipo: "O projeto esgota as possibilidades de mobilização dos trabalhadores", "o projeto esvazia os sindicatos", etc.

Tal posição tem necessariamente um efeito desmobilizador sobre as bases.

Longe de nós pensarmos que o projeto na forma em que foi proposto beneficie os trabalhadores. Ao contrário, ele é reconhecidamente danoso aos seus interesses. Mantém e agrava a política de arrocho; cerceia a limites intoleráveis a capacidade de livre negociação coletiva; exclui importantes e numerosos setores dos assalariados; se omite em relação aos beneficiários da Previdência Social; amplia as possibilidades de falsificação e manipulação dos índices, pois os principais interessados não participam da sua fixação; introduz na legislação trabalhista a famigerada e discriminatória cláusula dos "avos" e ensaia uma "redistribuição de renda" exclusivamente entre os próprios assalariados, deixando intocáveis os lucros das empresas. Isso para ficarmos em suas deformações mais gritantes.

Pensamos, entretanto, que a resposta do movimento sindical a esta política anti-operária não pode permanecer no nível da mera constatação.

O conjunto dos assalariados brasileiros têm reivindicações comuns. Todos são vítimas da mesma política salarial de arrocho. O ponto de união é a luta pelos aumentos reais, não reconhecendo nos simples reajustes salariais uma forma viável de repor o seu poder de compra.

A nenhum operário é indiferente a revogação da legislação anti-greve, a conquista do direito à livre negociação coletiva e a obtenção da autonomia e independência sindical.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Um programa dessa natureza pode ser a base para a unidade sindical e de uma ampla mobilização das massas trabalhadoras.

O substitutivo Sindicato-MDB sintetiza estes pontoe. Ele poderá ser o eixo dessa grande batalha.

Não podemos considerar essa luta como antecipadamente perdida. A minguada diferença de cinco votos quando da votação do projeto da anistia, comprova que o Parlamento é sensível às pressões populares. Como os que sobrevivem de salário constituem a imensa maioria do povo, mais razão temos para crer nas possibilidades de sucesso.

O proletariado não pode perder de vista a sua experiência acumulada. É possível também obter-se novas vitórias alargando o campo das convenções e acordos coletivos, nele somando-se novas conquistas de fato, como salário-profissional, a diminuição da jornada de trabalho, etc., ao mesmo tempo que deverá lutar por antecipações trimestrais e até mesmo pela adoção de uma escala móvel de salários.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

O SINDICALISMO INTERNACIONAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DOS ANOS VINTE

PEDRO RODRIGUES *

> *"Um fator importante a considerar no movimento sindical brasileiro é que, antes da CLT, antes dos anos trinta, o movimenao sindical estava muito ligado ao movimento continental e internacional."*
>
> *(Roberto Morena: Entrevista, Praga, 26 de dezembro de 1976.)*

Este estudo intenta focalizar as várias experiências de vinculação do movimento operário e sindical brasileiro ao sindicalismo internacional nas primeiras décadas deste século, com especial relevância para os anos vinte, quando o confronto entre as várias correntes do movimento operário mundial se encontrou particularmente aguçado. Com efeito, este último apresentava diversas variantes político-ideológicas, desde o anarquismo apolítico e o anarco-sindicalismo revolucionário até o reformismo pluri-classista do tipo proposto pelo Bureau Internacional do Trabalho, passando pela poderosa corrente socialista e social-democrata e pela tentativa de capitalização política ensaiada pela Internacional Sindical Vermelha, de afiliação bolchevista.

O movimento operário brasileiro, ainda que incipiente e com fraca capacidade mobilizadora no período em questão, não ficaria indiferente à luta entre essas correntes; ao contrário, os próprios grupos políticos organizados procuraram mobilizar

---

* Sociólogo, historiador, atualmente preparando um trabalho sobre Roberto Morena e o Movimento Sindical Brasileiro e Internacional.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

a luta do operariado brasileiro em função de programas e táticas propostas por suas respectivas correntes de afiliação ideológica no cenário internacional, sobretudo europeu. Este aspecto tem merecido pouca atenção dos estudiosos do assunto e salvo um ou outro enfoque, sob o prisma do movimento comunista internacional e a ação do Partido Comunista do Brasil, não recebeu o tratamento sistemático que seria de se esperar face a recente proliferação de trabalhos sobre o movimento operário no Brasil.

Não pretendemos, contudo, oferecer senão uma contribuição inicial ao estudo dessa questão, com base na bibliografia disponível em forma de livros, a maior parte de publicação recente; a análise do problema ganhará muito, por certo, com a consulta aos periódicos sindicais e operários e às fontes documentais da própria época, cujo acesso não é contudo de fácil efetivação. Ainda assim, acreditamos poder traçar um quadro geral das relações entre o movimento operário organizado no Brasil e as diversas "internacionais sindicais" em atividade nos anos vinte. Visando, entretanto, dar um tratamento globalizante a essa questão, a análise estende-se desde a época de influência quase que exclusiva do movimento anarquista, no período anterior à guerra, até a metade dos anos 30, quando o sindicalismo oficial elimina qualquer veleidade "internacionalista" do movimento operário brasileiro.

MOVIMENTO OPERÁRIO E IMIGRAÇÃO

Nunca será demais insistir na predominância do estrangeiro na formação inicial de nossa classe operária, tanto do ponto de vista da constituição humana da mão de obra industrial como da determinação política das formas de luta adotadas pelas organizações de trabalhadores nos primeiros anos deste século. Os imigrantes europeus, ou seus descendentes imediatos, eram maioria na população ocupada nos grandes centros urbanos: "em 1900, 92% dos operários industriais no Estado de São Paulo eram estrangeiros e 81% eram italianos" (Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, 1977, p. 139). No Rio de Janeiro, em 1906, de um total aproximado de cem mil trabalhadores estrangeiros, 49% estavam ocupados na indústria, transporte e comércio (Boris Fausto — 1976, p. 32, Tabela I-6).

A grande massa dos imigrantes, proveniente da Europa meridional ou ibérica, dividia-se entre as principais correntes anarquistas enquanto que o socialismo reformista conseguia grande número de adeptos dentre os trabalhadores especiali-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

zados (setor do livro, indústrias gráficas, etc.) e membros da pequena burguesia nacional. Nessa época, quando se reforçavam na Europa as diversas confederações nacionais de trabalhadores e se davam os primeiros passos para a constituição de uma internacional sindical, as organizações de trabalhadores no Brasil ainda atravessavam a fase da "resistência" em direção da conquista do direito de representação.

A inspiração anarquista que preside a todo um período de lutas do movimento operário brasileiro — grosso modo, de 1906 a 1920 — encontra grande estímulo nas organizações sindicais francesas e na CNT espanhola que, segundo o modelo anarco-sindicalista, atribuiam à greve geral o principal papel na transformação revolucionária da sociedade. Não se encontra todavia indícios de uma vinculação mais estreita entre as organizações sindicais brasileiras — a COB começa a ter vida ativa em 1908 — e suas congêneres em outros continentes, a despeito da intensa troca de materiais e da constante remessa de publicações afiliadas ideologicamente.

Ainda assim, em 1909, representantes brasileiros compareceram a uma conferência de organizações operárias anarco-sindicalistas organizada em Buenos Aires pela Federación Obrera Regional Argentina, sem que se chegasse entretanto a qualquer resultado prático. Mais tarde, a perseverança dos anarquistas argentinos produz alguns resultados com o estabelecimento, em 1929, da Associación Continental de Trabajadores, filial regional da Associação Internacional de Trabalhadores (anarquista), numa época contudo em que os grupos operários brasileiros dessa corrente entravam em franca decadência (Victor Alba, 1964, p. 457).

O "internacionalismo" anarquista se revela sobretudo na adoção das mesmas palavras de ordem adotadas por seus companheiros europeus, relativas à luta contra a guerra e a defesa da paz mundial. Em outubro de 1915, ao mesmo tempo em que organizavam um Congresso Anarquista Nacional no Rio de Janeiro, os anarquistas patrocinam um Congresso Internacional da Paz que contou apenas com a inexpressiva presença de dois representantes de organizações libertárias argentinas. No ano anterior, a realização programada para agosto, em Londres, de um Congresso Internacional Anarquista — para o qual se preparava a participação de delegados brasileiros — se viu frustrada em razão da deflagração da guerra. (Cf. John W. F. Dulles, 1973, p. 34).

Em escala continental deve ser feita menção às tentativas da AFL de Samuel Gompers de congregar sob sua bandeira or-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ganizações de trabalhadores da América Latina, mas tanto diferenças de orientação quanto a distância mantiveram os sindicatos brasileiros fora daquela iniciativa que, de resto, limitava-se ao México, América Central e Caribe. Mais próxima dos anarquistas brasileiros estava a **Industrial Workers of the World** — cisão da AFL, a princípio (1905) socialista e, depois, anarquista — que, aliás, recrutava grande número de imigrantes italianos ou espanhóis nos Estados Unidos (Georges Lefranc, 1949, p. 34).

No campo do sindicalismo socialista e social-democrata não há praticamente nenhuma experiência concreta de um relacionamento efetivo entre sindicatos brasileiros e o movimento operário europeu, apesar da existência — ressaltada por Fausto — de uma significativa fração "trabalhista" disposta à colaboração de classes e à dependência para com o Estado, dominante no final do século passado (Cf. Fausto, 1976, p. 41). É sabido que os diversos "partidos" socialistas vieram à luz no período aqui analisado, mas nenhum deles chegou sequer a colocar a questão de sua vinculação internacional, precisamente em virtude da falta absoluta de qualquer embasamento real na classe trabalhadora brasileira. A corrente social-democrata européia, por sua vez, não chegou a constituir uma verdadeira "internacional operária" na fase anterior à guerra, em virtude sobretudo da oposição do líder alemão Legien às concepções revolucionárias da CGT francesa. No terreno sindical reformista se verifica, entretanto, a instituição do Secretariado Sindical Internacional criado em 1902 e cujas conferências frequentemente coincidiam com os congressos internacionais socialistas; a pressão das organizações mais ativas — sindicatos franceses e americanos da corrente IWW — leva o movimento um pouco mais adiante com o lançamento, em 1913, do esqueleto da Federação Sindical Internacional que jogaria um papel importante nos anos vinte (William Z. Foster, 1955, p. 164) (1)

Mas, indubitavelmente, o período anterior a 1917 é dominado pelas correntes anarquistas, organizadas ou não em centrais sindicais nacionais. A COB comanda lutas importantes como a "campanha contra o fuzilamento do anarquista espanhol Francisco Ferrer, chegando a realizar uma passeata (em

(1) O autor, mais tarde membro da Comissão Executiva do Comintern e dirigente do Partido Comunista Americano, participou como delegado da IWW de uma tentativa de constituição de uma organização internacional de trabalhadores, feita durante um congresso em Budapeste, em agosto de 1911.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

1909) no Distrito Federal, na qual tomaram parte mais de 5 mil pessoas" (Cf. Telles, 1962, p. 21). Além da organização desse tipo de campanha de solidariedade internacional, a exemplo das lutas contra a guerra e o militarismo, os anarquistas traduziam e publicavam no Brasil diversos materiais de propaganda e de orientação anarquista (2), como também enviavam "delegados à Espanha, Portugal e Itália — países de onde provinha o grosso da imigração — para narrar aos trabalhadores daqueles países o que se passava no Brasil" (Telles, 1962, p. 22). No entanto, apesar do impacto causado nesses meios por acontecimentos ligados ao movimento operário internacional, não se tem notícias de alguma experiência de vinculação orgânica ou qualquer relacionamento mais estreito entre organizações sindicais brasileiras e os "embriões" de internacionais sindicais existentes nessa época.

MARXISMO E ANARQUISMO

A irrupção da revolução bolchevista no meio operário brasileiro se dá sobretudo pela introdução do debate político em torno dos princípios que deveriam guiar a ação sindical na luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Neste sentido, a experiência soviética é um divisor de águas do movimento operário, não apenas no Brasil, mas — é óbvio — no cenário internacional, introduzindo novos conceitos estratégicos e táticos e novas regras de organização. Após um período de confusão inicial, durante o qual congressos anarquistas — comunistas chegaram a se realizar no Rio de Janeiro em apoio à revolução russa, o debate se acirra e a oposição entre marxistas e libertários se torna irredutível. Mas assiste-se então, sobretudo a partir de 1919, ao declínio do movimento anarquista que, depois das tentativas de 1917 e 1918 — greve geral e insurreição frustrada — caminharia para sua "bancarrota total" como diria, anos mais tarde, o ex-anarquista e principal fundador do Partido Comunista, Astrogildo Pereira.

A última grande manifestação da hegemonia anarquista se daria por ocasião do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1920, onde, consoante

(2) Em 1909, por exemplo, o órgão socialista e anarquista "A Terra Livre", criado em 1905 e administrado por Edgard Leuenroth e Neno Vasco, publicava em São Paulo o folheto "Programa Socialista Anarquista Revolucionário" de Enrico Malatesta.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ainda com as tendências políticas dominantes, optou-se pelo princípio federativo para congregar as várias federações existentes e as associações autônomas representadas. Ainda assim, alguns dos membros da Comissão Executiva do Terceiro Congresso (CETC), inspirados pelos sucessos dos bolchevistas russos, começavam já a propugnar a criação de um partido político do proletariado na luta pela conquista de seus objetivos revolucionários. Alguns meses mais tarde, os debates cada vez mais azedos entre as duas correntes resultam na cisão do movimento operário brasileiro entre anarquistas e comunistas (Dulles, 1973, pp. 253-158). (3)

A ruptura no movimento operário e sindical europeu não se dá contudo entre anarquistas e comunistas, mas sim entre estes últimos e as correntes social-democratas e reformistas, que conseguem reorganizar-se e manter sua hegemonia política durante o período revolucionário que se abre no imediato após-guerra. Em abril de 1919 uma conferência sindical reunida em Amsterdam, com representantes de quatorze países, reconstrói a Federação Sindical Internacional sob a liderança de forças centristas e direitistas do movimento operário europeu (Foster, 1955, p. 319 (4). Mas, como os sindicatos alemães eram agora considerados como "inimigos" — os vencidos na guerra deixavam de ser "patriotas", como os outros sindicatos nacionais — as **trade union** britânicas exercerão, durante muitos anos, uma influência preponderante na "Internacional de Amsterdam", o que não os impede todavia de concluir um acordo com os sindicatos soviéticos em 1924 (Cf. A. Losovsky, 1926, pp. 248-250). (5)

Mais importante por sua contribuição à legislação do trabalho que por alguma eventual ação em favor da mobilização social e política dos trabalhadores sindicalizados, é a realização, na mesma época, de uma conferência internacional sobre a legislação do trabalho no quadro da Conferência de Paz de Versalhes. Concluído em abril de 1919, o Tratado de Paz contemplava em seus artigos 387 a 427 uma série de cláusulas re-

(3) Um ano depois, Astrogildo Pereira receberia a visita de um emissário da III Internacional, recebendo o encargo de organizar um partido comunista no Brasil.

(4) Há evidência de que um delegado brasileiro assistiu à conferência de reconstrução da FSI; cf. Alba, op. cit., p. 458 que cita Robert Alexander: **Labor Parties of Latin America; New York, League for Industrial Democracy,** 1942; pp. 42-43.

(5) O Comitê de Unidade Anglo-Russo foi dissolvido depois da desastrosa greve geral de 1926, na Inglaterra.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

lativas à organização e proteção do trabalho (princípio das 8 horas de trabalho diário, interdição do trabalho noturno às mulheres e crianças, direito de associação e liberdade sindical, etc) e estabelecia a Organização Internacional do Trabalho, na qual estariam presentes delegados governamentais e membros operários e patronais das organizações profissionais mais representativas de cada um dos países aderentes à Liga das Nações (Guy de Lusignan, 1959, pp. 21-34). (6)

Nesse mesmo período, os grupos políticos, disputando entre si o controle das organizações sindicais no Brasil, estavam muito mais ocupados em preservar a pureza de suas concepções e princípios de luta do que em participar dos debates que agitavam o movimento operário internacional, e particularmente o europeu. Ainda assim, os reflexos das posições adotadas da Conferência da Paz de Versalhes e dos postulados da "Carta do Trabalho" elaborada pela FSI se fazem sentir de imediato no Brasil: de maio a julho de 1919, os trabalhadores do Distrito Federal e de São Paulo conduzem uma série de greves pelas 8 horas de trabalho sem redução do salário, vitoriosas em sua maior parte. Mas as questões políticas não deixam de se manifestar igualmente: no 3.º Congresso Operário Brasileiro algumas delegações insistem sintomáticamente na preservação da neutralidade política dos sindicatos e na manutenção de uma posição estritamente sindicalista na condução das lutas operárias (7), o que não tardaria a se revelar como insustentável no período seguinte.

OS SINDICATOS BRASILEIROS E O SINDICALISMO INTERNACIONAL

Nos anos vinte, diversos apelos dos mais diferentes horizontes ideológicos e programáticos solicitarão a atenção dos trabalhadores organizados no Brasil, alguns contando com o beneplácito do Governo, outros sendo duramente reprimidos, assim como seus grupos políticos respectivos. Os socialistas reformistas poderiam contar com o apoio moral da Internacional social-democrata de Amsterdam; os anarquistas, por sua vez,

---

(6) O representante brasileiro à Conferência de Paz de Versalhes era Epitácio Pessoa que, pouco depois, seria elevado à Presidência da República.

(7) Ver as teses apresentadas pela Associação Gráfica do Rio de Janeiro ao 3.º Congresso, em Edgard Carone, **Movimento Operário no Brasil**, pp. 421-424.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

logo teriam sua entidade supra-nacional, conhecida como "Internacional de Berlim"; os trabalhistas pró-governamentais seriam assegurados de um mínimo de representatividade através da colaboração oficial com o Bureau Internacional do Trabalho de Genebra; os comunistas, que passam a influir decisivamente na condução das lutas operárias a partir de meados da década, encontrariam cobertura internacional no PROFINTERN, a Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscou; a AFL, finalmente, lidera uma tentativa de constituição de uma confederação pan-americana dos trabalhadores que obteve, contudo, escassa repercussão no Brasil.

A fundação e preservação do primeiro Estado proletário da História, personificado no Governo soviético, não poderiam deixar de despertar o entusiasmo dos trabalhadores de todo o mundo. Assim, quando sob a condução dos bolchevistas russos é criada a III Internacional, ou COMINTERN, diversos sindicatos e mesmo centrais sindicais de alguns países europeus (Itália, Espanha e França sobretudo) postulam sua adesão ao novo polo da revolução mundial mas, por decisão do próprio Lenin, só foi permitida a afiliação de partidos políticos. Por ocasião do 2.º congresso do Comintern, em 1920, é instituído um Conselho Sindical Internacional, destinado a fazer face à Internacional "amarela" de Amsterdam, e que incluia centrais sindicais de diversos matizes como CGL italiana, de inspiração socialista, e a CNT dos anarco-sindicalistas espanhóis. Ao realizar-se contudo o 1.º congresso da, então chamada, Internacional Sindical Vermelha, ou Profintern, em julho de 1921, clarificam-se as posições políticas e a ideologia do novo movimento internacional, o que determina a saida quase que imediata das correntes socialistas, anarquista e anarco-sindicalista que por acaso ainda não se tivessem afastado do programa do Comintern (Cf. Lefranc, 1949, pp. 54-55 e Losovsky, 1926, pp. 137-149). (8)

Na América Latina, de uma forma geral, e no Brasil, de uma forma acentuada, o debate entre anarquistas e comunistas se dá tanto em função das formas de organização que deveriam presidir as lutas do movimento operário como em relação à vinculação mundial desse movimento: "uma das questões cruciais que levaram à cisão entre as facções pró e anti-comu-

(8) Ver o programa de ação da ISV em **Manifèstes... des Quatre Premiers Congrès de l'I.C., op. cit.**, pp. 129-134. Sobre as relações entre o Comintern e os anarquistas ver Borkenau, **World Communism**, pp. 167-8 e 196-7.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

nista do movimento operário anarquista era o problema da afiliação internacional". (Cf. Robert Alexander, 1957, p. 94). Numa primeira fase, o modelo seria a IWW americana, cuja estrutura avançada — agrupando sindicatos por indústriais — era tida como importante fator de impulsão das lutas operárias; mas os anarquistas brasileiros consideravam essa estrutura muito centralizada, preferindo em seu lugar uma livre federação (Dulles, 1973, pp. 164-166 e 186). Os anos 1921-22 assistem à cisão definitiva do movimento operário no plano internacional: os socialistas já contavam com sua própria internacional e conseguem preservar o essencial de suas forças ao nível das centrais nacionais, com exceção da França onde se constitui uma CGTU revolucionária; os anarco-sindicalistas por sua vez decidem não tomar parte na ISV e estabelecem a sua própria internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores, cujo congresso constitutivo é realizado em Berlim no final de 1921 (Lefranc, pp. 54-55; Losovsky, pp. 281-284.)

"A questão imediatamente se colocou no Brasil se os sindicatos anarquistas deveriam se ligar à Internacional de Berlim ou à de Moscou. A maioria decidiu finalmente que a COB deveria aderir à AIT de Berlim" (Alexander, 1957, p. 94, que cita **A Plebe** de 19 de dezembro de 1922). Em verdade, nessa época, a COB não tinha qualquer existência real, mas diversos sindicatos e algumas federações proclamam sua aderência à AIT anarco-sindicalista, no quadro de uma intensa campanha anti-bolchevista (Dulles, 1973, pp. 284-5).(9) Na primeira metade dos anos vinte, quando os comunistas ainda não eram sérios concorrentes ao controle das mais importantes federações de trabalhadores, a AIT — cujas bases principais se encontravam na Espanha e nas importantes minorias anarco-sindicalistas da Alemanha, França e Portugal — podia ainda reivindicar como membros algumas centrais sindicais da América Latina, sobretudo na Argentina, México e Brasil (Losovsky, 1926, p. 282).

Os socialistas reformistas não parecem ter exercido muita influência na questão da vinculação internacional das organizações sindicais brasileiras. Apesar de que na conferência constitutiva da FSI de Amsterdam, em 1919, Samuel Gompers

---

(9) A adesão era, na maior parte das vezes, puramente verbal e parece difícil avaliar-se, agora, o grau de vinculação ou o tipo de relacionamento entre as organizações sindicais brasileiras de afiliação anarco-sindicalista e a AIT de Berlim.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

da AFL tenha reivindicado a representatividade de "vinte e uma repúblicas da América Central e do Sul", a penetração da Pan-American Federation of Labor — ou Confederación Obrera Pan-Americana, como se prefira — no Brasil, foi mínima, para não dizer nula. Sua atuação, no decorrer dos anos vinte, não ultrapassou limites geográficos muito restritos e assim mesmo a representação de sindicatos latino-americanos era muitas vezes feita por meio de líderes exilados nos Estados Unidos (Cf. Moisés Poblete Troncoso, 1960, pp. 129-130). Pelo exame da bibliografia disponível, não se tem notícia de uma participação regular de alguma entidade sindical brasileira nos congressos internacionais da FSI — que no período de entre-guerras agiu em estreita cooperação com a OIT — ou nos congressos regionais da PAFL — reunidos a cada dois anos entre 1917 e 1930, sob a liderança de Samuel Gompers e depois de Williams Green, secretários da AFL (Lefranc, pp. 62-4 e Alba, **op. cit.**, pp. 459-462). O sindicalismo reformista já havia renunciado a toda mística revolucionária, em favor de um pragmatismo das conquistas graduais e, sendo assim, não poderia mesmo conquistar muitas posições no sindicalismo brasileiro numa época em que as ativas minorias revolucionárias imprimiam seu estilo e direção às lutas operárias. Não que faltasse o elemento moderado, preconizador de reformas parciais, no sindicalismo brasileiro, mas a própria atitude de intransigência muitas vezes assumida pelas autoridades, face às reivindicações legítimas da classe operária, contribuia para a exacerbação dos antagonismos que daí derivavam.

O Governo Bernardes tentaria, é verdade, modificar a tradicional política de repressão sistemática em favor de um ensaio de colaboração classista: "no Governo Bernardes começou uma nova experiência: não havia Ministério do Trabalho, mas se criou um Conselho Nacional do Trabalho e se fizeram as primeiras reuniões patrão-trabalhadores-Governo para se estabelecer as primeiras leis sociais" (Roberto Morena, entrevista, Praga, 26 de dezembro de 1976). (10) Papel especial teve nesse contexto a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, dirigida por Sarandi Raposo e que durante um certo tempo serviu de cobertura legal ao trabalho político do PCB, permitindo-lhe o acesso à imprensa diária. O esquema colaboracionista integrava-se, de resto, nas recomendações suge-

(10) Morena participou dessas primeiras reuniões de conciliação, sendo ao mesmo tempo membro da Comissão Sindical do PCB.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ridas pelo Bureau Internacional do Trabalho, secundado pela FSI, no sentido de ser implementada, gradualmente, uma legislação social capaz de dirimir os mais graves conflitos trabalhistas. É assim que as primeiras propostas de introdução da "lei de férias", das leis sobre acidentes de trabalho e das caixas previdenciárias são discutidas e encaminhadas durante o Governo Bernardes, o que contribuiu em muito para reforçar e impulsionar a corrente "trabalhista" do movimento operário brasileiro.

Em julho de 1925 visita o Brasil Albert Thomas, líder sindicalista francês e presidente do BIT e, entre uma homenagem e outra, critica o Governo por não resignar delegados às conferências da OIT; a escolha do representante dos trabalhadores, em 1926, gera, precisamente, intenso debate entre comunistas, anarquistas e socialistas. Estes últimos tinham constituído, em maio do ano anterior, mais um Partido Socialista, com Evaristo de Morais à cabeça, mas não parecem ter buscado contato com as entidades socialistas, políticas ou sindicais, no plano internacional (Dulles, 1973, pp. 278-296). (11) Os esforços dos socialistas para concorrer com comunistas e anarquistas no controle do movimento operário logo receberiam adesão, no espectro moderado, de sindicalistas do sul do país que, em 1928, tomam a iniciativa de fundar um Partido Trabalhista, conseguindo um sucesso relativo nesse final de década (Poblete Troncoso, 1960, pp. 77-8). (12) O apoio discreto dado pelos governos Artur Bernardes e Washington Luís aos "trabalhistas bem comportados" abriu caminho à instalação do sindicalismo oficial na década de 30, quando a supervisão exercida pelo Ministério do Trabalho não mais permitiria a vinculação internacional dos sindicatos brasileiros. O contingente até então moderado de entidades pró-governamentais — onde se incluiam alguns sindicatos de marítimos, a associação de cocheiros e condutores de veículos, dos empregados em armazéns e sobretudo diversos sindicatos de texteis — seria particularmente acrescido a partir da instalação do Governo Vargas.

---

(11) O afastamento do Brasil, aliás, da Liga das Nações, — onde foi membro eleito do Conselho de 1920 a 1926 — significaria também o distanciamento em relação à OIT, com correspondente perda de respaldo internacional para grupos brasileiros de tendência socialista moderada.

(12) Em seu segundo congresso, realizado em 1930, esse Partido Trabalhista reuniu 181 delegados representando 58 entidades sindicais, com a adesão proclamada de cem mil trabalhadores.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A ISV E O MOVIMENTO SINDICAL DE ORIENTAÇÃO COMUNISTA

A formação do Partido Comunista significou, como já vimos, a introdução do debate político nas organizações sindicais. Ao mesmo tempo, a constituição de uma corrente de orientação comunista no movimento sindical brasileiro permite o ingresso da classe operária, até então marginalizada, na política nacional, com posições próprias, de corte nitidamente classista. Até 1925, no entanto, o número de adeptos do PCB no próprio Distrito Federal e sua penetração nos sindicatos operários eram extremamente reduzidos: de acordo com as resoluções do 2.º congresso do Partido, "do ponto de vista numérico e social, os sindicatos amarelos eram mais importantes que os sindicatos anarquistas e comunistas" (Dulles, p. 273, que cita Astrogildo Pereira, **Formação do PCB,** p. 65).

A ofensiva comunista é particularmente estimulada, a partir dessa época, pela importância atribuída pela Internacional Comunista ao movimento sindical latino-americano: em 1925 é criado o Bureau Sul-Americano da IC e, em 1927, um Secretariado Sindical para a América Latina (Edgard Carone, 1970, p. 332). A Internacional Sindical Vermelha começa a incluir a América Latina em sua área de interesse desde o 3.º congresso, realizado em Moscou (de 8 a 22 de julho de 1924), imediatamente após o 5.º congresso da IC (Losovsky, pp. 154-7). No Brasil, as publicações do PCB revelam referências à ISV desde o período inicial, em 1922-23, mas apenas a partir de 1925 a questão assume contornos concretos, com a definição de uma política definida para o movimento sindical: é a época da "frente única do proletariado" e das primeiras tentativas de formação de uma Confederação Geral do Trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo, o PCB desenvolve a luta contra a velha estrutura "por ofícios" do sindicalismo brasileiro, propugnando organização e afiliação por setores de indústrias, se possível em forma de federações, conforme modelo sugerido pela IWW e adotado pelos comunistas (Dulles, pp. 299-302). (13)

Numa primeira tentativa para organizar o movimento sindical latino-americano, a ISV estimula uma conferência, em 1926, dos sindicatos marítimos de alguns países do continente. Reunido em Montevidéu, o Congresso Continental dos Trabalhadores Marítimos contou com a presença de sindicatos americanos

(13) A IWW participou das atividades da ISV num primeiro período.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

e chilenos da tendência IWW, além de grupos de marítimos do Brasil e do Uruguai (Alexander, p. 48). Até 1927, no entanto, apenas duas centrais sindicais latino-americanas estavam afiliadas ao Profintern: a Federación Obrera de Chile e a Confederación Obrera Nacional de Colombia (Idem, p. 47), (14) esta última sendo porém uma entidade "de papel", à falta de um proletariado industrial relativamente importante nesse país (Alba, **op. cit.**, pp. 401-2). (15)

Em abril de 1927, o PCB promove um congresso sindical regional, na tentativa de unificar sob seu controle o movimento sindical e adiantar a constituição da CGT (16), não sem violenta oposição dos anarquistas: "embora se diga que o anarquismo deixou de ter impacto no movimento trabalhista brasileiro a partir de meados da década de 20, é inegável que contribuiu para obstruir a ofensiva do PCB em pról da unidade sindical" (Dulles, p. 320); os próprios anarquistas reconheciam, no entanto, que os bolchevistas vinham ganhando terreno dentro das organizações operárias, mas atribuiam esse progresso às manobras de apoio da Internacional Sindical Vermelha, já em seu terceiro congresso (Idem, pp. 327-8). Nessa mesma época, enquanto os anarco-sindicalistas se preparavam para uma Conferência Libertária Continental, convocada pela FORA argentina e pela CGT mexicana, os comunistas brasileiros continuavam a avançar, mesmo sofrendo o duro impacto da "Lei Celerada", sancionada em agosto de 1927 (Idem, pp. 334-339).

No final desse ano, diversos líderes comunistas latino-americanos, reunidos em Moscou para as comemorações do 10.º aniversário da revolução bolchevista, liberam uma longa declaração onde, ao lado dos habituais ataques à PAFL e aos "amarelos" de Amsterdam, conclamam os sindicatos do continente a realizarem uma conferência em Montevidéu — fixada então

---

(14) A PAFL ou a FSI, ambas hostilizadas violentamente pelos comunistas, assim como a modesta AIT anarco-sindicalista, não podiam tampouco reivindicar adesões significativas no continente latino-americano que, com poucas exceções, não conhecem, nessa época, centrais sindicais nacionais realmente importantes.

(15) A FOCH, por sua vez, que existia desde 1909, já havia aderido ao Profintern logo de sua constituição, em 1921, apesar da intensa oposição dos sindicatos socialistas e anarco-sindicalistas a ela afiliados. **Idem**, pp. 379-381.

(16) O resultado foi a criação da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro: Joaquim Barbosa, que um ano depois lideraria a "oposição sindical" ao PCB, seria eleito primeiro-secretário, e João da Costa Pimenta e Roberto Morena designados segundo e terceiro secretários. Dulles, p. 319.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

para o final de 1928 — e destinada a criar uma Confederação Sindical Latino-americana (Alexander, p. 49).(17) Em nova reunião em Moscou, realizada em abril de 1928, os representantes latino-americanos redigem um novo manifesto dirigido às organizações operárias do continente, convocando a conferência para maio do ano seguinte, em Montevidéu (Alexander, p. 49).(18)

Nessa fase, a orientação imprimida pelo PCB ao trabalho sindical gera divergência entre alguns dirigentes, desenvolvendo-se um movimento de críticas onde se acusava o PCB de estar "inteiramente fora das condições brasileiras" e que sua "orientação era mais uma cópia ou ajustamento de uma orientação ampla da Internacional (comunista)".(19) Indiferente a essas críticas, **A Classe Operária** continuava a desenvolver ampla campanha em prol da criação de uma confederação sindical latino-americana, conforme as diretrizes do Profintern, que acabava de realizar seu 4.º congresso, em Moscou (Alexander, p. 49. Dulles, p. 362).(20) No final do ano efetivamente, o 3.º congresso do PCB, aplicando já as novas consignas de "frente única do proletariado" adotadas no 6.º congresso da IC — e portanto como reflexo da posição assumida em relação ao movimento sindical europeu — inicia a luta contra os "grupos socialistas no movimento operário" (Cf. Paulo Sérgio Pinheiro,

---

(17) Além de representantes de sindicatos ou centrais nacionais da Argentina, Uruguai, Cuba, Chile, México e Equador a resolução recebeu também o apoio de um representante da "Minoria Revolucionária dos Sindicatos do Brasil", na pessoa do estudante e alfaiate de profissão Heitor Ferreira Lima; cf. Dulles, p. 362.

(18) Pouco depois, durante a realização do 6.º congresso do Comintern, se decide a transferência do Secretariado Sul-Americano da IC, de Buenos Aires para Montevidéu; **idem**, p. 35.

(19) Carta de Souza Barros, um dos integrantes da "oposição sindical", a Dulles; p. 351. Na mesma ocasião, mas por motivos diferentes, deixou o PCB um grupo de intelectuais (Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, entre outros) que se alinhariam na oposição trotsquista à política stalinista para o movimento comunista internacional. Em setembro e outubro de 1928, Joaquim Barbosa, que pouco depois lideraria a "oposição sindical", publicaria um chamamento ao congresso de Montevidéu, concitando a "imprensa proletária a dedicar um sério trabalho em prol desse congresso"; cf. Carone, 1979, pp. 428-430.

(20) Sobre as relações entre o Comintern e a América Latina ver a seleção de documentos apresentada por Stephen Clissold em **Soviet Relations with Latin America, 1918-1968.** Herminio Linhares faz referência à publicação, no Brasil, em 1928, do "Boletim da ISV", que seria provavelmente tradução do "Bulletin de l'Internationale Syndicale Rouge", editado em Paris; cf. **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil,** p. 71.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

1975, p. 136). (21) Também para preparar o congresso de fundação da CSLA começa a ser publicado, em Montevidéu, desde meados de 1928, **El Trabajador Latino Americano,** o primeiro periódico comunista continental, reproduzindo as posições do Profintern sobre o movimento sindical (cf. Donald Herman, 1973, p. 14).

Congregando forças para a conferência sindical de Montevidéu, as organizações vinculadas ao PCB reúnem no Rio de Janeiro, de 26 de abril a 1.º de maio de 1929, o Congresso Operário Nacional "com o fim de passar em revista a situação trabalhista e constituir a Confederação Geral do Trabalho do Brasil" (Dulles, p. 385). Com a participação de mais de cem associações de trabalhadores, foram "aprovados os estatutos da CGTB e uma moção de apoio à Confederación Sindical Latino-Americana" (Idem, pp. 385-6). (22) "No último dia do congresso, em 1.º de maio, foi eleita uma delegação para participar do Congresso Sindical Continental, que se realizaria em Montevidéu" (Roberto Morena, entrevista, Praga, 27 de dezembro de 1976) (23) ao lado de uma outra delegação que seguiria para Buenos Aires para a 1.ª Conferência Latino-americana dos Partidos Comunistas, convocada pelo Secretariado Sul-Americano do Comintern. (24)

---

(21) Com a abertura do "terceiro período" na política da IC, cada Partido Comunista deveria estabelecer sua própria organização sindical, isolada dos demais grupos atuando no movimento sindical e afiliada à ISV; cf. Alexander, **cp. cit.,** p. 22. Sobre o congresso de 1928 do Comintern e a política sectária então adotada consultar Borkenau, **op. cit.,** pp. 336-340; o autor, dirigente do Partido Comunista alemão e membro do Comitê Executivo da IC nessa fase, rompeu mais tarde com o movimento comunista, sem que sua obra teórica sofra, no entanto, das mazelas subjetivas habitualmente encontradas em escritos de "intelectuais renegados".

(22) Minervino de Oliveira foi escolhido Secretário-Geral da CGTB, mas os líderes efetivos eram o operário gráfico de São Paulo Mário Grazini e o marceneiro-entalhador do Rio de Janeiro Roberto Morena; **idem,** p. 386.

(23) Robert Alexander fornece os nomes (pseudônimos) dos sete delegados brasileiros, que representavam a CGTB, a União dos Trabalhadores Marítimos e Portuários do Brasil e o Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro: José dos Santos (provavelmente Mário Grazini), Antonio Gubinelli (segundo depoimento de Roberto Morena, um operário do interior de São Paulo), Arnaldo da Silva (o próprio Roberto Morena, que voltaria a usar este nome em reuniões ulteriores do Profintern), José Augusto, Teodoro de Oliveira, Guilherme de Aguiar e Januário Vidal; cf. **Communism in Latin America,** p. 51.

(24) Sobre o congresso de Montevidéu ver Rollie Poppino, **International Communism in Latin America,** pp. 78-9 e 157-8. Sobre a participação brasileira à conferência de Montevidéu confira-se a visão pessoal de Leôncio Basbaum, **Uma Vila em Seis Tempos,** p. 68.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Reunido de 18 a 26 de maio e presidido pelo próprio líder da Internacional Sindical Vermelha, Alexander Losovski, o congresso de Montevidéu congregou representantes sindicais de quinze países latino-americanos, além de delegados de associações de trabalhadores norte-americanas (controladas por comunistas) e da CGTU francesa.(25) O programa do encontro sindical continental compreendia, entre outros pontos, a luta contra os imperialismos britânico e americano, a atitude frente a PAFL, o problema do Indio e dos trabalhadores imigrantes.(26) Apesar de que a afiliação ao Profintern trouxe um certo respaldo internacional a suas atividades, a CSLA não logrou constituir-se em um organismo realmente representativo do movimento operário continental e a adesão proclamada de 11 milhões de membros através das centrais nacionais nunca foi atingida, mesmo se se considera o conjunto dos trabalhadores organizados, de diversas correntes, em toda a América Latina (Alba, 1968, p. 322).

No Brasil, entretanto, o modelo adotado pela internacional comunista visando organizar o movimento operário sobre a base de sindicatos de indústria, iria ajudar a CGTB a conquistar uma certa audiência nos meios sindicais. Mas já a partir de junho desse mesmo ano, uma intensa repressão policial, com invasão da sede da CGTB no Rio de Janeiro, iria dificultar a reorganização nacional do movimento operário nos moldes pretendidos pelo Partido Comunista. Os anarquistas, de seu lado, tentariam ainda retomar suas atividades sob o estímulo da AIT: depois de diversas tentativas abortadas, os anarco-sindicalistas latino-americanos conseguiram finalmente criar, em 1929, a Associación Continental Americana de Trabajadores (ACAT), mas não há evidências de uma participação de delegados brasileiros nesse congresso de Buenos Aires.(27) Do lado dos trabalhistas e socialistas moderados, o relativo progresso alcançado nos últimos anos da década na conquista de vários sindicatos de trabalhadores — processo parcialmente favorecido pelas próprias autoridades governamentais que manejavam, alternadamente, a cenoura e o bastão — não se veria apoiado, como

---

(25) Cf. Clissold, p. 12. Poppino, p. 79, apresenta a lista dos países representados. Victor Alba, **Politics and the Labor Movement in Latin America**, pp. 321-2, fornece um bom resumo do que foi o congresso constitutivo da CSLA.

(26) A agenda do congresso está em Alexander, p. 50 e em Carone, **Movimento Operário no Brasil**, p. 428.

(27) Segundo a doutrina anarco-sindicalista, a ACAT advogava uma estrutura federalizada, agrupando as associações autônomas de trabalhadores dos diversos países. Ver Poblete Troncoso, **op. cit.**, p. 133.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

no caso dos comunistas, por uma organização internacional militante e combativa, capaz de levar adiante propostas políticas e econômicas por meio de um exército de combatentes disciplinado e eficaz.

De uma forma geral, a intensa mobilização social e política dos trabalhadores organizados, observada durante toda essa década, apoiou-se mais em conflitos próprios à sociedade brasileira — assiste-se então à contestação violenta e constante da velha oligarquia dominante por parte de elementos avançados da pequena burguesia radicalizada e de grupos de trabalhadores politicamente orientados — do que em diretivas gerais formuladas extra-nacionalmente, apesar de que estas jogassem um papel relevante no caso dos comunistas. Estes últimos inevitavelmente fariam às fórmulas propostas nos centros do comunismo internacional, tanto o terreno político como o setor propriamente sindical, como forma de conduzir suas lutas pela conquista da hegemonia política no meio operário: a política de frente única, a hospitalização constante aos demais grupos políticos trabalhando no movimento sindical, a experiência do BOC, a condução da política de alianças com outras classes e outras tantas modalidades da intervenção comunista no cenário político nacional constituem, cada uma em seu contexto específico, diferentes etapas da aplicação das consignas gerais emitidas pelo núcleo dirigente do movimento comunista internacional. (28)

Os anos insurrecionais se estenderiam ainda até meados da década de 30, mas o padrão de relacionamento Estado-trabalhadores se veria substancialmente transformado com a vitória do movimento político-militar da Aliança Liberal e a introdução de novas formas de comportamento e das novas funções assignadas ao sindicalismo classista por parte do grupo que assumiu o poder. Apesar do apelo ainda remanescente do sindicalismo internacional — e este seria ainda mais intenso no caso do Comintern e do movimento operário de orientação comunista — o movimento operário e sindical no Brasil refluiria cada vez mais aos estritos limites da balança de poder nacional, para encerrar-se definitivamente num horizonte essencialmente interno a partir de 1935. (29)

---

(28) Ver a interessante análise desenvolvida sobre este tema por Ronald Chilcote, **The Brazilian Communist Party,** "8. Conflict and Integration with the Cross-National Environment", pp. 194-214.

(29) Isto não quer dizer que, depois dessa data, o trabalhador organizado no Brasil permanecesse indiferente aos acontecimentos, interessando-lhe o movimento operário internacional — e cite-se aqui; a título de exemplo, a guerra civil espanhola e a luta contra o nazi-fascismo — mas deixam de

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

O ESTADO PATERNALISTA E O "INTERNACIONALISMO" DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO.

A chamada "questão social" emergiu poderosamente durante a campanha presidencial que deveria decidir do sucessor de Washington Luis. No programa da Aliança Liberal, Vargas já havia salientado a necessidade de adoção de um Código do Trabalho, a extensão do seguro social a todas as categorias de trabalhadores, a aplicação de leis relativas ao salário mínimo, férias, cooperativas de consumo, propondo ainda medidas de proteção ao trabalhador em matéria de instrução, higiene, alimentação, habitação, crédito e até mesmo recreação. (30) Vitoriosa a revolução de outubro e instalado o Governo Provisório, começaria uma nova etapa para o movimento sindical e operário no Brasil, cujas relações com o novo poder institucional não seriam contudo despidas de ambigüidade. O Estado varguista, apesar de inspirar-se no modelo corporativista em experiência na Europa meridional e ibérica (chegando mesmo a aproximar-se ostensivamente do padrão mussoliniano, em determinada fase de sua vigência), não permitiria ao sindicalismo brasileiro os frutos que uma vinculação internacional poderia trazer à condução de suas lutas classistas. Para a corrente de inspiração comunista, a situação se tornaria particularmente difícil em virtude de sua política de aberta hostilidade à Revolução de 30, mesmo se, numa segunda fase, as táticas extremamente sectárias determinadas pela política corrente do Comintern são abandonadas em favor de um ensaio de colaboracionismo e de cooperação com as demais correntes organizadas do movimento operário.

Numa primeira fase do processo que se abre em 1930, os anarquistas e anarco-sindicalistas, aproveitando-se da derrocada da velha oligarquia e da desorganização eventual do PCB sob o impacto da repressão anti-comunista que precede e segue a revolução da Aliança Liberal, tentam reorganizar sob sua direção o movimento operário-sindical: apesar de terem conseguido reativar a velha Federação Operária de São Paulo, os anarquistas não saberão, contudo, adaptar-se às novas exigên-

---

existir, como fatores relevantes na determinação da política a ser seguida na frente interna, as variáveis relativas a vínculos orgânicos ou mesmo simples ligações políticas com entidades sindicais internacionais.

(30) Cf. Dulles, pp. 412-3. O seguro social, até então, era exclusivo das caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários e portuários, conquistado na primeira metade dos anos 20, em 1923 e 1926 respectivamente. Quanto à questão da organização sindical, ainda vigorava a velha "lei sindical" de 1907.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

cias advindas da lei de sindicalização compulsória de março de 1931 e paulatinamente perderão substância e capacidade mobilizadora até tornarem-se verdadeiramente insignificantes no quadro do movimento operário brasileiro (Cf. Dulles, p. 456). Já praticamente extinta como entidade internacional desde o começo dessa década, a corrente anarco-sindicalista apenas encontrará sobrevivência, no continente latino-americano, por meio de alguns pequenos sindicatos argentinos e uruguaios que conseguirão manter o fantasma da ACAT até aproximadamente meados deste século (Cf. Poblete-Troncoso, p. 133). Os trotsquistas, por sua vez, que passam a adquirir peso internacional nessa mesma época, com o estabelecimento em Paris da "Oposição Internacional", conseguem ganhar o controle da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo e passam a defender a aplicação das resoluções adotadas nos quatro primeiros congressos da IC como forma de conduzir o processo revolucionário brasileiro (Dulles, pp. 456-460).

A partir dessa década, uma nova corrente colaboracionista faz sua aparição no movimento operário organizado: o sindicalismo católico. Já desde o começo do século, a Igreja vinha estimulando o surgimento de "sindicatos cristãos" com base na doutrina estabelecida pela encíclica "Rerum Novarum", mas a experiência não passou da implantação de alguns "círculos operários" em centros industriais mais importantes. Com a ascensão do Cardeal Leme à vida política nacional, através de sua aliança com Vargas, o movimento sindical católico ganha novo impulso: em 1932 é fundada a Confederação dos Operários Católicos, favorecida pela atitude favorável ao sindicalismo cristão adotada na encíclica "Quadragessimo Anno", publicada um ano antes. Como no caso das correntes do espectro socialista reformista, não se tem notícias da vinculação dos sindicatos católicos brasileiros e de sua, puramente formal, Confederação à CISC, a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, constituída — mesmo antes da Internacional Sindical Vermelha — pelo congresso de Haia de junho de 1920. Apesar de discretamente corporatista e abertamente colaboracionista e conservadora, a corrente católica seria amplamente suplantada pelo sindicalismo oficial no decorrer dessa década, voltando a adotar formas de organização bem mais modestas, concentrando sua atuação no trabalho junto aos tradicionais "círculos operários" (Ver Lefranc, 1949., pp. 57-8 e Robert Alexander, 1950, pp. 12-3).

O sindicalismo socialista internacional conhece uma estabilização relativa nesse período e consegue mesmo jogar um

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

papel político perponderante em alguns países, mas suas atividades permanecem largamente restritas ao quadro europeu, enquanto que o Profintern avançava sua área de atuação para as chamadas "regiões coloniais e semi-coloniais". As duas entidades haviam engajado, no decorrer da década de 20, conversações para realizar a unidade do movimento sindical internacional, mas "estas negociações não chegaram a nenhum resultado em virtude da resistência de numerosas centrais sindicais reformistas e das concessões por demais hesitantes da ISV" (Cf. Wolfgang Abendroth, 1967, p. 96). A FSI, que em 1931 tinha transferido sua sede de Amsterdam a Berlim e, com a ascensão de Hitler, se estabelece em Paris (Lefranc, p. 76), se sentiu tanto menos obrigada a cooperar com os comunistas na medida em que estes prosseguiam a política isolacionista do "terceiro período".

No Brasil, a corrente comunista passava por sérias dificuldades: a Lei de Sindicalização advertia sobre a "abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso", bem como explicitava a interdição de participar em entidades sindicais internacionais (Dulles, p. 462). A fraqueza das correntes radicais do movimento operário brasileiro torna-se mais e mais evidente à medida em que cresce a burocracia sindical associada ao Estado: "a oposição dos comunistas e dos anarquistas à lei de sindicalização deixou o campo livre às associações amarelas já existentes e às que seriam organizadas posteriormente pelo Ministério do Trabalho" (idem, pp. 463-4). (31) Nestas condições, não é de se estranhar que a dimensão "internacionalista" dos sindicatos de afiliação comunista tenha sido seriamente restringida nos primeiros anos da década de 30: ainda assim, a CGTB reduzida pela representação oficial a um esqueleto de organização — se faz representar, conjuntamente com uma delegação oficial da CSLA, em uma conferência organizada pelo Profintern, em Moscou, no final de 1931. (32)

---

(31) Já em junho de 1933, estavam reconhecidas 372 entidades operárias e 74 patronais; nos sindicatos estavam organizados 168 mil operários, grande parte deles na categoria de transportes, indústria têxtil, alimentícia e construção civil; **idem,** p. 464.

(32) A CSLA, depois da conferência e congresso constitutivo de 1929, não chegou a realizar nenhuma outra reunião continental até sua extinção em 1935; cf. Alexander, **Reseña,** p. 15. Citando Elias Lafertte **(Vida de um Comunista;** Santiago, 1961; pp. 234-40); Clissold informa da passagem do

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A situação conhece alguma melhoria no ano seguinte, com a modificação da linha comunista para o movimento operário: em princípios de 1932, com o Comitê Central do PCB reunido em São Paulo para escapar à repressão, Basbaum consegue fazer aprovar sua posição sobre o trabalho sindical, de que o PCB deveria estar presente nos sindicatos existentes, mesmo dominados pelo Ministério do Trabalho, e não criar novos sindicatos comunistas" (cf. Dulles, p. 491, que cita Basbaum, **op. cit.**, pp. 120-1). Progressivamente, os comunistas brasileiros abandonam o sectarismo anterior e decidem intensificar o trabalho de proselitismo e "de cooperação com os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, com o propósito de assegurar, eventualmente, o controle dos mesmos" (idem, p. 515, com base em depoimento de Ari Campista). Efetivamente, com a mudança da política extremamente radical até então adotada, os comunistas conseguirão recuperar algum terreno no movimento sindical, o que — com o desaparecimento quase que definitivo dos anarquistas e a inexistência da corrente trotsquista nos sindicatos operários — os habilitará a desempenhar um papel decisivo na política nacional, em meados da década.

Essa nova tática, que trouxe seus frutos tanto em termos de novos adeptos para o Partido como o de uma maior arregimentação dos sindicatos oficiais — já então não haveria movimento operário independente —, foi favorecida pela mudança da política do Comintern em relação ao movimento sindical de orientação socialista ou reformista. A OIT, classificada até essa época como "uma das agências reformistas do imperialismo mundial" pelo Profintern (Cf. Lusignan, p. 26), deixaria de ser hostilizada com essa violência, tanto porque ao tornar-se membro da Sociedade das Nações, em 1934, a URSS ingressava automaticamente na OIT. (33) Ao fundirem suas próprias organizações sindicais nas confederações mais moderadas, controladas pelos adeptos da FSI, os comunistas latino-americanos

---

brasileiro Arnaldo da Silva — na verdade Roberto Morena — por Montevidéu, em outubro de 1931, daí seguindo viagem para Moscou com a delegação da CSLA; **op. cit.**, p. 18. A presença de Roberto Morena na conferência sindical internacional de Moscou foi confirmada pessoalmente em depoimento prestado ao autor; entrevista, Praga, 23 de junho de 1978. Ver também Basbaum, **op. cit.**, O líder comunista Mário Grazini era o representante da CGTB junto à CSLA, nessa mesma época; cf. Dulles, p. 492.

(33) Em verdade, a União Soviética não participaria efetivamente dos trabalhos da OIT senão no após-guerra, já no quadro da ONU, pois no período anterior as atividades da organização se restringiam às de um bureau consultivo. Cabe ainda mencionar que, em 1935, a Alemanha se retira da OIT, seguida pouco depois pela Itália e pelo Japão.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

conheceram um período de avanço significativo (Cf. Alexander, 1957, p. 24). (34)

Refletindo as novas posições adotadas no trabalho sindical, a corrente comunista organiza no Rio de Janeiro, em 1934, um congresso sidical nacional, no qual foi fundada a Confederação Sindical Unitária (Ver Telles, p. 33 e Linhares, p. 72), (35) cujas atividades se estenderiam até o seu fechamento — juntamente com a Federação Nacional dos Marítimos, que havia realizado uma grande greve, organizada pelos comunistas — pelo Governo Vargas, em 1935, no quadro da representação à ANL. Depois do levantamento de novembro desse ano e paralelamente à repressão generalizada que se seguiu, o governo instituiu diversas medidas de controle político e ideológico dos sindicatos, ao mesmo tempo em que desmantelava as organizações mais ativas no meio operário. O movimento sindical brasileiro não participaria, nessas condições, do processo de formação da primeira entidade sindical continental realmente representativa: a CTAL, Confederação de Trabalhadores da América Latina. (36) A experiência internacional do sindicalismo brasileiro se veria provisoriamente encerrada e quando renascesse, dez anos mais tarde, não mais adquiriria a importância que teve, na década de 20, no quadro do movimento operário nacional.

BIBLIOGRAFIA

ABENDROTH, Wolfgang: **Histoire du Mouvement Ouvrier en Europe;** Paris, François Maspero, 1967.

ALBA, Victor: **Politics and Labor Movement in Latin America;** Stanford (Calif.), Stanford University Press, 1968.

—: **Historia del Movimiento Obrero en América Latina;** México, Libreros Mexicanos Reunidos, 1964.

---

(34) Em 1934, uma conferência organizada em Montevidéu pelo Bureau Sul-Americano da IC aprovava a mudança de linha do "terceiro período" para a política de "frente popular"; idem, p. 36.

(35) No plano internacional, a própria ISV propõe, em março de 1935, à FSI um congresso unificador, mas a sugestão foi recusada; em 1937, os sindicatos soviéticos concordam em negociar diretamente com a FSI sua adesão: ver Alba, **Politics**, p. 324.

(36) A partir da primeira Conferência Americana do Trabalho, realizada no Chile em 1936, sob os auspícios da OIT, diversos líderes sindicais decidiram constituir uma organização propriamente latino-americana. Particularmente impulsionada pela CTM (México), o congresso constitutivo se reuniu finalmente em setembro de 1938, na cidade do México, com delegados de treze países. Cf. Alba, **op. cit.**, pp. 322-3. O Brasil, no entanto, apenas participaria das atividades da CTAL no após-guerra, graças notadamente aos esforços de Roberto Morena que, em 1948, seria eleito secretário daquela organização, representando ao mesmo tempo a CTB, de orientação comunista.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ALEXANDER, Robert J.: **Communism in Latin America;** New Brunswick (N. J.), Rutgers University Press, 1957.

—: **Reseña del Movimiento Obrero en la America Latina;** Washington, Unión Panamericana, 1950.

BASBAUM, Leôncio: **Uma Vida em Seis Tempos, Memórias;** São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

BORKENAU, Franz: **World Communism: a History of Communist International;** New York, W. W. Norton, 1939.

CARONE, Edgard: **A República Velha (Instituições e Classes Sociais);** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

—: **Movimento Operário no Brasil (1877-1944);** São Paulo, Difel, 1979.

CLISSOLD, Stephen (ed.): **Soviet Relations With Latin America, 1918-1968: Documentary Survey;** London, Oxford University Press, 1970.

DULLES, John W. F.: **Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935;** Austin, University of Texas, 1973.

FAUSTO, Boris: **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920);** São Paulo, Difel, 1976.

FOSTER, William Z.: **History of the Three Intenationals; The World Socialist and Communist Movements from 1848 to the Present;** New York, International Publishers, 1955.

HERMAN, Donald L. (ed.): **The Communist Tide in Latin America, a Selected Treatment;** Austin, The University of Texas, 1973.

LEFRANC, Georges.: **Le Syndicalisme dans le Monde;** Paris, Presses Universitaires de France, 1949.

LINHARES, Hermínio: **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil;** São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

LOSOVSKY, A.: **Le Mouvement Syndical International, Avant, Pendant et Après la Guerre;** Paris, l'Internationale Syndicale Rouge, 1926.

LUSIGNAN, Guy de: **L'Organisation Internationale du Travail (1919-1959);** Paris, Les Editions Ouvrières, 1959.

MANIFESTES, **Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923;** Réimpression en fac-similé; Paris, François Maspero, 1972.

MORENA, Roberto: **Entrevistas;** Praga 27 de dezembro de 1976 e 23 de junho de 1978.

PINHEIRO, Paulo Sérgio: **Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930);** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

—: **"O Proletariado Industrial na Primeira República"** in FAUSTO, Boris (org.): **O Brasil Republicano,** 2.º vol.; **Sociedade e Instituições;** São Paulo, Difel, 1977, pp. 135-178.

POBLETE TRONCOSO, Moisés e BURNETT, B.G.: **The Rise of the Latin American Labor Movement;** New York, Bookman Associates, 1960.

POPPINO, Rollie E.: **International Communism in Latin America: A History of the Movement (1917-1963);** New York, The Free Press of Glencoe, 1964.

TELLES, Jover: **O Movimento Sindical no Brasil;** Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ESBOÇO DE UMA NOVA POLÍTICA PARA O ENSINO DE 2º GRAU

LUIZ ANTÔNIO CUNHA *

Oito anos se passaram desde a promulgação da lei que instituiu o "ensino profissionalizante" no 2.º grau, em 1971, no auge do regime autoritário. Essa ligação, entre o regime político e a política educacional no meu modo de ver, não é contingente. A instituição da profissionalização universal e compulsória foi imposta à própria burocracia do Estado, no campo educacional, aos estudantes e suas famílias, aos proprietários de colégios, aos empresários e até mesmo ao Congresso Nacional, já ceifado por tantas restrições e cassações de mandatos.

Hoje, com a desmontagem desse regime, por força das oposições e dos mecanismos de recomposição internos ao próprio aparelho de Estado, é possível perceber mudanças na política educacional. Em relação ao ensino superior, essas mudanças são mais visíveis e rápidas, empurradas pelas organizações de professores e estudantes.

Mas, em relação ao ensino de 2.º grau, as mudanças são mais lentas. Por isso faz-se necessário um movimento de crítica da atual política educacional voltada para esse grau de ensino. Visando contribuir para essa crítica, aqui vai um esboço de uma nova política para o ensino de 2.º grau.

---

* Autor dos livros **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil** e **Política Educacional no Brasil: (a profissionalização, no ensino médio);** doutorando do Programa de Educação da PUC — SP.

* Texto apresentado em mesa redonda sobre Educação e Trabalho, realizada durante a XXXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Fortaleza, julho de 1979.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Antes de entrar diretamente nas proposições que julgo oportunas, vou fazer algumas considerações sobre esse grau de ensino, as quais facilitarão as discussões posteriores.

A primeira consideração é sobre a posição do ensino de 2.º grau no conjunto do aparelho escolar.

Para efeito de condução do raciocínio, numa perspectiva histórica, vou chamar de ensino de 2.º grau a todo aquele que se situar entre o primeiro grau e o superior, qualquer que seja sua configuração em termos de ciclos, ramos e cursos.

Pois bem, se atentarmos para a organização do aparelho escolar no Brasil, pelo menos desde 1808, quando se lançaram as bases do ainda hoje existente, o ensino de 2.º grau está ligado ao superior, **tendo nascido dele e para ele.** Durante certa fase das transformações do aparelho escolar, especialmente no período 1950/71, o ensino de 2.º grau foi "invadido" por uma parte do ensino de 1.º grau, representado pelos cursos profissionais de 1.º ciclo e pelo ginásio em processo de grande expansão e redefinição de sua qualidade. Mesmo assim, manteve seu caráter pró-superior, no ensino de 2.º ciclo, tanto nos cursos clássicos e científicos, quanto nos cursos técnicos. No tocante a estes últimos, vale ressaltar que, desde sua institucionalização, a partir de 1942, apresentaram estreita vinculação com o ensino superior. Se os cursos técnicos industriais, para tomar como exemplo os mais relevantes, não propiciaram sempre aos seus concluintes possibilidades de candidatura irrestrita aos exames vestibulares, formavam profissionais para trabalharem junto aos de nível superior. Assim, os técnicos industriais eram formados para dirigirem a produção ou secundarem os engenheiros em atividades de direção, planejamento, controle, projeto, e outras, apesar de cursarem escolas nas quais o primeiro ciclo de estudos destinava-se à formação de operários.

Essa associação do ensino de 2.º grau ao superior, em termos do destino na produção, é reforçada pela ligação em termos de origem dos estudantes de ambos os graus. Os estudantes de todos os ramos do 2.º ciclo da escola de 2.º grau (de antes de 1971) eram oriundos das camadas médias, como os das escolas superiores, não poucos tendo antecedentes escolares no 1.º ciclo do ramo secundário.

Mas, apesar dessas ligações orgânicas, não faltaram iniciativas dissociadoras. Elas surgiram, no meu entender, da política de reforço dos mecanismos discriminatórios. Apesar das leis que expressaram as reformas do aparelho escolar tra-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tarem, com freqüência, do ensino secundário junto com o superior, a proclamação da sua finalidade própria tem sido evocada tão mais fortemente quanto maior a preocupação de elevar as barreiras que defendem o ensino superior do "assalto da massa". Essa preocupação foi um elemento básico da lei n.º 5692/71 que determinou a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2.º grau. Este grau de ensino, reformado a partir e em função da tentativa de reforma do ensino superior, em 1968, deveria desempenhar a função de desviar parcela significativa dos jovens que buscavam as universidades para um mercado de trabalho supostamente ávido de técnicos. No próprio texto da lei de diretrizes e bases do ensino de 1.º e 2.º graus, a distinção entre o 2.º grau e o superior era acentuada pela junção ao 1.º grau. A recente re-estruturação do MEC acompanhou esse propósito, fundindo o departamento de ensino fundamental e o de ensino médio numa única secretaria do ensino de 1.º e 2.º graus.

Esse raciocínio a respeito da dinâmica dos mecanismos escolares de discriminação social, contrariando a direção do fluxo dos graus escolares, fica reforçado pelo exemplo recente dos cursos de curta duração. Tão logo se constatou não estarem eles desempenhando satisfatoriamente a função de conter parte dos estudantes em cursos mais baratos, recomendou-se apartá-los das universidades, confinando-os nas escolas técnicas — de 2.º grau, portanto — de modo a evitar a "contaminação" de seus estudantes pelas motivações de progressão nos estudos.

A segunda consideração focaliza as razões da política de profissionalização universal e compulsória. Não é raro encontrar-se a colocação de que ela teria resultado direta e imediatamente dos interesses da burguesia. Formando uma força de trabalho mais barata do que a de grau superior, embora mais limitada em termos de possibilidade de criação de tecnologia, a burocracia estaria se beneficiando pela elevação das taxas de exploração.

Não creio que essa colocação seja válida, embora reconheça que uma parcela não desprezível do pessoal de grau superior poderia ser substituído por quadros formados em escolas de 2.º grau, por razões **técnicas**, inviabilizadas, entretanto, por razões **ideológicas** e **políticas**.

A retórica dos reformadores do grupo de trabalho de 1970/71 aliada à cantilena de empresários a respeito da necessidade de se formarem mais técnicos, a nível de 2.º grau,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

para substituirem os "práticos inabilitados" e os engenheiros "deslocados", "subempregados", não devem ser confundidas com os interesses efetivos, econômicos e ideológicos da burguesia, pelo menos dos setores hegemônicos no interior desta classe.

Sou levado a perceber uma dissociação entre esses interesses e aquelas manifestações por medidas concretas tomadas para a formação de força de trabalho para posições intermediárias e por manifestação de órgão de representação da burguesia. Vou indicá-las abaixo.

Não é difícil perceber a tendência de as grandes empresas, principalmente multinacionais e estatais ,em utilizarem o menor número possível de técnicos industriais formados em escola. Elas preferem contratar concluintes de cursos de 1.º e 2.º graus, de conteúdo geral, para os submeter a treinamento intensivo em suas próprias instalações. Os técnicos assim formados trariam duas vantagens para o grande capital. De um lado, maior adequação dos profissionais às necessidades estritas das empresas empregadoras/treinadoras, sem faltas nem excessos; de outro, maior grau de retreinamento dos técnicos, conforme as exigências das mudanças tecnológicas e organizacionais, garantido pela educação geral prévia.

Isto não significa que as grandes empresas não empreguem técnicos. Elas o fazem, mas tendem a empregá-los em quantidade cada vez menor, pelas razões 'técnico-econômicas" apontadas acima, mas, também, por razões "econômico-ideológicas". Elas residem na preocupação dos empregadores em reduzirem a taxa de rotação dos técnicos. Os empregadores dizem que os técnicos formados em escolas saem irremediavelmente contaminados pelo virus da ascensão social. Querem fazer um curso superior, a qualquer custo e de qualquer jeito. Se conseguem ingressar numa faculdade, o horário desta passa a constituir um estorvo no estabelecimento das turmas de trabalho Quando terminam o curso, reivindicam mudança de cargo, função, salário e tratamento, em função da sua oferta e não da demanda. Não conseguindo, deixam a empresa para buscar em outra emprego "compatível" com essa formação. A rotação desta força de trabalho é custosa para a empresa e, mesmo quando ela não se dá, acarreta efeitos negativos para a produção devido à insatisfação de uns que acaba por contagiar outros. Este diagnóstico de empregadores justifica, para eles, empreenderem a formação de técnicos nas próprias empresas, em detrimento dos formados pelas escolas técnicas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Aliás, alguns desses argumentos constam de um documento técnico elaborado para a III Conferência Nacional das Classes Produtoras — CONCLAP.[1] O documento, impresso em março de 1972, sete meses portanto após a promulgação da lei n.º 5692/71, critica a mudança que teria havido na orientação da educação escolar que viria provocar elevação no custo social da educação e, daí, na elevação do custo social da produção. Esta mudança seria a criação dos ginásios orientados para o trabalho. Creio que se trata aí de um engano do autor do documento,(2) pois os GOTs não tinham como objetivo, explícito ou implícito, a formação de uma força de trabalho com as características condenadas. Não me parece descabido pensar que o documento estivesse se referindo à profissionalização universal e compulsória no ensino de 2.º grau. O documento defende a limitação da ação do Estado ao ensino do conteúdo geral, reservado às empresas a "especificação profissional" (qualificação/especialização), diretamente, por meio de treinamento em serviço, ou indiretamente, através de "cooperativas" como o SENAI. Essa divisão de tarefas levaria à minimização dos custos educacionais, pois maximizaria a mobilidade interterritorial da força de trabalho, propiciaria a mais baixa taxa de "obsolescência do estoque de capital humano" e possibilitaria o maior grau de adequação do treinamento às necessidades da economia, coisa impossível de se conseguir por meio de projeções.

Uma forma de se comprovar, empiricamente, o desinteresse dos empresários pela profissionalização universal e compulsória, no ensino de 2.º grau, é a medida das dificuldades dos concluintes dos cursos "profissionalizantes" conseguirem estágios. Antes da reforma, o estágio dos cursos técnicos deveria durar todo o 4.º ano de estudos; em 1974, foi incrivelmente reduzido para um tempo **não superior** a 10% do dedicado às disciplinas da parte especial! (3) Mesmo assim, não se tem notí-

---

(1) **A empresa e seu suporte tecnológico,** Rio de Janeiro, III CONCLAP, 1972 (Sub-tema 2.6).

(2) A análise das idéias contidas no documento, bem como o uso de certas expressões, me faz pensar que seu autor foi Carlos Langoni. Comparei o documento da CONCLAP com o n.º 4 da série "Ensaios Econômicos" da Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getúlio Vargas — **O Papel do Investimento em Educação no Processo de Desenvolvimento Econômico** — assinado por Langoni (1972). Encontrei perfeita identidade entre o conteúdo de ambos e verifiquei a existência de longas passagens comuns, inclusive as que dizem respeito diretamente à defesa da privatização do ensino profissional.

(3) Parecer do CFE n.º 1.684/74.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

cia de que ampliaram os lugares de estágio para os estudantes, apesar de ter possivelmente aumentado a rotação de parte deles pelos lugares de estágios já existentes.

Se, então, os interesses do capital não seriam contemplados pela política de profissionalização universal e compulsória, no ensino de 2.º grau, por que razão teria ela sido formulada e parcialmente implantada por um Estado tão fiel àqueles interesses?

Não me passa pela cabeça que o Estado estivesse contrariando os interesses da burguesia, no campo educacional, em 1971, no auge do regime autoritário montado em defesa dessa mesma classe.

Esse aparente paradoxo fica desfeito se nos lembrarmos que o ajuste entre as políticas do Estado e os interesses da burguesia, são, frequentemente, realizados **a posteriori.** No caso em questão, a política de profissionalização universal e compulsória consistiu em medida destinada a prevenir a ameaça resultante da existência de um crescente contingente de formados em grau superior sem emprego "compatível" com sua formação e pretensão. No ano de 1968, os formuladores da política educacional, voltados para o caso crítico do ensino superior, viam como inevitável a expansão das matrículas, logo, dos concluintes. Temiam, em conseqüência, que os "excedentes profissionais" fossem politicamente mais perigosos do que os "excedentes estudantis" que constituíam motivo e massa para manifestações políticas naquele momento crítico.

A reforma foi reformada depois que se manifestou a oposição da burguesia, não só dos empregadores de técnicos como, também, de proprietários de escolas e de cursinhos, cujos lucros estavam ameaçados.

Mas, essa oposição só ganhou força política quando a crise do "milagre econômico", eclodida em fins de 1973, levou a uma mudança na estratégia política dos grupos dominantes. A previsão da inevitabilidade de uma política econômica que viria, como veio, dividir profundamente as classes dominantes e, conseqüentemente, sua própria base militar, fez com que o Estado se orientasse para a "distensão" e para a "abertura", de modo a incorporar novos segmentos sociais à base política dos grupos dominantes. Para isso, impunha-se a modificação de políticas setoriais que geravam tensões, entre elas a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2.º grau.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Manteve-se o ideal do ensino profissionalizante, embora a ardilosa reinterpretação da lei, pelo Conselho Federal da Educação, propiciasse sua redefinição.(4) Além da formação de técnicos, visava-se, principalmente, para a maior parte dos alunos, a educação geral com tinturas de informação tecnológica correspondente a alguns setores da produção: uma "habilitação básica" para a agropecuária, cinco para a indústria e quatro para o comércio e serviços.

A função contenedora atribuída a esse grau de ensino em decorrência da reforma do ensino superior foi devolvida a este último. Procurou-se reativar os cursos superiores de duração reduzida, particularmente na área tecnológica, ao mesmo tempo em que eles eram apartados das universidades e confinados nas escolas técnicas federais, agora rebatizadas de centros federais de educação técnica. Os concluintes desses cursos já não são chamados de engenheiros de operação — fonte de tantas aspirações frustradas — mas de tecnólogos, categoria que procura marcar a distinção dos técnicos (de 2.º grau) e dos engenheiros (propriamente ditos). Os exames vestibulares foram reinvestidos de sua antiga função seletiva, atenuando-se o caráter classificatório e avaliando-se a redação em língua portuguesa.

Feitas as contas, parece que a nova feição do ensino de 2.º grau ainda não adquiriu contornos nítidos. O ensino profissional é desenvolvido efetivamente nas escolas técnicas; o ensino "profissionalizante" nas escolas públicas e privadas que implantaram as "habilitações básicas", contrafações de um e outro em muitos lugares. Já se fala na instituição de cursos "pós-secundários" como tentativa de ministrar ensino profissional aos concluintes do ensino de 2.º grau que não puderam insistir nos exames vestibulares.

Como primeira aproximação, parece-me que alguns pontos devem ser colocados para debate, tendo em vista a elaboração de uma política educacional democrática para o 2.º grau, sem embargo das considerações indispensáveis sobre o aparelho escolar como um todo. O primeiro ponto consiste no aprofundamento da tendência apontada de enfatizar o conteú-

---

(4) Parecer 76/75 do CFE. Embora seja claro o caráter impositivo da lei n.º 5692/71 e o avanço que, apesar de tudo, esse parecer pode ter representado, é preciso notar que uma e outro são produto de prática autoritárias. Aquela lei não passaria em um Congresso livre, nem um parecer poderia mudar uma lei pela sua simples "reinterpretação".

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

do geral no currículo; o segundo ponto é a defesa insistente da qualidade do ensino na rede pública; o terceiro, a luta pela democratização. Vou comentá-lo sem seguida.

As classes dominantes — autodenominadas classes produtoras — defendem o conteúdo geral no ensino de 2.º grau para disporem de uma força de trabalho treinável e retreinável e para minimizar, em proveito delas, o custo total da formação dos trabalhadores. No meu entender, uma política educacional democrática, voltada para os interesses da maioria da população, vale dizer, das classes populares, deve defender a intensificação da educação geral, implicando o combate aos resquíscios do "ensino profissionalizante", com outros fins: a elevação do nível de instrução das massas como componente do longo e múltiplo processo de construção da democracia. Para isso, é necessário que se discuta a natureza da educação geral pretendida, pois não será a mesma aquela que busca formar o "cidadão treinável e retreinável" e aquela que busca difundir a ciência e a cultura como instrumentos de domínio da realidade material e social.

Parece-me que a concepção de educação geral tem passado por transformações no pensamento pedagógico brasileiro. Em termos bastante amplos, passou-se de uma concepção centrada na cultura que todos os membros da elite deveriam ter, para uma concepção onde essa cultura, aliviada de um certo fardo arcaico (como o estudo de língua e literatura latina) era vista como cultura a ser imposta às massas, antes e como fundamento da cidadania. Esta última concepção presidiu a grande expansão do ensino de 2.º grau no período 1946/64. A crise do populismo levou a outra concepção de educação geral, aquela que, esvaziada de conteúdo político aparente, favoreceria a qualificação/especialização profissional. A concepção de educação geral que, a meu ver, atende aos imperativos de uma política educacional democrática é aquela que busca propiciar a integração dos conhecimentos particulares adquiridos na escola e fora dela numa perspectiva histórica globalizadora. Esta concepção aqui proposta não permite classificar por exemplo, o ensino da matemática no 2.º grau como absolutamente particular ou geral. Ele tanto pode ter caráter geral quanto particular. Terá caráter geral quando for colocado na perspectiva de um conhecimento produzido historicamente, tendo não só condicionantes sociais na sua produção mas, também, na sua destinação. O mesmo com a língua portuguesa, a história, a geografia, e outras disciplinas. Isso implica con-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

siderar o ensino das humanidades, como se fazia antes, num ensino particularizado, pois voltado para a formação letrada exigida pelos intelectuais tradicionais. Uma sadia reação contra a concepção instrumentalista da educação geral, tem nascido da crítica contra a concepção da "ciência integrada" e dos "estudos sociais", evidenciando seu caráter pró-autoritário, assim como da luta pela reivindicação do ensino de filosofia no 2.º grau. O sentido dessa reação me parece basicamente correta, embora veja a necessidade de estarmos atentos para o perigo de uma excessiva pulverização do currículo, de modo a se evitar o vicio do enciclopedismo que só viria beneficiar os estudantes oriundos das famílias onde se cultivam práticas intelectuais letradas. Vejo, também, a necessidade de se evitar que a crítica do "currículo integrado", articulada com a dos "professores polivalentes", se prestem ao reforço de interesses meramente corporativos, assim como de negar abrigo a ideologias reacionárias sob o escudo da filosofia.

Como fica a formação profissional a nível de 2.º grau sem a contrafação do "ensino profissionalizante"? É possível que a combinação de cursos técnicos extensivos, em 3 ou 4 anos, em escolas especializadas, com cursos intensivos, em 1 ano, tempo integral, após o curso geral, possa vir a ser uma solução mais flexível do que as tentadas até agora. Sem embargo das inevitáveis funções discriminatórias do aparelho escolar na sociedade capitalista, o aumento da capacidade de adaptação do ensino profissional ao mercado de trabalho, a nível de 2.º grau, convém aos estudantes. Quando buscam formação profissional, estão interessados em cursos que propiciem efetiva possibilidade de inserção na produção e não em cursos que de tão longos e complexos, correm o risco de formarem uma força de trabalho qualitativa e quantitativamente inadequada ao mundo do trabalho. Sem entrar na discussão a respeito da classificação destes cursos em termos de grau (secundários, pós-secundários ou superiores?) ou em termos de ensino supletivo (suprimento ou suplência?), estou certo de que eles só vingarão se forem apoiados por um amplo e generoso programa de bolsas que dispensem os estudantes do trabalho paralelo ao curso.

A ênfase na educação geral não deve deixar de lado a defesa sistemática da qualidade do ensino. Uma medida da maior importância é evitar que o ensino seja ministrado em função dos exames vestibulares. Isso não significa adotar a função contenedora da política educacional pós-68, aliás já fa-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

lida. Um bom ensino que busque o sucesso nos vestibulares, ou em qualquer outra aplicação, não pode se restringir à técnica de expressão utilizada nas provas objetivas, principalmente nas de múltipla escolha. A melhoria das condições de trabalho para os professores, particularmente para os da rede pública, não pode ficar à margem da política que se pretende. A recuperação, se não a elevação da remuneração dos professores, é condição para que a carreira do magistério não seja apenas passagem para jovens que esperam terminar a faculdade ou conseguir um emprego "compatível" com o grau superior, mas que atraia vocações docentes que possam se desenvolver adequadamente. Simultaneamente, não se pode esquecer do despreparo do professorado. É comum a idéia de que melhorar a qualidade do ensino consiste apenas — ou principalmente — no ensino aos professores de técnicas didáticas, desprezando exatamente o fundamental: o domínio do conteúdo da disciplina. O **que** vai ser ensinado, depende, em alguma medida do **como** vai ser veiculado, mas de nada valem professores que sabem fazer planos de aula abstratos se permanecem vazios de conteúdo. O barateamento e a distribuição de material didático para escolas, professores e estudantes é o terceiro elemento dessa quadra de defesa da qualidade do ensino.

O terceiro ponto abrange a elaboração de uma plataforma de luta pela democratização do ensino de 2.º grau. O item mais importante dessa plataforma é a defesa da gratuidade desse ensino na rede pública, ameaçado por dispositivos constitucionais, reforçado pela lei n.º 5692/71. Embora ainda não se tenha iniciado a cobrar anuidades na rede pública, de forma generalizada, já começou a cobrança de taxas e contribuições que abrem caminho para as anuidades. Seguem o combate contra a disciplina educação moral e cívica, produto do regime autoritário que agoniza e a luta pela revalorização da disciplina Organização Social e Política do Brasil, de modo que deixe de ser mera coadjutora daquela e passe a ter efetiva função formadora e informadora. A luta contra o controle patronal da formação profissional a nível de 2.º grau é outro item dessa plataforma. Ele busca inverter a tendência inscrita na "reforma da reforma" de deixar às empresas ou às escolas diretamente controladas por elas, como às da rede SENAI, a formação profissional, na dose exigida por elas, de preferência evitando a titulação. Colocar a formação profissional sob controle público implica lutar pela democratização do próprio Es-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tado, tarefa não só dos educadores, mas de todas as forças democráticas de nosso país.

Por fim, cumpre dizer que uma nova política para o ensino de 2.º grau, democrática nos objetivos e na forma de elaboração, só pode resultar do próprio processo de construção da democracia, no qual estão empenhados diferentes segmentos da população brasileira, entre os quais os educadores congregados em seus sindicatos, sociedades, associações e centros de estudos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

UM MOVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NA PARAÍBA: A GREVE DOS PROFESSORES — MAIO, 1979

SILVIO FRANK ALEM *

Um ano após a eclosão das primeiras paralisações operárias no ABC paulista, seqüentes a dez anos de "paz romana", o Estado da Paraíba, e — salvo erro —, a região Nordeste, assistiu a eclosão de uma primeira greve.

Reivindicando 100% de reajuste salarial e uma série de medidas pertinentes à melhoria das condições de ensino, bem como à democratização do sistema educacional, os professores do magistério Estadual entraram em greve, a 8 de maio de 1979. A decisão fora tomada em Assembléia Geral que reuniu 20% de uma categoria dispersa por amplo território, num 1.º de maio também distinto dos que marcaram a década anterior.

Ao fim de 13 dias, os professores voltaram às classes. Não obtiveram o reajuste solicitado. A Assembléia que pôs fim à paralisação, decretou uma "trégua", até setembro.

No mesmo período, os professores do Rio Grande do Norte iniciaram movimento por reivindicações semelhantes. Os de

* Professor colaborador da Universidade Federal da Paraíba. DH-CCHLA/NDIHR. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da IFCH-UNICAMP.

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPb, que não é, contudo, responsável pelas opiniões ou conclusões contidas no texto. O autor agradece a colaboração dos entrevistados.

Comunicação apresentada ao X Simpósio Nacional da ANPUH-Niterói, julho de 1979.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Pernambuco, quando esta Comunicação está sendo redigida, estão em greve há 20 dias.

Outras categorias, mais próximas de uma inserção social proletária, já se levantaram desde então, na região, obtendo vitórias. (1) A greve dos professores da Paraíba expressou não apenas a reivindicação de uma categoria, numa conjuntura a isso favorável. Concretizou o descontentamento de amplos setores da sociedade, pôs a nu a não representatividade do modelo político. Ao mesmo tempo, demonstrou a fragilidade de organização da categoria, da sociedade. O longo caminho que terá de ser percorrido na busca do fortalecimento do poder de confronto da maioria oprimida com a minoria dominante é visto com mais clareza. Estas, nossas hipóteses de trabalho.

Nossa Comunicação trata de um objeto que é duplamente pouco usual enquanto tema de trabalho do historiador, no país: a luta social, urbana e nordestina; a análise do processo histórico — literalmente — contemporâneo. Tem a pretensão de abrir um espaço, enquanto produção acadêmica que pretende ser.

E é dedicada a meus alunos do Curso de História da UFPb, muitos dos quais, anônimos partícipes do movimento enfocado.

João Pessoa, maio/junho de 1979

(1) É o caso dos motoristas e cobradores de ônibus de João Pessoa e Recife.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

O Magistério da Paraíba. Sua Inserção no Mundo do Trabalho

Tratando do professorado estadual, estamos falando, em primeiro lugar, de um setor do **funcionalismo.** Evitaremos discussões teóricas maiores sobre o caráter pequeno-burguês sob o qual, por definição, se insere este grupo social mais amplo, bem como consideraremos conhecidas as limitações de toda ordem — jurídica, ideológica — que se apresentam como óbice estrutural a um posicionamento mais conseqüente do **funcionalismo** enquanto categoria social, na defesa de seus interesses.

Na primeira parte de nosso trabalho, trataremos de levantar aquilo que seriam as condições objetivas de inserção do professorado da Paraíba no mundo do trabalho — verificando os elementos e condições que atuam estruturalmente contra e a favor da possibilidade de mobilização conseqüente da categoria.

A abordagem da situação da Educação no Estado será feita apenas sob a ótica referida; registramos aqui nosso interesse por uma posterior volta ao tema.

Instabilidade, Cooptação, Dispersão

Traçar um perfil completo do professorado Estadual de 1.º e 2.º graus da Paraíba é tarefa difícil. O número de professores, sua lotação pelos níveis de ensino, formação escolar, natureza legal do vínculo empregatício, constituem informações de difícil acesso, divulgadas com atraso considerável pelo Governo do Estado ou pelo IBGE. (2)

(2) O "Anuário Estatístico" do IBGE, de 1977, traz números de 1974.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Publicação do Banco Nacional do Nordeste (3) apresenta parcas informações para o período 1960/72. O "Manual de Dados Básicos do Estado da Paraíba" de 1976, não revisto deste então, limita-se à números de 1974. (4)

Projeções são de difícil elaboração: a Reforma do Ensino alterou com mais sucesso que a Educação, a organização das tabelas estatísticas.

Foi o movimento grevista que determinou fossem divulgadas várias informações antes impossíveis de serem obtidas pelo pesquisador. Pelos dados difundidos pela Secretaria de Educação, em diferentes intervenções na sua contra-ofensiva, ficamos sabendo que o Magistério Público soma atualmente 10.587 docentes — uma terça parte do funcionalismo do Estado, ou, 54,5% do conjunto de professores da Paraíba. (5)

Uma série de informações, contudo, só puderam ser conseguidas para o ano de 1974. Por exemplo, a distribuição do professorado pelo 1.º e 2.º graus, no Estado e na rede pública estadual. Naquela data, de um total de 6.366 docentes empregados pelo governo, 1.001 lecionavam no 2.º grau.

Verificada a expansão de cerca de 167% no conjunto da categoria, desde então, os dados que se seguem têm valor limitado para a avalição da presente conjuntura.

Naquela ocasião, 30% dos professores em atividade no 1.º grau e 51% dos que lecionavam no 2.º grau eram vinculados ao Estado.

TABELA 1 — CORPO DOCENTE DE 1.º GRAU, POR "DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA", 1974

Unidade	Total	Federal %	Estadual %	Municipal %	Particular %
Brasil	887 424	0,7	60,7	22,8	15,9
Nordeste	202 436	0,6	39,7	40,7	19,0
Paraíba	17 766	0,2	30,0	48,2	21,5

Fonte: I.B.G.E., Anuário Estatístico, 1977.

(3) BNB. **Manual de Estatísticas Básicas do Nordeste.** 4.ª edição. Fortaleza, 1977.

(4) PARAÍBA, Governo do Estado, Sec. de Ind. e Comércio, CINEP. **Manual de Dados Básicos do Estado da Paraíba.** João Pessoa, 1974.

(5) Correio da Paraíba, 03-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

TABELA 2 — CORPO DOCENTE DE 2.º GRAU, POR "DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA", 1974

Unidade	Total	Federal %	Estadual %	Municipal %	Particular %
Brasil	156 174	3,6	43,6	5,2	47,5
Nordeste	26,970	4,1	35,5	8,4	51,8
Paraíba	1 964	6,0	51,0	1,8	41,2

Fonte: idem, idem.

Dados deste tipo não retratam o vinculo empregatício dos docentes — como veremos mais à frente, é comum a cessão de professor pago pelo Estado a estabelecimento da rede municipal, por exemplo. Sendo para o 2.º Grau a prática aparentemente menos comum, visualisamos uma participação muito grande do Estado na manutenção do corpo docente deste nível de ensino, em relação à média da região e do país. Para o 1.º Grau, esta participação seria reduzida — com a ressalva feita acima.

As tabelas 3.1, 3.2 e 4 tratam da formação escolar do professorado. As estatísticas não mostram a situação por "dependência administrativa", não especificando, portanto a situação do magistério do quadro Estadual.

É a Secretaria de Educação que atualiza, parcialmente, os dados: informa que "76% do professorado de todo Estado não tem habilitação para lecionar". (6)

As entrevistas realizadas e nossa observação direta permitem afirmar que o perfil da formação escolar do magistério Estadual na Paraíba não se alterou significativamente, nos últimos anos.

O professor Irlânio Pereira, um dos dirigentes do movimento grevista, avalia assim a situação — por área de conhecimento, no que diz respeito aos antigos Ginásio e Colégio:

"Em Comunicação e Expressão, apenas na capital e em Campina Grande a maioria dos professores do Estado tem curso de Licenciatura Plena... Em Ciências e Matemática, mesmo na capital são escassos os Licenciados".

(6) A UNIÃO, 01-06-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

TABELA 3.1 Formação do Professorado do 1.º Grau — 1974

(Professores com curso concluído)

UNIDADE	(n.º abs.) TOTAL	COM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (%)					SEM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (%)				
		Pós Grad.	Grad.	Lic. Plena	Lic. Curta*	Normal	Pós Grad.	Grad.	2.º Ciclo	1.º Ciclo	Primário
BRASIL	746 965	0,1	1,5	21,6	13,4	41,8	0,2	1,7	3,2	3,1	13,5
NORDESTE	166 015	0,0	0,5	9,9	11,2	41,4	0,4	0,9	3,8	4,1	27,6
PARAÍBA	14 584	0,0	0,4	8,4	7,1	26,3	0,7	1,3	6,4	7,5	41,8

* ... Especialização, aperfeiçoamento.

TABELA 3.2. Formação do Professorado de 1.º Grau — 1974

(Professores com Curso em Realização)

UNIDADE	TOTAL (n.º abs.)	COM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (%)					COM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (%)				
		Pós Grad.	Grad.	Lic. Plena	Lic. Curta*	Normal	Grad. Pós	Grad.	Ciclo 2.º	Ciclo 1.º	Primário
BRASIL	140 459	0,4	5,3	61,5	—	7,3	1,0	4,9	1,1	4,5	13,8
NORDESTE	37 421	0,3	2,0	32,2	—	8,8	1,1	4,6	0,8	6,3	44,0
PARAÍBA	3 182	0,2	4,4	28,1	—	13,4	6,5	8,5	1,4	9,5	28,0

*idem

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

TABELA 4. Formação do Professorado de 2.º Grau — 1974

UNIDADE	TOTAL (n.º abs.)	COM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (%)							SEM FORMAÇÃO PED. (%)		
		Pós Grad.	GRADUAÇÃO		LIC. PLENA		Lic. Curta	Normal	Pós Grad.	Grad.	Nível Médio
			Conc.	Real.	Conc.	Real					
BRASIL	1 964	0,2	0,6	2,0	56,3	14,4	6,4	5,6	1,3	5,4	7,8
NORDESTE	26 930	0,1	1,6	0,6	37,3	14,7	11,1	13,7	3,3	7,1	10,1
PARAÍBA	1 964	0,3	3,6	0,9	44,9	19,0	3,6	0,9	8,3	10,4	7,9

* idem

Fonte (3.1 , 3.2 , 4) IBGE. Anuário... 1977.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

"Na área de Estudos Sociais são numerosos os licenciados... mas muito grande ainda o número de advogados que, face a dificuldade de obter emprego, lecionam". (7)

O presidente da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP) professor José Pereira, generaliza: "Creio que 30% tem a licenciatura plena. A maior parte é formada por Regentes de Ensino; mesmo no primário (sic) há ainda muitos professores leigos". (8)

O tesoureiro da AMPEP, professor José Fernando, tomando como significativa a amostragem constituída pelos associados da entidade, considera que "40% da categoria, formada pelos professores do antigo primário, têm o curso Normal; outros 40% são **regentes de ensino,** isto é, não têm a qualificação exigida por lei para o exercício do magistério; apenas 20% têm cursos de licenciatura concluídos". (9)

A falta de número suficiente de licenciados do Estado é que justifica a prática corrente dos "concursos de suficiência", que habilitam em caráter precário os candidatos ao exercício do Magistério. Na rede Estadual eles serão os "Regentes de Ensino". No interior muitos professores nem à "Suiciência" se submeteram. Estamos diante, pois, de uma categoria de formação heterogênea, onde a falta de titulação, sendo comum, também torna comum a instabilidade do vínculo empregatício.

Uma das reivindicações básicas do professorado paraibano, explicitadas durante o movimento grevista, diz respeito à forma de contratação utilizada pelo governo do Estado.

Em 1977 foi realizado concurso público, o primeiro ou um dos únicos de toda a história local, segundo os entrevistados. O critério de contratação é característico da estrutura de poder oligárquica da região: o "chefe político" é o intermediário necessário à obtenção do emprego. "Só no último ano do Governo Bichara, houve cerca de 2.000 contratações sem concurso". (10)

---

(7) PEREIRA, Irlânio Ribeiro. Entrevista. Maio, 1979. Fitas Magnéticas sob a guarda do NDIHR — UFPb.

(8) ALMEIDA, José Pereira. Idem, idem.

(9) SILVA, José Fernando da. Idem, idem.

(10) PEREIRA, José ... Entrevista...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Esta forma de "seleção" supõe a cooptação política. O professor é, sobretudo no interior, uma peça básica na manutenção do poder político do Partido governista; a direção das Escolas, constituída em "cargo de coniança" faz as vezes de instância de controle sobre a fidelidade política do corpo docente.

À hetereogeneidade de formação, instabilidade profissional, sujeição ao fulcro da política de favor, dimensões reduzidas do mercado de trabalho, se somam como fatores igualmente alienantes e desmobilizantes, à dispersão da categoria pelos locais de trabalho. Em 1974 existiam 1.033 "unidades escolares de 1.º grau" e 35 "cursos" de 2.º grau (11) pertencentes ao Estado. Durante a greve a imprensa falavra em "cerca de 1.000 escolas da rede estadual, sendo 72 na Capital". (12)

O maior colégio mantido pelo Estado tem cerca de 3.000 alunos (13), sendo que a maioria absoluta não ultrapassa algumas centenas. A dispersão do professorado apresenta-se ainda maior quando verificamos que muitos dos contratados pelo Estado lecionam nos estabelecimentos municipais de 1.º grau.

Proletarização

Na direção oposta aos elementos até aqui levantados, devemos relacionar outros, que constituem fatores de mobilização da categoria. Com efeito, as condições de trabalho que ela deve enfrentar proletarizaram dia a dia seu padrão de subsistência.

O "1.º Ciclo de Debates sobre a Educação de 1.º e 2.º Graus da Paraíba", ao qual nos referiremos mais a frente, traçou, ainda que precariamente o quadro da desvalorização salarial por que passou a categoria, no período 1966-1979:

---

(11) I.B.G.E., Anuário..., 1977.

(12) Diário da Borborema, 09-05-79.

(13) PEREIRA, Irlândio ..... Entrevista ...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

TABELA 5

Desvalorização do salário real do professorado da Paraíba 1966/79.

Ano	Percentual de Reajuste salarial (1)	Percentual de inflação (2)	Diferença entre o % de reajuste salarial e o % de inflação
1966	—	13,8	— 13,8
1968	—	28,2	— 28,2
1969	—	24,2	— 24,2
1967	—	20,7	— 20,7
1970	20 (a)	19,7	+ 0,3
1971	—	20,4	— 20,4
1972	20 (b)	16,9	+ 3,1
1973	15 (c)	15,1	— 0,1
1974	—	28,6	— 28,6
1975	20 (d)	27,7	— 7,7
1976	110 (Média) (e)	41,2	+ 68,8
1977	30 (f)	42,7	— 12,7
1978	30 (g)	38,6	— 8,6
TOTAIS	245%	337,8%	— 92,8%

CONFORME: (1) Diário Oficial do Estado da Paraíba:

a) Lei 3.625, de 30-08-70;

b) Lei 3.690, de 07-07-72;

c) Lei 3.718, de 21-09-73;

d) Lei 2.776, de 31-12-74;

e) Lei 3.858, de 15-10-76;

f) Lei 3.926, de 17-10-77;

g) Decreto n.º 7.796, de 10-10-78.

(2) Fundação Getúlio Vargas — "Índices Econômicos", Revista Conjuntura Econômica — Dezembro de 78.

— FONTE: "Campanha de Reivindicação Salarial do Magistério da Paraíba". Folheto, p. 3 (14)

---

(14) A Tabela é bastante expressiva e dispensa comentários. Cabe assinalar que o reajuste médio de 110% registrado em 1976 resultou da entrada em vigor do "Estatuto do Magistério", condição necessária a que o MEC concedesse auxílio financeiro ao Estado.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Como se pode observar, o cálculo da desvalorização salarial na tabela supra, foi feito de forma incorreta, não se acumulando em progressão os percentuais de desvalorização. Refazendo este cálculo, chegaríamos à conclusão de que um professor, que em 1965 percebesse um salário real = 100, teria chegado (mantida a categoria funcional e desprezados os reajustes de tempo de serviço) em 1978 com seu salário real = 29.1, sendo pois necessária uma correção da ordem de 244% para que em 1979 o poder aquisitivo deste professor fosse igualado ao de 1965.

Em salários nominais, e segundo declarações do governo do Estado, em maio do corrente, quatro mil professores recebiam menos que o salário mínimo regional, ou mais precisamente, cerca de Cr$ 1.100,00 mensais. (15)

Os mais bem remunerados, docentes que têm cursos de pós-graduação, percebem Cr$ 7.500,00 mensais, por dedicação de 40 horas semanais. A aposentadoria, como é praxe no país, significa uma diminuição salarial expressiva. Durante a greve foi denunciado o fato de que há professores que recebem, após 30 anos de atividades, Cr$ 200,00 mensais.

É bom que se assinale que, mesmo assim, o professor da rede estadual é "privilegiado" se comparado com os da rede municipal. A "Voz do Professor" publicou após a greve o seguinte quadro:

TABELA 6

Salários líquidos do professorado municipal. Abril de 1979.

Abril de 1979 — Salário Líquido			
Cidade	Remuneração (Cr$)	Remuneração (Cr$)	Cidade
Caiçara	184,00	319,00	S. Miguel de Taipu
Serra Redonda	270,70	363,00	Mataraca
Belém	232,50	560,00	Santa Rita
Itapororoca	184,00 a 368,00	447,98 a 1.059,18	Mamanguape
Piripirituba	313,00 a 837,00	184,00 a 414,00	Guarabira
Cacimba de Dentro	140,00 a 414,00	800,00 a 1.100,00	Cabedelo

FONTE: **A Voz do Professor.** Edição da "Equipe de Animação do Professorado". Ano 2. João Pessoa, maio-junho de 1979, n.º 4, p. 6.

(15) O NORTE, 06-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Na rede privada, apontado como excelente salário é aquele pago por certos cursos pré-vestibulares: Cr$ 80,00 a hora-aula. (16)

Remuneração de Cr$ 12,00 a hora-aula, contudo, é ainda comum mesmo na capital, em estabelecimentos da rede privada — sobretudo em preparatórios aos exames supletivos.

Como funcionários, os professores descontam 8% de seus vencimentos para o IPEP (Instituto de Pensões do Estado da Paraíba). Em troca, recebem "na capital, uma assistência ruím. No interior, nenhuma... Se um professor de Patos quer recorrer a um oftalmologista, deve viajar para Campina Grande ou João Pessoa. Sai mais barato pagar a consulta lá mesmo...". (17)

Ao problema salarial se somam as difíceis condições em que o professor deve executar suas atividades. A dedicação de 40 horas semanais supõe que em 30 o professor esteja em classe, ficando as 10 restantes para as tarefas preparatórias, assistência aos alunos, etc. O equipamento escolar é extremamente deficiente: "Não há biblioteca nas Escolas, e as pouquíssimas que possuem, as têm desatualizadas. Também não existem laboratórios, ... meu colégio não tinha, certa vez, quadro negro em classe. O professor teve de conseguir caixotes e improvisar um. Chega a faltar giz nas escolas ...". (18)

"Num dos colégios em que leciono, no centro de João Pessoa, o teto certa vez desabou ... chove nas classes ...". (19)

A manutenção do equipamento escolar é feita basicamente com a arrecadação da "Caixa-escolar". "Antigamente, além da caixa-escolar, o Estado dava uma verba. Hoje, não. O diretor chega a temer pedir verbas à Secretaria de Educação: pode **pegar mal** ... ele pode (ser acusado de) não estar sabendo usar os recursos da Caixa ...". (20)

Autoritária (ah! este eufemismo!) a sociedade, autoritária a estrutura educacional. Programas de curso, livros didáticos, são definidos "para todo o Estado, os mesmos para João Pessoa e Riacho dos Cavalos ... pela Secretaria de Educação,

---

(16) SILVA, José ... Entrevista ...
(17) PEREIRA, Irlândio ... Entrevista ... Patos é uma das maiores cidades do Estado.
(18) Idem, idem.
(19) SILVA, José ... Entrevista ...
(20) PEREIRA, Irlândio ... Entrevista ...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

sem que o professorado participe dos mecanismos de decisão, adaptando-os às realidades locais ...". (21)

A "recuperação", obriga os professores a uma farsa que encobre a necessidade de desocupar lugar nas primeiras séries dos cursos: "recupera-se a nota do aluno, não sua aprendizagem", diminuem-se os índices de reprovação e consequentemente a demanda por salas de aula, equipamento e pessoal docente. A média necessária a aprovação do aluno foi rebaixada: é consenso a "queda na qualificação do alunado", "ensina-se a dividir no Colegial". (22)

Os números são fornecidos pela Secretaria de Educação: em 1977, "dos 498 355 alunos matriculados, 43% estavam na 1.ª série, 8% na 4.ª série e só 3% na 8.ª série ... na faixa dos 7 a 14 anos há um déficit de 35,2% na oferta de matrículas ... A demanda é de 584.900 vagas, só existem no Estado 378.947". (23)

A uma cada vez menor remuneração, corresponde uma carga de trabalho e um esforço pedagógico maior, este particularmente difícil a um conjunto de docentes de cuja deficiência de formação já dissemos.

Temos aí um desenho dos motores da insatisfação, aos quais falta adicionar um: a cada vez mais difícil ascensão, quer a nível profissional, quer a nível social mais amplo. Lecionando 40 horas, torna-se inviável a realização de qualquer curso — a Secretaria não dispensa (a não ser nos casos de favoritismo político expresso) seus docentes para a realização de cursos. Sobram vagas nas licenciaturas oferecidas pela UFPb. Apesar disso, é grande o número de professores — estudantes, "mantidos" pela panacéia do Crédito Educativo.

Reproduz-se com o professorado da Paraíba o mesmo processo de desencanto que atingiu a toda a pequena burguesia deste país. O "milagre" acabou, antes mesmo de ter começado. Decididamente, no Rio é impossível para um professor comprar um Volkswagem em 12 pagamentos, ou abastecê-lo com a gasolina a Cr$ 10,00 o litro. Na Paraíba, fica cada vez mais difícil comer.

---

(21) Idem, idem.
(22) Idem, ...
(23) A UNIÃO, 01-06-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Professores, Organização e Conjuntura

A parca historiografia que se dedica aos assalariados do país, não nos dá elementos para saber da organização e das lutas pregressas do professorado nordestino.

Na Paraíba, o Sindicato da categoria foi fundado apenas na década de 1960; durante a greve foi muito criticado, por se manter absolutamente à margem do movimento. (24)

O texto jornalístico abaixo caracteriza bem a postura de sua direção:

> "Eu me considero neutro nesta greve, porque o meu (sic) Sindicato só abrange o ensino particular", afirmou ontem o Sr. Orlando do Rego Luna, presidente do Sindicato dos Professores do Estado da Paraíba ..."
>
> "Seguro o Sr. Rego Luna, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), órgão subordinado ao Ministério do Trabalho, o convidou a comparecer na sede da DRT para prestar esclarecimentos a respeito do movimento grevista, para saber até que ponto o sindicato estaria colaborando com os professores em greve ...".
>
> "Mostrando-se nervoso com a presença do repórter, o presidente do Sindicato ... lembrou: se tivéssemos dado qualquer tipo de solidariedade aos grevistas estávamos correndo o risco de destituição da diretoria do Sindicato."
>
> "— Eu me considero neutro não tenho ligação com o ensino oficial, mas apenas com o particular...". "O Sr. Rego Luna não admitiu que o repórter usasse o gravador e pediu: não ligue esse negócio, porque assim eu não falo". (25)

Durante a greve, o "fundador e ex-presidente" do Sindicato criticou a atitude da atual direção do mesmo, na imprensa, referindo-se à disposição estatutária que estabelece a pos-

(24) P. ex., A UNIÃO, 10-05-79.
(25) Idem.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

sibilidade de "colaboração com os Poderes Públicos e demais Associações no sentido de solidariedade da classe...". (26)

A discussão entre o presidente atual e o ex-dirigente se estendeu vários dias na imprensa, inclusive com o uso de matéria paga. A troca de acusações revela a história de mais um Sindicato assistencialista, onde os mesmos diretores se revezam eleições após eleições, nos postos de mando.

A AMPEP — já citada, foi fundada em 24 de março de 1974. Seus Estatutos a definem como Sociedade Civil que tem por "finalidades essenciais: a) defender os interesses da categoria; b) colaborar com o Sistema Estadual de Ensino no interesse da Educação; c) prestar serviços assistenciais à Classe". (27)

Tentamos recuperar a curta história da entidade através de entrevistas com alguns de seus dirigentes e com o candidato oposicionista derrotado nas últimas eleições.

Em linhas gerais, a entidade nasce da atuação de um grupo heteregêneo de professores, aparentemente dotados de uma proposta corporativa e assistencialista. Apesar de não haver óbice da parte do governo do Estado à movimentação dos fundadores, "os professores tinham receio de se associar ... temiam que a Associação fosse ilegal, subversiva. Da Assembléia de fundação, praticamente só participaram os professores que constituíram a primeira diretoria". (28)

"Ao fim ao primeiro ano de existência, havia 200 associados". (29)

O primeiro presidente, prof. Caminha, morto antes do fim de seu segundo mandato, foi sucedido pela vice-presidente, "que tinha três ou quatro empregos e só dedicava um expediente, um dia da semana, à entidade". (30)

Ao fim da gestão, a AMPEP possuia entre 500 e 1000 sócios segundo a avaliação divergente dos entrevistados.

---

(26) O Norte, 13-05-79.
(27) AMPEP, **Estatutos,** art. 2.º.
(28) PEREIRA, Irlânio. ... Entrevista ...
(29) ALMEIDA, José. ... Entrevista ...
(30) PEREIRA, Irlânio. ... Entrevista ...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A atuação principal da gestão Caminha — Maria da Paz parece ter sido a de buscar representatividade junto ao governo do Estado.

Desenha-se o quadro de uma associação que buscava boas relações com o governo, tendente à cooptação, como mais a frente demonstraremos.

Um grupo de oposição se apresentou, contudo, à sucessão, em 1978.

Era a "Comissão Permanente de Defesa dos Direitos do Professorado".

A propósito da atuação da AMPEP no período pré-eleitoral, lembra o atual presidente, prof. José Pereira, a elaboração de memorial ao governo do Estado, solicitando reajuste da ordem de 100%, por iniciativa da "situação":

> "Falava-se já em 30% de reajuste ...". "Ele (o governador, Sr. Ivan Bichara) era candidato a senador. Inclusive nós íamos fazer a propaganda dele através de todas as cidades, pedir ao professor ... não "trabalhar", realmente, porque nós não poderíamos, mas dizer ao professor que agadecesse, votasse no governador... Ele ficou calado, pediu que tivessemos esperança ... Três dias depois, lemos no jornal ... 30%." (31)

A oposição transformara o memorial em **abaixo assinado**, e com isso, "aumentamos os sócios, divulgamos a entidade, visitamos o interior". (32)

Destinada a um Simpósio Nacional, a redação desta Comunicação supõe uma colocação mínima do "locus" paraibano.

O Estado tem, segundo as projeções do IBGE para 1979, 2.900.000 habitantes, dez por cento dos quais vivem na capital. 47% da população, apenas, é considerada urbana. Em 1970, só 5 municípios tinham mais de 50.000 habitantes.

Na mesma ocasião, 65% da população exercia atividades no setor primário, e apenas 8,7% no setor secundário.

---

(31) ALMEIDA José. ... Entrevista ...
(32) PEREIRA, Irlânio ... Entrevista ...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A economia é basicamente agrícola e no campo é que se situa a tradição da luta social. A industrialização é extremamente limitada, sendo o setor textil o que gera maior valor.

O interior, via Campina Grande, tem uma ligação muito estreita com a economia pernambucana, e aquele Estado vizinho escoa boa parte da produção local, sendo também o porto de Recife responsável por considerável proporção dos desembarques destinados à Paraíba.

O golpe de 1964 extinguiu as Ligas Camponesas, principal forma de organização da população rural. Verdadeiros massacres não tiveram ainda sua história relatada, e o frágil sindicalismo das cidades foi facilmente submetido, então.

A Associação dos Docentes da UFPb está elaborando um "livro negro", que narra a ação da repressão na Universidade. O próprio Reitor foi afastado em 1964, sendo sucedido por interventor. (33)

No momento em que a "Comissão Permanente de Defesa dos Direitos do Professorado", disputava a direção da AMPEP, perdendo por 41 votos (num total de votantes "inferior a mil") (34), a sociedade civil paraíbana dava os primeiros passos de reorganização autônoma.

Vivia-se já a luta dos moradores de Alagamar e Piacas por permanecerem em suas terras, contanto com o apoio da Igreja; na Universidade os diretórios acadêmicos ressurgiam.

Para se ter idéia da distância a que a imprensa do Estado ficava do resto do país, basta dizer que só uma semana após deflagrada a greve dos metalúrgicos paulistas, no ano de 1978, é que o principal jornal local tratou ,em página interna, do fato.

A proposta da oposição do magistério público pensava uma entidade com maior autonomia em relação ao Estado — patrão.

Falando das realizações da atual gestão, antes do movimento grevista, o presidente da AMPEP as enumera:

---

(33) Respectivamente, reitor e interventor, os srs. Mário M. Porto e Guilhardo Martins.

(34) PEREIRA, Irlânio ... Entrevista ...

(35) Atual Governador.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

"Visitamos 102 cidades ... conseguimos com o então governador Bichara e o Secretário da Educação, prof. Tarcísio Buriti (35) prédio onde funciona a Casa do Professor ... (cujo aluguel é pago pelo Estado); depois, na época do secretário João Maurício, a casa vizinha, onde está a séde da AMPEP ... nossas instalações já serviram a várias atividades educacionais — o projeto Minerva, o Mobral, projeto Logus ... muitos professores foram associados quando vinham a João Pessoa participar dos cursos ...".

O presidente da entidade, de acordo com disposição legal, fica afastado de atividades docentes sem prejuízo dos vencimentos.

"Com o governador Ivan Bichara, conseguimos três outros afastamentos de diretores ... para se dedicar à entidade".

"Passei três meses procurando um professor que pudesse organizar um restaurante na séde ... Fizemos um contrato com o **Buffet Serve-Bem,** eles têm a obrigação de servir refeições a preços baixos e de boa qualidade (já que não nos pagam nada) ..." (36)

Às vésperas da Greve, a AMPEP, bem instalada, tinha cerca de 2.800 sócios. (37)

A conjuntura nacional, alterando-se em 1978/79 propiciara o avanço na reorganização da sociedade civil do Estado. A nível local, a sucessão "biônica" foi conturbada. A ARENA se dividiu entre as velhas forças PSD-UDN, e dois candidatos à sucessão de Ivan Bichara se apresentaram à convenção da ARENA: o secretário da Educação, Sr. Tarcísio de Miranda Buriti, ungido pelo Planalto, sem peso político específico mas contando com o apoio do "Brejo" — a região dos usineiros, e o deputado Antonio Mariz, apoiado por João Agripino, velho

---

(36) ALMEIDA, José ... Entrevista ...

(37) SILVA, José ... Entrevista ..

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

cacique e ex-governador. Venceu o candidato oficial, de forma que "o caso Maluf" não teve par no Nordeste.

Nas eleições diretas de novembro, o candidato do MDB ao Senado beneficiou-se da cisão do partido oficial e elegeu-se. As bancadas parlamentares da ARENA, foram amplamente vitoriosas na Câmara e Assembléia.

Ao mesmo tempo em que "o maior partido do Ocidente" se cindia, constituíam-se as Associações do Docentes da UFPb — João Pessoa, Campina Grande. Os movimentos pela Anistia se organizavam, e novos conflitos pela propriedade da terra começavam a se explicitar. Às vésperas de 15 de novembro, foi anunciada a desapropriação de 2.000 dos 7.000 ha. em litigio nas localidades de Alagamar e Piacas.

2. A GREVE

O "I.º Ciclo de Debates Sobre a Educação de 1.º e 2.º Graus na Paraíba"

O descontentamento difuso do professorado, e uma mudança em suas expectativas emergiram no "1.º Ciclo de Debates".

Coube a professores ligados ao movimento de oposição já referido, sua organização, desvinculada da AMPEP. Formalmente, a montagem do "Ciclo" coube ao corpo docente do Colégio Papa Paulo VI (antigo colégio estadual de Cruz das Armas, em João Pessoa), onde a proposta começou a ser debatida "a partir de dezembro de 78". (38)

Outras escolas foram convidadas a discutir o temário e a participar da organização do Encontro.

A Secretaria da Educação, no fim da gestão João Maurício (39), patrocinou o evento — fornecendo local, veículos para divulgação no interior. Entre 10 e 12 de março, 365 professores de todo o Estado discutiram um temário de quatro pontos,

---

(38) PEREIRA, Irlânio ... Entrevista ...
(39) Secretário que substituiu a Tarciso de Miranda Buriti, candidato, e, depois, governador eleito.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

envolvendo temas pedagógicos e condições de trabalho. "O atual sistema de recuperação e a qualidade do ensino e da educação"; "os conteúdos programáticos e as realidades regionais e locais"; "Horas departamentais e planejamento escolar: objetivos e finalidades'; "Regime de trabalho e Política Salarial Docente".

Era a primeira vez em muitos anos, talvez a primeira, na Paraíba, que um grupo representativo do corpo docente de todo Estado se reunia, para discutir entre sí e com a Secretaria de Educação — (embora ao apagar das luzes de um governo — tampão) seus problemas.

O "Ciclo do Debates ..." gerou um documento que expunha as principais reivindicações do professorado. Mais importante, a que pedia, fora da época "normal" de reajuste salarial do funcionalismo (setembro, outubro), um aumento de 100% imediato. (40)

A AMPEP assume as Reivindicações do Ciclo de Debates

A 7 de abril ocorre a maior das assembléias promovida pela AMPEP até então. Cerca de 400 professores discutem as conclusões do "Ciclo de Debates". (41)

O local é o pátio da entidade, descoberto, numa época de chuvas constantes.

O plenário improvizado reune professores de todas as idades, de aparências que tornam fácil classificá-las. A maioria é constituída pelos docentes-estudantes; há muitas professoras do 1.º grau; nos debates vão interferir professores idosos, dos colégios mais tradicionais da rede Estadual.

A direção formal da Assembléia é do presidente da AMPEP — mas a condução dos debates é assumida, de fato, pelo coordenador do Ciclo de Debates, prof. Irlânio.

Há duas constantes nas intervenções da mesa: lembrar o exemplo da luta dos professores de outros Estados (Rio de

(40) Na mesma época, moradores das localidades de Cachorrinho e Coqueirinho, município de Pedras de Fogo, acamparam diante da Assembléia Legislativa do Estado: ameaçados de despejo pela Usina Olho D'Água, exigiam a desapropriação das terras em que trabalham. O DCE da UFPb realizou sua maior Assembléia desde a reativação do órgão: exige e consegue a reabertura do Restaurante Universitário, paralisado por obras.
(41) A União, 08/04/79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Janeiro, mais recente, São Paulo e Paraná, no ano anterior) e questionar a alocação de recursos para a Educação, no país.

A reivindicação salarial é o tema central. O plenário decide entre dois índices, 100% ou 200%, com vigência imediata. Vence o primeiro; é marcado prazo até 1.º de maio, para que o governador se pronuncie a respeito. Nova Assembléia fica marcada para aquela data.

Na Assembléia apoiam o movimento um ex-deputado estadual do MDB, derrotado nas eleições do ano anterior; uma vereadora de João Pessoa e o representante da Associação de Docentes da UFPb. (42)

Não se discutem alternativas a uma possível recusa do governo do Estado. A palavra **greve**, surge, já, contudo, do plenário.

"Nem Um Por Cento"

Durante todo mês de abril, discute-se nas escolas a reivindicação. Em algumas delas formam-se comissões, que preparam a próxima Assembléia Geral. A Associação dos Docentes da UFPb — Campina Grande, divulga nota oficial a 21 de abril. Denuncia a não-participação dos docentes nas decisões da política educacional, o decréscimo nas verbas destinadas à educação, a desvalorização real dos salários do professorado. (43)

A 23 de abril o secretário da Câmara de Vereadores de João Pessoa oficia à AMPEP, dizendo da aprovação de "votos de solidariedade" ao movimento do magistério, "em defesa de um salário digno para os professores". (44)

Os jornais do Estado, adaptando-se aos novos tempos, divulgam o andamento das negociações.

A nova Secretária da Educação, prof.ª Giselda Navarro, cunhada do governador, entrevistada em Campina Grande, afirma que o "governo não dará nem 1% de reajuste salarial, por

---

(42) Na mesma ocasião os docentes da UFPb preparavam abaixo-assinado ao MEC exigindo a reposição de perdas salariais calculadas então em 30%.
(43) **Aos Professores de 1.º e 2.º Graus.** Folheto. Campina Grande, 21-04-79, mimeo.
(44) **Ofício n.º 0312/79.** Da Câmara Municipal de João Pessoa.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

falta de condições". Mais tarde ela desmentirá a afirmação, sucessivas vezes.

Nesse momento os professores do Rio Grande do Sul já tinham entrado em greve, o funcionalismo de São Paulo cruzava os braços.

O "Nem 1%" divulgado entre o professorado, faz com que o desdobramento da reivindicação, vá se afigurando claro. A palavra de ordem "Greve!" circula; os jornais a atribuem a dirigentes da AMPEP, que desmentem a proposta. O desgate da Secretaria da Educação é evidente; um elemento emocional é incorporado à mobilização. Dia 1.º de maio, são mais de 2 500 professores que acorrem à séde de sua entidade. (45)

"Não Pedimos Aumento: Cobramos apenas uma Dívida"

A Assembléia Geral foi iniciada com a leitura da resposta do governador ao Memorial da AMPEP.

À questão salarial, o governador dizia não poder atender; as reivindicações pedagógicas e administrativas, remetia para "estudos" pela Secretaria de Educação, em grupo de trabalho especial a ser criado. Admitia a representação da AMPEP nas comissões da Secretaria, bem como a realização de concursos públicos para a contratação de docentes, medida de resto, constitucional. (46)

Toda a imprensa do Estado fez da reunião matéria de primeira página; é fácil reconstituí-la.

Muita emoção. Professores de todo o Estado. Para muitos uma primeira assembléia. Em quase toda a mesa, a inexperiência na condução dos trabalhos. Professores vêm de municípios distantes, revesam-se para lanches, fica sempre alguém de cada escola no plenário.

Da diretoria da AMPEP, composta de sete membros, só três estão presentes. (47)

---

(45) A UNIÃO, 02 05-79.
(46) Cf. **Resposta do governador ao Aditivo ao Memorial do 1.º Ciclo de Debates para Professores de 1.º e 2.º graus, encaminhado pela AMPEP.** Ofício s/d.
(47) Apenas o Presidente, 1.º Secretário e 1.º Tesoureiro. Vários dos demais diretores comandarão fura-greves, mais à frente; um deles, como titular da Diretoria do Ensino Secundário da Secretaria de Educação, estava comprometido diretamente com a repressão ao movimento.
(48) Prof. Hermes Zannetti.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A liderança do antigo candidato da oposição, e coordenador do Ciclo de Debates, parece consolidada.

São mais de quatro horas de Assembléia. A "estrela" é o vice-presidente da Confederação Nacional dos Professores que conta da luta vitoriosa no Rio Grande do Sul. (48) A greve é decretada por aclamação, após o posicionamento de cada um dos representantes dos colégios ou cidades presentes. Ela não será, contudo, deflagrada imediatamente. Só dia oito é que, não aceita ainda a reivindicação salarial, ela será iniciada. Muitas intervenções são passionais, e expressas numa linguagem característica, assumida em frases de efeito: "Sou **cabra** de Catolé do Rocha. E cabra de Catolé do Rocha **num bate fofo!**". "La em Bayeux, nós **'tamos** com a grave e nós **num** abre!". "Meu marido até que é contra. Mas na greve, mando eu" ...

Festa. Tensão e festa.

"Não pedimos aumento, cobramos apenas uma dívida de mais de dez anos" — é frase que se houve com freqüência, transmitida para uma vizinhança que descobre a proximidade de uma entidade sindical.

No mesmo momento, as cerimônias oficiais de 1.º de maio transcorriam no porto de Cabedelo, tão vazio de desembarques quanto da platéia a que o governador falava.

Cochichava-se, também na Paraíba: morreu Fleury, antes do julgamento.

A Contra-Ofensiva, Previsível e Inócua. "Ilegal é o Jogo do Bicho"

Duas contradições se percebiam claramente durante a Assembléia Geral. A primeira, mais marcante, registrada pela imprensa (49) mostrava a desconfiança do plenário em relação à diretoria da AMPEP.

A segunda, dividia o plenário — uma parte queria greve imediata; outra, por fim majoritária, marcava para mais tarde a paralização.

Os diretores da AMPEP presentes, acataram a decisão da Assembléia Geral e incorporaram-se ao Comando Geral de

(49) Correio da Paraba, 03-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Greve, então constituído. Quanto à segunda questão, ela refletia a novidade da situação, a insegurança diante de um confronto sem memória na história local recente.

"Depois do Ciclo de Debates, nos diversos Colégios, o grau de insatisfação já era grande... O professorado falava em greve ... até no interior ... sem que a gente 'forçasse a barra', muito pelo contrário ... Na véspera da Assembléia, ficamos até de madrugada na AMPEP, discutindo... só apoiaríamos a greve após o pronunciamento de cada escola presente ... Não íamos comprometer o futuro da classe, provocar um passo em falso ...". (50)

A avaliação feita em plenário deixava clara a necessidade de ainda amadurecer a organização do professorado nas Escolas, sobretudo em várias cidades de padrão médio, para as dimensões do Estado.

"A entidade só tinha Cr$ 300,00 em caixa" — nos diz o Tesoureiro da AMPEP, em sua entrevista. Tratava-se de constituir na prática o Comando de Greve, dividido em Comissões (51); obter o apoio dos pais dos alunos e de entidades dispostas a colaborar.

Este mesmo espaço de tempo podia ser usado pelo governo, e efetivamente, o foi.

Quinze anos de golpe militar, dez anos de AI-5 não tornam apenas difícil a reunião de pessoas, a condução e participação em assembléias.

"Enferrujam" também governantes, acostumados à prática da coerção policial, pura e simples. Numa conjuntura em que tal recurso não pode ser usado em primeira instância, a "imaginação criadora" dos biônicos gerentes da "abertura" precisa também ser aperfeiçoada — o que, ao menos na Paraíba, parece realmente só ocorrer "lenta e gradualmente"...

No dia três de maio, a imprensa divulga a reação do governador diante da paralização iminente: autoriza a Secretaria de Educação a contratar professores, em caráter de emergência, para substituir os prováveis grevistas. Ao mesmo tempo, insiste na argumentação que manterá até o fim: "o Estado não

(50) PEREIRA, Irlânio ... Entrevista ...
(51) Comissões de Finanças, Mobilização, Divulgação, Comandos Regionais, Comissões de Colégio.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tem condições financeiras de arcar com o reajuste salarial pretendido". A ilegalidade da Greve é afirmada. (52)

Na guerra de comunicados instalada, o Comando Geral de Greve, formalmente sob a direção da presidência da AMPEP, enfatiza o apoio recebido de algumas entidades e declara que "ilegal é o jogo do Bicho, que na Paraíba paga até impostos ao governo". (53)

As ameaças do governador darão ao movimento características que ele manterá até o último momento; as de uma ampla manifestação popular de descontentamento.

Escolhido por apenas um setor da oligarquia Arenista, recém-empossado, sem tempo ainda de barganhar novas alianças, o governador do Estado e sua Secretária de Educação passarão a ser condenados em uníssono pela população.

No 1.º de maio estavam presentes representantes das Associações Docentes da UFPb, apoiando a reivindicação, e colocando a disposição do Comando de Greve a infraestrutura de suas entidades. Setores da Igreja se manifestem logo a seguir, bem como o setor jovem do MDB (54)

Com a abertura de postos de inscrição para contratação de professores substitutos, o DCE da UFPb realiza Assembléia Geral. Na "Carta Aberta aos Colegas Secundaristas e à População Paraíbana em Geral", o órgão estudantil repudia a "contratação de professores biônicos, fura-greves", e nomeia "traidor da classe", o estudante que se inscrever. (55)

Na mesma data, várias escolas já paralisam suas atividades: são os secundaristas que as abandonam, deixando nos quadros de giz frases como "Não Aceitaremos Novos Professores". Muitos dirigem-se aos jornais, e o fac-símile de textos manuscritos por caligrafias inconfundíveis é publicado nos jornais do dia 5 de maio: "Não aceitaremos professores contratados junto ao Mobral", diz um dos textos.

No maior colégio Estadual de João Pessoa, organiza-se uma manifestação à porta; a prática do "pedágio" é reinventada: coletam-se fundos. O movimento secundarista renasce aos brados de "100% ou Greve".

---

(52) Correio da Paraíba, 03-05-79; O Norte, 03-05-79.
(53) O Norte, 04-05-79.
(54) Correio da Paraíba, 03-05-79; O Norte, 04-05-79.
(55) DCE da UFPb. **Carta Aberta**..., 04-05-79, folheto.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

O repúdio às contratações de professores substitutos vêm também de Campina Grande. Alunos de pós-graduação da Universidade Regional (Fundação) condenam a medida.

A desastrada reação governamental prossegue: os locais de inscrição dos "professores substitutos" são divulgados amplamente. "No primeiro dia, 31 inscritas em João Pessoa, 30 em Campina Grande". (56)

Na sua argumentação anti-reajuste, o governador dissera não querer beneficiar "apenas o professorado", em detrimento do conjunto do funcionalismo. A entidade de classe dos servidores (ASPEP) se pronuncia através de seu presidente: apoia e incorpora a reivindicação dos professores...

A Secretaria de Educação reune 100 diretores de Escolas, e divulga um folheto aos alunos: "A Greve e o Bom Senso". Voam amarelos aviõezinhos pelas janelas escolares; os "branquinhos" — a "Carta aos Pais" do Comando Geral de Greve, são disputados. (57)

"Buriti vê infiltração entre os Professores" (mas) "Não Haverá Repressão Policial"

Dia 5 de maio, sábado: nova Assembléia Geral, 1000 presentes (58), que reafirmam a decisão de ir à greve — a partir do dia 8 —. Engajam-se professores nas diversas atividades do Comando Geral de Greve. Representantes de diversas cidades do interior dão conta da disposição de luta dos colegas.

O fato novo a ser discutido é a proposta de "adiar por 30 dias a greve", na prática, até as férias — formulada pela Comissão de Educação da Assembléia legislativa em reunião que realizou com o Comando Geral. A "proposta" é rejeitada, entre apupos.

Agora, boa parte dos trabalhos é dedicada à leitura de notas de apoio ao movimento — são muitas as entidades soli-

(56) O Norte e Diário da Borborema, 05-05-79.

Só é exigida a Carteira de Identidade para a inscrição de professores-substitutos. Apresentam-se lavadores de automóveis, vendedores de frutas, domésticas — unem-se a fome e a galhofa, incentivada por estudantes. O Diário ... registra a inscrição de professores municipais, que ganham menos de Cr$ 1.000,00 mensais, em Campina Grande.

(57) A descrição é de um secundarista, aluno do Lyceu Paraibano.

(58) O Norte, 06-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

dárias, e merece destaque o texto assinado pelo Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Estado, D. Marcelo:

> "Pois, afinal de contas, porque o peso do sacrifício, numa hora de austeridade, é imposto sobretudo a algumas categorias profissionais? . . . .'.
>
> "As restrições nunca atingem os beneficiários do poder" . . ."
>
> "(E) reafirmamos, na opção pelos pobres, nosso posicionamento definido ao lado da justa causa dos professores". (59)

Manifestam-se, ainda a ADUFPb-JP, o CBA-JP, o recém constituído Comando Geral Secundarista, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, participantes da "1.ª Semana de Avaliação de Pesquisa da PRAI — UFPb-CG", MDB-Jovem, Centro de Justiça e Fraternidade de Itabaiana, DCE, D.A. XI de Agosto (Campina Grande).

O clima da reunião é descontraído; apesar das ameaças o movimento se fortalecera. Até a TV Globo, vinda de Recife para documentar o acontecimento, é aplaudida . . . O professorado se descobre personagem.

No mesmo horário da Assembléia, o governador do Estado reunia a imprensa para uma entrevista coletiva. As manchetes do dia seguinte sistematizam seus pontos de vista: "A quem vai interessar esta greve?", "Buriti prevê poucas adesões"; "Buriti vê infiltração entre os profesores"; "Não haverá repessão policial". (60)

Mantendo seu argumento da impossibilidade do conceder o reajuste de 100%, o governador prevê um deficit elevado para o exercício de 79 (588 milhões); **informa que 17 000 funcionários ganham menos que o salário mínimo,** e que pretende dar dois aumentos gerais ao funcionalismo — um em outubro, outro em março, "dependendo do aumento da arrecadação"; defende a qualidade dos fura-greves a serem contratados: "só dará aula quem for qualificado"; diz que fez gestões junto ao MEC, mas nada obteve para o professorado. Lembra que foi o responsável pela elaboração de seu Estatuto, quando era se-

---

(59) Nota da Arquidiocese da Paraíba, folheto.
(60) A UNIÃO, Correio da Paraíba, O Norte, 06-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

cretário da Educação — o que provaria "seu apreço pela categoria". Descarta a possibilidade de repressão policial — "a greve só interessa às extremas", mas vê 'infiltrações" no movimento de professores, chegando a citar o advogado que dirige o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, órgão que teve importante papel na defesa dos interesses dos camponeses de Alagamar e outras localidades. Além da repetitiva argumentação, um dado novo era introduzido, embora não explicitado na entrevista: as rádios, que até então divulgavam amplamente a movimentação dos professores, cessam essa prática e incorporam à programação, sem as características de matéria paga, "apelos aos pais": "mandem seus filhos às escolas", "vai haver aula, etc".

De cinco em cinco minutos.

Na missa de domingo, muitos dos sermões versam sobre a reivindicação dos professores; em algumas Igrejas são professores que se apressam a distribuir o texto de D. Marcelo.

Em Campina Grande constituí-se um Comitê de Apoio à Greve. Naquela cidade, a segunda do Estado, a entidade dos professores não dispõe de infra-estrutura mínima — local de reunião, mimeografia, e o "Comitê de Apoio" será, aí, decisivo para o avanço da luta.

Pela Primeira Vez, em Quinze Anos...

Dia 7, véspera do início da greve.

O principal jornal do Estado, órgão dos Diários Associados, divulga a itnensa mobilização dos secundaristas. À tarde haverá passeata dos estudantes, por todo centro da capital. São 1500, pelos cálculos da imprensa. "Abaixo o Buriti", "100% ou greve", gritavam os colegiais. (61)

Ao mesmo tempo, a imprensa se ocupa de um caso de "suícidio" de um preso que morrera ... afogado, em editoriais (62). Critica-se o Governo, estabelecendo-se paralelo com a "atitude de diálogo" do executivo pernambucano, às voltas com reivindicações semelhantes do professorado, naquele Estado.

---

(61) O Norte, 08-05-79.
(62) P. ex. — "Perguntas sobre Deilton que Bronzeado não Respondeu", In. O Norte, 07-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

O Conselho do Centro de Ciências e Tecnologia, da UFPb em Campina Grande, solidariza-se com os professores — fato inédito, pois trata-se de um órgão da estrutura universitária formal.

A Câmara Municipal daquela cidade aprova "moção de apoio e solidariedade à classe dos professores e professoras (sic) do Estado...". (63)

Às 17 horas, dois diretores da AMPEP são chamados a Palácio. O governador recua e faz uma contra-proposta: oferece 40% de reajuste em setembro, 40% em março; a partir de junho, "reajuste dos vencimentos dos professores que percebem abaixo do salário mínimo regional". (64)

Os diretores, presidente e secretário, da AMPEP serão mais tarde criticados pela ida a Palácio, isolados do Comando de Greve. Vacilam.

A greve já ocorria, naquele momento, em várias escolas. Em Santa Rita, município da Grande João Pessoa, um diretor ofende aluna e tem seu gabinete invadido por estudantes. (65)

Os dirigentes da AMPEP dizem que "a proposta é razoável" (66). Ao mesmo tempo em que Assembléia Geral é convocada para analisar a contra-proposta do executivo, a greve ocorre. Uma greve em que os grevistas aparecem em seus locais de trabalho e assinam o ponto.

Os alunos não comparecem; a solidariedade é decisiva. O jornal governamental e os rádios divulgam no dia seguinte números e fotos de pequenas cidades do interior, onde as aulas continuam. Para o governo ,ocorre 30% da paralização, cálculo feito a partir do número de escolas existentes; para o "Comando", a avaliação é de 70%, sobre o total de professores. (67)

É em posição de força que 1400/1500 professores, (68) reunidos em Assembléia Geral recusam a contra-proposta governamental.

---

(63) **Ofício CMG 353-79,** 11-05-79.
(64) Do Governador ao ... Presidente da AMPEP. **Ofício GG/79, 07-05-79.**
(65) Depoimento de secundaristas daquele município.
(66) Correio da Paraíba, 08-05-79.
(67) Como era de se esperar, é nas maiores cidades que a paralisação é maior desde o primeiro momento.
(68) A UNIÃO, O Norte, 10-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Recuam, contudo da reivindicação do reajuste imediato, reduzem o piso salarial pretendido. Agora, pedem 50% em junho e 50% em outubro, piso salarial de Cr$ 3.500,00 e outras medidas de cunho pedagógico e administrativo.

Mantém-se a rotina das críticas à condução das negociações, no plenário: o primeiro secretário se auto-critica, por ter considerado "num primeiro momento a proposta do governador aceitável". A imprensa é acusada de parcialidade pró-governamental, pelos números que divulga sobre o movimento.

Guerra de Posições. (I.) O modelo "democrático-relativo" de combate às reivindicações populares

Já agora com todos seus componentes, o Comando de Greve recebe a recusa do governador à nova proposta do professorado.

A partir daí, trava-se uma guerra de posições, da qual o governo do Estado sairá, ao menos momentaneamente, vitorioso com o retorno dos professores às salas de aula 12 dias após, sem que nenhuma outra concessão tenha sido obtida além das oferecidas dia 7.

Após o "tratamento de choque" das ameaças de substituição dos então-possíveis grevistas, por "professores novos", a prática governamental dá a entender ter sido orientada para a obtenção do progressivo desgaste do movimento grevista. Isolado da sociedade, tendo já provas de que a simpatia popular estava integralmente do lado dos professores, medidas policiais ou demissões só fariam acirrar a contradição social então explicitada.

O modelo "democrático-relativo" de combate às reivindicações populares coloca nos vídeos de todo o país, dia 10 de maio, o Ministro do Trabalho: às vesperas do vencimento do prazo de negociações da questão salarial dos metalúrgicos paulistas, Murilo Macedo repete a cantilena dos "radicais infiltrados entre as massas" e recita a legislação repressiva em vigor.

Mantida a greve, o governo conserva durante alguns dias as rádios divulgando os "apelos aos pais". No quinto dia da paralisação, Tarcísio Buriti telegrafa ao Ministro do Trabalho,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

comunicando oficialmente a greve;(69) os jornais divulgam a resposta ministerial que considera "ilegal" o movimento.

Durante a semana de 14 a 21 de maio, as manchetes anunciam a iminência de punições: "Buriti aplica hoje a lei contra professores"; "Após tentar Diálogo, governo usa sanções contra grevistas. Lideres, primeiros a serem demitidos"; "Governo dá 48 horas para a greve Acabar"; "Prontas as Punições de Professores". (70)

O governador não mais recebe professores. A Secretaria de Comunicação Social se encarrega do terrorismo, repisando ameaças diárias, enquanto alguns poucos parlamentares ostensivamente defendem a posição governamental: são os que têm bases eleitorais, ou "currais', mais propriamente falando, no campo. É o caso de Américo Maia, que fala da "infiltração de ideologias exóticas a fim de denegrir a imagem do governo". (71) O líder da ARENA é mais contido: "o movimento está servindo a fins excusos que não quero dizer aqui", "a AMPEP perdeu o controle do Comando de Greve". O Secretário de Finanças, na Assembléia Legislativa, tenta alicerçar em quase três horas de exposição o argumento da "difícil situação financeira do Estado", ou "pré-insolvência", como diz manchete. (72) Politicamente, tratar do assunto significa pisar em terreno delicado: ele deve admitir que "entre janeiro de 78 e maio de 79, o funcionalismo passou de 23.997 servidores para 31.214" — o que é denunciar o "investimento" empreguista pré-eleitoral do governo anterior, de que o atual é herdeiro direto. Significa dizer também que "51% dos contribuintes do ICM estão em atraso com suas obrigações fiscais" — o que inclui obviamente os empresários e empresas que são o sustentáculo do governo. (73)

Dez dias após, as razões das dificuldades financeiras do Estado são jogadas sobre "o ano de 1978", "um ano particularmente ingrato para os governadores Ivan Bichara e Dorgival Terceiro Neto". "O atual governo não incidiu no velho expediente... de atirar pedras em seus antecessores... reconhecendo que todos muito se esforçaram e se esforçam, por melhores destinos para o nosso povo e nossa terra". (74)

---

(69) O Norte, 14-05-79.
(70) O Norte — 14, 15, 16 e 17-05-79.
(71) A UNIÃO, 15-05-79.
(72) Correio da Paraíba, 11-05-79.
(73) Idem.
(74) O Norte, 20-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Dessa entrevista se retira um quadro suscinto da precariedade da economia do Estado. Basta ver os referenciais que o Secretário de Finanças utiliza em suas lamentações: "a produção de abacaxis cresceu em 78 de 11,5%, ao contrário da média dos anos anteriores, que era de 34,4%; a área cultivada e a produção de algodão caem respectivamente 17,3% e 13,6%; a produção de mandioca cai 18,3%, a de milho 28,6%, a de sisal 3%. O FINOR liberou em 1977 Cr$ 133 milhões para a Paraíba; em 1978, só 18 milhões". O Secretário não se dá ao trabalho de discutir as razões básicas do processo de estagnação vivida pela economia do Estado — razões que dizem respeito à estrutura fundiária e ao modelo econômico que com todos os incentivos fiscais e super-exploração da força de trabalho, só instalou no Distrito Industrial de João Pessoa, onde eram previstas 300, menos de 50 indústrias.

Enquanto publica listas de "primeiros a serem demitidos" nos jornais, (75) o governo começa a atender uma reivindicação menor da categoria: publica as primeiras reclassificações de professores, diminuindo a pilha de 1068 processos paralisados.

Fala em aumentos de "mais de 100%", o que é verdade — de Cr$ 1.494,00 uma das beneficiadas passa a receber Cr$ 3.420,00 mensais. (76)

A polícia se mantém ausente, fazendo apenas a apreensão de carro de som, instituição nordestina, que convoca os professores para o Ato Público que farão realizar.

Em algumas Escolas da capital, os diretores utilizam-se dos poucos fura-greves, psicólogos e orientadores pedagógicos, que reunindo alunos de várias séries, tentam dar aulas.

O fato é denunciado pelo Comando de Greve, e pelos professores de Psicologia da UFPb. (77)

Guerra de Posições (II). Os Professores

Com a recusa do governo à contra-proposta da Assembléia Geral, a manutenção da greve é automática. O Comando de Greve se diz disposto a renegociar a qualquer momento a questão dos percentuais de reajuste. Dia 13, domingo, o pre-

(75) A relação incluía diretor da AMPEP e membros do Comando de Greve além da esposa do Prof. Irlânio Pereiar e diretores de colégios.
(76) Correio da Paraíba, 09-05-79.
(77) O Norte, 16 e 17-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

sidente da AMPEP faz uma declaração abrindo caminho para a aceitação de um reajuste de 20% em julho, 40% em setembro, e 40% em março, numa ação individual.

Nas maiores cidades do Estado, (78) à excessão de Patos e Pombal, a paralisação se manteve quase total. Na primeira cidade, é uma diretora da AMPEP que convence os professores a "furar" a greve, apesar das tentativas de uns poucos e de parte dos alunos. Nas menores cidades, onde o Estado mantém pequenos estabelecimentos, foi mais fácil ao governo impedir o movimento — os laços familiares ou de favor que unem prefeitos, diretores, professores, inibem o corpo docente. Por vezes há a intervenção direta de deputados. É o caso do Rio Tinto, "base eleitoral do deputado José Lacerda". (79)

Listas e telegramas de "solidariedade ao governo", assinadas por diretores de pequenas escolas, foram publicadas mais de uma vez na imprensa. (80)

Além do Comando Geral de Greve, constituído em João Pessoa, funcionaram dois, regionais: o de Campina Grande e o de Cajazeiras — o do Sertão. Nesta última cidade, grande número de professores é constituído de alunos da Faculdade de Filosofia.

Os textos do Comando Geral são reproduzidos, e através dos Comandos Regionais, distribuídos amplamente ao interior. Editam-se boletins locais.

As Comissões constituídas funcionam desigualmente, algumas de forma precária. É o caso da Comissão de Finanças. "Quando foi formada, tinha dezesseis pessoas, no fim, acabei ficando só", diz o tesoureiro da AMPEP. (81) Imprimindo bônus de pequeno valor (Cr$ 5,00) e vendendo plásticos, também a baixo preço, a arrecadação não consegue atender às despesas. "Saímos da greve devendo Cr$ 30.000,00". (82)

O quotidiano da greve varia de Escola para Escola. O "Comando Regional do Sertão" informa em seu Boletim que

---

(78) João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Santa Rita, Cajazeiras, etc.
(79) SILVA José ... Entrevista ...
(80) Dia 12-05 a lista é publicada na UNIÃO é característica. Estão solidários com o governo os prefeitos de Bonito de Santa Fé e Ingá; os diretores ou administradores de Escolas de Monteiro, Catolé do Rocha, Borborema, Juro, Brejo da Cruz, Jacaraú, Soledade, Nova Olinda.
(81) SILVA, José ... Entrevista ...
(82) ALMEIDA, José ... Entrevista ...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

no Colégio Estadual de Cajazeiras "os professores aproveitam a paralisação e estão realizando um Seminário de (sic) Educação". (83) Na maior parte das Escolas, o professorado simplesmente assina o "ponto paralelo" e discute o impasse das negociações.

A falta de "diálogo" com o governador, e para apresentar à Assembléia Legislativa documento que "prova que o Estado tem recursos", é marcado um Ato Público para o dia 14 de maio, na Capital.

São 5000 pessoas que se reunem na Praça João Pessoa. Em muitos anos, não se tinha assistido a concentração igual. São professores do Estado, docentes e alunos da UFPb, curiosos. É lido um texto que será entregue à Assembléia Legislativa, onde são apontados "os recursos que o governo diz não ter".

Nenhum deputado, contudo, fala à concentração. O mesmo documento será levado ao Palácio; "o governador está reunido com Secretários de Estado, estudando as punições aplicáveis aos professores", dizem as rádios no mesmo instante.

As esperanças de uma solução rápida para a questão se desvanecem. E começa a ficar claro, para as lideranças, **a dificuldade de manter uma greve prolongada.** (84)

Com a divulgação das listas dos "primeiros a serem punidos", e o retorno dos alunos em algumas escolas, na quinta feira, dia 17, há algumas turmas que têm aulas no maior colégio de Campina Grande (Colégio Estadual da Prata).

Guerra de Posições. (III) A Sociedade

Universidade

A reivindicação do professorado foi desde o primeiro momento incorporada pelos setores organizados da sociedade civil. Deve ser destacado aí o papel da chamada "comunidade acadêmica", que supõe algumas considerações sobre as características da UFPb no contesto estadual.

A Universidade é o 2.º orçamento do Estado e o 1.º empregador de João Pessoa e Campina Grande. Nos diversos

(83) AMPEP. COMANDO REGIONAL DO SERTÃO. **Boletim**, s/d, mimeo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Campus, reune cerca de 16.000 alunos, somando algo como 2.000 professores. Deste total, praticamente a metade, contratada no último quadriênio, nas categorias de Colaborador ou Visitante.

O segundo, se não o primeiro, anunciante da imprensa local é também a Universidade. Sua expansão afetou, de forma ainda não bem analisada, a própria realidade social de João Pessoa e Campina Grande. (85)

O cargo de Reitor confere a quem o exerce, uma posição de força política civil só comparável a do próprio governador do Estado. Para este último, um controle político ou aliança tático sobre/com a Reitoria, (especialmente nas circunstâncias em que o atual mandatário chegou ao poder) é extremamente desejável.

Já assinalamos anteriormente que, das entidades solidárias com os grevistas, as Associações Docentes de João Pessoa e Campina Grande, o DCE e Diretórios Acadêmicos tinham se inscrito entre as primeiras a se manifestarem.

Dissemos do posicionamento do Conselho do Centro de Ciências e Tecnologia, órgão de estrutura formal universitária. Devemos assinalar agora, igual procedimento assumido pelo CCHLA (João Pessoa), apenas com abstenção do Diretor.(86)

Em Campina Grande e Cajazeiras, onde o professorado não dispunha de infra-estrutura organizacional, os docentes da UFPb (no primeiro caso, através de sua Associação) tiveram pape limportantíssimo nos "Comitês de Apoio" constituídos. No mesmo momento em que ocorria o "Ato Público" dos grevistas, havia uma paralisação simbólica no Campus de Campina Grande, promovido pelos docentes em protesto contra as propaladas punições ao magistério estadual. A adesão foi quase total. (87)

Em João Pessoa, a Associação Docente realizou várias reuniões no Campus contanto com a participação de membros do Comando da Greve e estudantes. (88) Discute-se a parali-

(84) PEREIRA, Irlânio ... Entrevista ...
(85) Algumas idéias a respeito estão in: 'De Quase Aristocratas a Instáveis Assalariados', A UNIÃO, 11 e 12-04-79.
(86) O Norte, 10-05-79.
(87) O Norte 14 e 15-05-79; Diário da Borborema, 15-05-79.
(88) A UNIÃO, 10-05-79; O Norte, 9, 14 e 16-05-79; Correio da Paraíba, 16-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

sação das atividades em caso de punições. O Conselho de Representantes da entidade se declara em reunião permanente. (89)

Nas salas de aula da UFPb, os professores lêem Moção que "denuncia a atitude autoritária do Exmo. Sr. Governador... docente da UFPb, e da Sra. Giselda Navarro Dutra... também docente da UFPb', e "conclama a comunidade... a integrar-se na luta legítima por melhores condições de vida, trabalho e ensino". (90) Este mesmo texto é lido quando a "Revista do Henfil" se apresenta na Capital, doando a Cia. Teatral parte dos ingressos para o movimento reivindicatório. (91)

A preparação para o Congresso da UNE dispersa em parte os esforços do DCE, mas a assistência deste aos grevistas é constante — mobilizando para o Ato Público, coletando fundos, discutindo uma possível paralisação de atividades.

Da Universidade saem ainda outras formas de solidariedade. A crônica "Você quer ser professor", do prof. Francisco Pereira, publicada na imprensa, é mimeografada pelo Comando da Greve e amplamente distribuída. (92)

Estudantes. Pais.

"Adesão dos alunos garantiu o êxito da greve dos professores do Estado". "A greve terminou sendo dos Estudantes", (93) dizia a manchete. "A greve foi 60% dos estudantes e 40% dos professores", avalia prof. Fernando. (94)

A adesão dos estudantes supõe dois tipos de Considerações a propósito: o posicionamento dos alunos e o de seus pais.

Reunindo principalmente estudantes de 2.º grau, nascidos e criados sob o arbítrio, constituiu-se um "Comando Secundarista" dia 5 de maio. Formado por alunos das escolas de maior porte, foi ele o responsável pelos primeiros "pedágios" realizados em João Pessoa; organizou também as manifestações de rua de 07/05. Acusados de serem "manipulados', são estes

(89) O Norte, 20-05-79.
(90) MOÇÃO, Folheto, mimeo. João Pessoa, 10-05-79.
(91) O Norte, 14-05-79.
(92) O Norte, 13-05-79.
(93) Correio da Paraíba, 09-05-79.
(94) SILVA, José ... Entrevista ...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

estudantes que, organizados, distribuem nota, "desafiando" o governador para um debate público, sendo recebidos por ele. (95)

Na grande João Pesosa, há passeatas em Santa Rita. À noite, os alunos percorrem as ruas da cidade, por vários dias. (96)

No interior a situação é a mesma. Em Campina Grande acontecem passeatas: "Não queremos professores de proveta". "Professores em Greve, Alunos em Casa", dizem as faixas. (97)

Os piquetes são estudantis em Guarabira, (98) Patos, Cajazeiras e outras cidades; as passeatas reunem adolescentes uniformizados... toda a imprensa o noticia.

A mobilização dos estudantes é, no entanto, contida pela diretoria da AMPEP — Comando de Greve. "Não autorizamos passeatas", diz o presidente da entidade. Consolidada a paralisação, o "Comando Secundarista" está presente no Ato Público e discute os problemas educacionais específicos dos estudantes.

A outra forma de estudar a "greve dos estudantes" é pensar a atitude de seus pais, sobretudo no que diz respeito aqueles alunos do 1.º grau.

O apelo da AMPEP — "não mandem seus filhos às escolas", foi atendido integralmente, apesar do bombardeio de mensagens governamentais nas rádios e televisão. Apenas um caso de reclamação de pai de aluno contra o movimento foi documentado: numa Escola de João Pessoa, um professor foi acusado de "agredir" duas escolares. Todos os jornais deram destaque à acusação, incidente confuso, a propósito do qual o governador "mandou instalar sindicância". (99)

No primeiro dia de retorno às aulas, em várias Escolas a freqüência não foi integral.

A identificação entre uma população de padrão de vida miserável e a situação salarial do professorado foi o dado ba-

(95) Correio da Paraíba, 9-05-79.
(96) O Norte, 16-05-79.
(97) Diário da Borborema, 09-05-79.
(98) Correio da Paraíba, 09-05-79.
(99) O Norte, 09-05-79; Correio da Paraíba, A UNIÃO, idem.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

sico que garantiu o sucesso da greve — um movimento de protesto, amplo.

A ausência total dos alunos, tornou difícil para os dirigentes do movimento, avaliar, em muitas Escolas, a real combatividade dos professores, passado o movimento.(100)

Outros Setores Sociais. O MDB.

Na ainda desorganizada sociedade civil da Paraíba, impressiona a listagem das entidades que se manifestaram favoravelmente ao movimento grevista. A imprensa reproduziu ou citou as moções de apoio; o Comando de Greve as apresenta, em seus boletins. Além das já referidas anteriormente, podemos citar: Comitê Brasileiro pela Anistia, João Pessoa e Campina Grande; DCE da FURNe; Curso União (JP); Centro de Cultura Francesa e Estudos Pedagógicos (Campina Grande); Juventude Franciscana; Câmara Municipal de Souza; Centro de Justiça e Paz de Cajazeiras; Escola Nossa Senhora do Carmo de Cajazeiras; Associação dos Professores do Brejo-Guarabira... a lista é extensa, e está aqui muito incompleta. Reflete o que existe em termos de organização popular, no Estado.

Quanto ao MDB, sua atuação foi limitada a pronunciamentos parlamentares de alguns membros da bancada em Brasília (Carneiro Arnaud, Octácilio de Queiroz, Sen. Humberto Lucena), e na Assembléia Legislativa de João Pessoa. No "Ato Público" e nas Assembléias da AMPEP o MDB não se fez representar, a não ser pelo marginalizado setor jovem do Partido que participou intensamente do movimento, presente em todas as manifestações públicas. O Diretório Estadual do MDB colocou dificuldades à montagem do "Comitê de Apoio" organizado em João Pessoa. (101)

Missa Campal, "Mediação", "Trégua"

Nos parágrafos anteriores, deixamos de nos referir à Igreja, uma vez que ela vai ser chamada a desempenhar um papel relevante com o impasse estabelecido nas negociações.

A Igreja da Paraíba é conhecida nacionalmente por suas posições progressistas. Desenvolve um trabalho de organização popular extenso, através das Pastorais e Comunidades de Base.

(100) PEREIRA, Irlânio ... Entrevista ...

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

No caso das tentativas de expulsão de camponeses ela se empenhou a fundo na defesa dos ameaçados. Dentre os fatores que seguramente levaram à ausência de alunos nas Escolas, temos de assinalar a Nota assinada por D. Marcelo, já referida.

Das entidades que apoiaram a reivindicação dos professores, várias são ligadas à Igreja.

Iniciada a paralisação, a Igreja manteve um comportamento discreto. Em Cajazeiras, padres da região protestaram junto ao bispo, considerado conservador, contra uma Ordem de Serviço oriunda do diretor de rádio local — Monsenhor Vicente Freitas, que coibira a "liberdade de expressão" — isto é, a cobertura da greve na região. Os padres subscritores da correspondência que mantém vários programas na emissora, passaram a usar seus horários na divulgação do movimento. (102)

Dia 17/05, a Igreja é chamada pelos professores para servir de intermediária nas negociações interrompidas. Ao mesmo tempo, o Comando da Greve convida a população para uma Missa Campal na Catedral de João Pessoa.

O Governador recebe o bispo de Campina Grande, o bispo auxiliar e o vigário-geral de João Pesosa — que não levam, contudo, nenhuma contra-proposta do professorado (só a Assembléia Geral pode formulá-la).

O máximo que obtém é um "prazo de 48 horas para a volta às aulas", findo o qual "as punições seriam aplicadas aos grevistas". (103)

A missa programada é realizada no recinto da Igreja. O folheto-convite distribuído pelos professores avalia a situação:

> (...) "neste ponto, a luta estaciona em um impasse: o governo, para não dar o aumento terá de impor a paralização (sic) — (e aí se desgastar e afundar suas pretensões políticas), ou esperar, anunciando demissões, que o movimento se enfraqueça"...
>
> "De sua parte, o professorado tem demonstrado participação, unidade e disposição ao diálogo, afirmando diante da opinião pública a seriedade de seu movimento e contando com uma reação violenta da comunidade caso o governo aplique as sanções previstas.

---

(101) Depoimento de membros do Comitê.
(102)A UNIÃO, 10-05-79.
(103) O Norte, A UNIÃO, Correio da Paraíba, 14-05-79.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Cabe, portanto, neste momento, discutirmos as condições de luta e em Assembléia decidirmos pela continuidade ou fim da greve". (104)

Era o primeiro texto oriundo do "Comando" que levantava a possibilidade do fim da greve.

No sermão, o sacerdote oficiante discorre longamente a propósito de que "recuar não é perder a guerra". Muitos presentes se irritam e saem antes do fim do culto. (105)

As lideranças constatam a tensão de muitos professores, a ocorrência de algumas aulas em grandes escolas. (106) Chegam à Assembléia, domingo, com a proposta de retorno às aulas. São 700 os professores que votam a "trégua", até setembro. (107)

Balanço, Perspectivas. O CEDEPE e a AMPEP

As lideranças e o professorado em geral, fazem ainda hoje o balanço de seu movimento. Nossas conclusões podem incorporar apenas uma parte dos resultados do processo auto-crítico encetado.

Indiscutivelmente, obtiveram um ganho político considerável.

Abriu-se na Paraíba e na região um espaço político novo. Uma categoria de difícil mobilização, sem tradição de luta, levantou uma reivindicação e uma forma de luta que propiciaram que se expresse o descontentamento popular, ainda que de forma limitada.

O governo do Estado teve de deixar de lado alguns projetos possivelmente básicos para a reaglutinação, no seu em torno, das dissidências Arenistas explicitadas durante o processo eleitoral — a criação de novas Secretarias de Estado, por exemplo. Com 45 dias no poder a equipe governamental se desgastou enormemente diante da opinião pública. (108)

---

(104) MISSA CAMPAL — ASSEMBLÉIA. Folheto, mimeo, s/d, 4 p.
(105) O Norte, 19-05-79.
(106) Como no Colégio da Prata, já referido.
(107) O Norte, 21-05-79.
(108) O Secretário de Estado do Planejamento foi afastado, vaias passaram a acompanhar a Secretária de Educação em suas aparições públicas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A constituição dos "Comitês de Apoio" reeditou de forma ampliada o trabalho conjunto de várias entidades que tinham se mobilizado a propósito das ameaças de despejo a camponeses. Assumindo uma reivindicação popular, estas entidades cresceram internamente e deixaram em aberto a possibilidade de realizarem novas ações em comum.

A crítica realidade social do Estado foi debatida nas ruas e nas salas de aula; pescadores, comerciários, operários e professores descobrem que o arrocho salarial os aproximam, por cima das diferenças de "status". Motoristas e cobradores de João Pessoa, professores estaduais de Pernambuco, puderam se beneficiar da experiência pioneira do professorado paraíbano.

O movimento pós a nú também as dificuldades a enfrentar numa luta como aquela a que os professores se lançaram. Os fatores estruturais que buscamos assinalar neste trabalho, pesaram contra a conscientização do professorado; ficou clara a dificuldade no assumir de uma greve prolongada, quando o nível de organização das bases de uma categoria são ainda muito frágeis.

Para o professorado, parece ter se tornado consenso a necessidade de reformular sua entidade de classe. Novas lideranças se consolidaram; já enfatizamos aqui o esfacelamento da da diretoria da AMPEP. Durante a paralisação o governo fez várias tentativas de cooptação, explorou a seu favor as evidentes contradições existentes no amplo Comando de Greve, com algum sucesso.

Na Assembléia do dia 20 de maio, não houve proposta de continuação da greve. O que era um mecanismo de defesa do professorado em relação a dirigentes eventualmente cooptáveis — a não autonomia do Comando para propor alternativas ao governo, sem prévia aprovação em Assembléia — tornou-se um elemento desfavorável na "mediação" a que a Igreja se propôs. Os religiosos, como lembrou um dos oradores, na ocasião, "foram de mãos vazias ao Palácio", num momento já de refluxo, quando fácil era ao governo fincar pé numa proposta até então inaceitável para o professorado.

Junto com a decretação da "trégua", foram aprovadas uma série de medidas destinadas a fortalecer a organização dos professores. Foi criado o CEDEPS (Centro de Estudos e Debates do Professorado Estadual), de amplas atribuições, cuja direção foi então eleita. Igualmente foi aprovada a próxima

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

reformulação dos Estatutos da AMPEP, e marcadas novas Assembléias.

Quando fazemos a revisão deste texto, acaba de ser editado o primeiro número do "Jornal dos Professores", dando conta das atividades e propostas do novo órgão, que pede já a destituição da diretoria da AMPEP. Um avanço organizacional ocorre com a abertura de sub-sedes no interior, ensaia-se a peça "Nem Um, Quanto Mais Cem!". São já 4.200 os sócios da Associação do Magistério.

Obs.: Fazem parte desta Comunicação, os seguintes ANEXOS, em nosso poder:

1. Aditivo ao memorial do 1.º Ciclo de Debates para Professores de 1.º e 2.º Graus encaminhado ao Governador do Estado.
2. Resposta do Governador.
3. Contraproposta do Governador.
4. Da AMPEP ao Governador.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

RELATO E REFLEXÃO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA GRUPAL NUM CONJUNTO HABITACIONAL

"Análise de alguma forma de organização de um segmento da sociedade brasileira (grupo, categoria ou classe social), e sua relação com a ordem social mais ampla".

MARIA LÚCIA DO COUTO DINIZ *

O presente ensaio constitui-se num relatório e reflexão acerca duma experiência grupal, num conjunto habitacional, na cidade de Ribeirão Preto, SP. A experiência teve início em meados de abril de 1978, em caráter de estágio profissionalizante, para o curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto — USP; no primeiro semestre éramos quatro estagiárias, e continuamos agora trabalhando apenas em duas.

O trabalho constitui-se como parte das primeiras tentativas de transformação do papel do psicólogo na sociedade, procurando integrar-se em pesquisas e trabalhos relacionados mais profundamente com as necessidades sociais concretas.

Neste sentido, e tendo em vista principalmente que se trata de uma experiência ainda em andamento, gostaria de ressaltar o caráter exploratório e inicial dessas primeiras reflexões, resultantes de uma primeira tentativa de distanciamento crítico; necessitando, portanto, de posterior aprofundamento teórico.

A ausência de referências bibliográficas justifica-se pelo fato de não se haver recorrido diretamente a quaisquer fontes bibliográficas, **durante** a elaboração do ensaio; no entanto, as contribuições teóricas advindas da leitura de certos autores

* Artigo recebido para publicação em outubro de 1978.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

são, evidentemente, visíveis e marcantes em minha formação e, conseqüentemente, neste trabalho.

Devo citar, aqui, portanto, alguns dos autores que exerceram marcada influência em minha formação teórica, contribuindo assim, significativamente, para minha própria prática e relexão sobre os problemas aqui levantados: Karel Kosik ("Dialética do Concreto", ed. Paz e Terra, 1976), Adolfo Sanchez Vásquez ("Filosofia da Praxis", ed. Paz e Terra), Florestan Fernandes ("Comunidade e Sociedade").

O amadurecimento das condições concretas necessárias a uma transformação social radical torna possível esta transformação, mas não a torna inevitável. Estas condições não podem, por si mesmas, alcançar sua plenitude sem o desenvolvimento da consciência "para si" dos agentes potenciais e necessários de transformação; além disso, esta consciência "para si" só pode emergir da práxis concreta dos agentes. A modificação real das condições sociais não é fruto de meros fatos estratégicos-políticos, mas de um longo processo social, no qual os agentes vão adquirindo consciência de seu ser social, reagindo às suas condições concretas de existência como um sujeito coletivo real, e contrapondo-se assim à desarticulação engendrada pelo sistema como estratégia de dominação face às suas tentativas de organização.

Estas estratégias de dominação, no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, difundem-se através de vários mecanismos sociais engendrados por organismos e instituições diversos, oficiais e "oficializados"; em conseqüência, o processo de luta pela transformação não se limita somente às contradições advindas do próprio meio de trabalho, mas difunde-se igualmente a todos os níveis da vida cotidiana, que ao refletirem contradições sociais mais fundamentais, exigem porém, na mesma extensão da dominação, reações coletivas de organização visando a mudança concreta destas condições sociais.

Neste sentido, um processo real de transformação social exige a participação ampla de seus agentes potenciais, através da discussão e questionamento dos problemas experienciados como "naturais" e dados "por si sós", como uma maneira concreta de conscientização de suas raízes mais profundas e comuns.

Na sociedade brasileira atual, várias conseqüências importantes decorrem de, entre outros fatores, uma industrialização acelerada e descontínua. Uma destas conseqüências re-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

fere-se ao problema habitacional; o que aparece realmente como problema habitacional atualmente não é senão a conseqüência das transformações econômicas na agropecuária, dando origem à migração campo-cidade, e das dificuldades de trabalho no meio urbano. Surgem então as favelas; os loteamentos precários da periferia são absorvidos pelas cidades, tornando-se bairros; os moradores das favelas mudam-se para os novos loteamentos, enquanto o mesmo ocorre com a parte da população urbana que vai sendo sistematicamente proletarizada pelo sistema econômico em vigor.

Estas duas direções de mobilidade espacial podem representar, ao nível da consciência dos dois grupos, dois diferentes tipos de mobilidade social, o que, por sua vez, pode implicar em diferentes potencialidades de ação política; tentaremos discutir este ponto, mais adiante.

Em 1964, surge o Banco Nacional de Habitação (BNH) que em 1973 institui o Plano Nacional de Habitação Popular visando dar acesso à casa própria a todas as famílias com renda entre um e três salários mínimos (atualmente, é estipulada a renda entre dois e cinco salários mínimos), no prazo máximo de dez anos, e nas cidades com mais de cinqüenta mil habitantes.

Adquirir a casa própria garante a fixação na cidade, e ao mesmo tempo, uma proteção para os momentos de desemprego. Essa mobilidade espacial, portanto, reflete-se na consciência dos trabalhadores como mobilidade social, o que gerará, futuramente, inquietantes contradições a nível de sua prática social.

Isto porque dois fatores aparecem, desde logo, como entraves à ascensão sonhada e duramente perseguida durante muitos anos: a má qualidade das construções, resultado do uso de material da pior qualidade, exigindo portanto poupança e trabalho excedente para os consertos e aperfeiçoamento; por outro lado, o aumento progressivo das mensalidades, ultrapassando, na maioria das vezes, as previsões e possibilidades concretas dos trabalhadores.

Estes dois fatores são responsabilizados, no nível atual de consciência dos trabalhadores, pelas dificuldades e frustrações encontradas na busca de ascensão social; isto justifica que o encaminhamento das soluções a esta situação, seja feito, como veremos adiante, na direção Moradores-COHAB. Seu estágio atual de organização não permite ainda reconhecer que uma mobilidade social ascendente real só será efetivada quando

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

detiverem a posse dos próprios meios de produção. No entanto, a consciência deste fato só poderá surgir no decorrer de sua própria prática, através da constatação da impossibilidade de que agências mediadoras solucionem suas dificuldades atuais de vida.

A experiência que aqui será relatada teve lugar na cidade de Ribeirão Preto, mais especificamente, na COHAB — Conjunto Habitacional, construído nos moldes do Plano Nacional de Habitação Popular, desenvolvido pelo BNH, desde 1973. O Conjunto é integrado por 1.029 casas, divididas em três núcleos e abrangendo cerca de 5.000 pessoas, cuja renda situa-se necessariamente na faixa de dois a cinco salários mínimos.

Nosso engajamento nesta experiência está ligado a uma maneira peculiar de compreender o processo de conhecimento científico nas chamadas "áreas humanas": o homem só conhece a realidade, na medida em que ele cria a realidade humana, comportando-se, primordialmente, como ser prático; não é possível compreender a estrutura de um fenômeno "a coisa em si", unicamente mediante a reflexão. E esta só adquire sentido e veracidade, na medida mesmo em que se constitui como reflexão sobre uma determinada atividade. O conhecimento não é o resultado de uma percepção-passiva, mas de uma atividade-perceptiva.

Esta concepção do processo de conhecimento é que justifica o papel que assumimos no decorrer dessa experiência, como "observadores-participantes". Num trabalho de campo, a própria investigação exige a participação na observação, tornando-se impossível, frente à intensidade da dinâmica cultural, separar o interesse científico pelas estruturas cognitivas em movimento, do interesse pelo próprio processo que as gera, ou seja: a participação ativa na mesma dinâmica cultural.

Mantivemos contato com a população após cerca de oito meses de entrega das casas, na condição de estagiárias do serviço de Psicologia organizado pela seção administrativa da COHAB. O serviço de Psicologia está inserido no setor denominado "Desenvolvimento de Comunidade", coordenado por uma assistente social que, por sua vez, mantém um serviço de atendimento à população através de nove estagiárias do Serviço Social.

Ao adquirir a casa, o trabalhador compromete-se a saldar a dívida, no prazo de 25 anos; no entanto, a dívida é periodicamente majorada através da cobrança de juros e correção monetária, que contrapõem-se às promessas de módicas prestações

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

mensais, que geralmente acabam se revelando acima dos cálculos primários do trabalhador.

Essas informações são importantes porque esse fato é o fundamento da existência de um intrincado mecanismo de controle dos moradores, que é organizado pela agência administrativa da COHAB.

Como veremos, este mecanismo de controle difunde-se em todas as atividades da população, nos mais diversos níveis.

No início de nosso contato com a população, procuramos conhecer os mecanismos de adaptação dos quais estavam se utilizando para a integração numa nova realidade de vida. Nesses contatos, fomos inicialmente depositárias das mais diversas queixas, relativas principalmente, a dois aspectos: a) a má qualidade das casas entregues, como vazamento de água pelas paredes e teto, o desnível das casas, provocando enchentes em épocas de chuvas, falta de asfalto e luz, sistema deficiente de esgoto, etc.; e b) a falta de local para deixarem as crianças, como creches ou parques infantis, já que as mães agora haviam perdido a base de apoio, provenientes de elementos familiares e vizinhança, devido à distância física das novas casas, uma vez que o conjunto localiza-se na periferia da cidade.

Assim, as mães viam-se impossibilitadas de se locomoverem livremente em direção à cidade, para compras, pagamentos, etc. e, principalmente, sem condições de assumir ou continuar uma atividade profissional, limitação esta que agora atingia proporções maiores devido à dívida recém-contraída e já em ritmo progressivo de crescimento.

Era uma preocupação geral e imediata, que contrastava nitidamente com as fantasias de ascenção social via casa-própria e aumentava visivelmente o grau de insatisfação com relação à COHAB.

Trinta e três mães, escolhidas aleatoriamente, foram convocadas para uma reunião no Centro Social do conjunto, com o objetivo de discussão dos principais problemas da comunidade.

As vinte e cinco que compareceram, foram unânimes em expressar a necessidade de uma creche naquele local e, para a concretização desta, a necessidade de organização de todas para um processo de reivindicação.

Dessa forma, foi organizado um grupo de mães, que se reuniria duas vezes por semana, para discussão de seus problemas e encaminhamento das reivindicações; paralelamente, formou-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

se, em conseqüência, um grupo de crianças, que acompanhavam as mães para as reuniões.

Surgiu, portanto, a necessidade de organização das atividades com as crianças, responsabilidades de cuidado, etc.

Enquanto isso, o grupo de mães precisaria se expandir para que suas reivindicações adquirissem maior força de expressão; decidiram então organizar cursos diversos, como pintura de panos de prato, corte e costura, ginástica e confecção de flores, o que lhes permitiria, ao mesmo tempo, um maior relacionamento no grupo e aproveitamento das habilidades de elementos do próprio grupo. Poderiam então, ao mesmo tempo em que discutiam seus problemas, promover um maior relacionamento social na comunidade. O curso de pintura de panos de prato, ministrado por uma delas, teve início e aglutinou cada vez um maior número de mães, tendo então que ser subdivido em duas turmas, visando a melhor aprendizagem, e devido à falta de condições de local para o trabalho. Consequentemente, o grupo de crianças começou também a crescer, chegando a cerca de 50, nas duas turmas. A cada reunião, as mães da outra turma se revezavam em grupos de duas ou três, para o cuidado das crianças, planejamento de suas atividades etc., no que eram auxiliadas por nós, como estagiárias de Psicologia, e, esporadicamente, pelas estagiárias do Serviço Social. As reuniões de discussão dos problemas eram realizadas envolvendo as duas turmas, inicialmente uma vez por semana.

É importante ressaltar que, em função do curso de pintura, novas mães vieram integrar o grupo e, ao mesmo tempo, algumas que estiveram, desde o início, fortemente motivadas para as reivindicações pela creche, abandonaram-no progressivamente, devido à necessidade mais premente de um trabalho, empregando-se então como empregadas domésticas, lavadeiras etc., deixando os filhos a cuidados de parentes, bastante afastados do conjunto.

As mães que continuaram, tentaram, no início, engajar as novas nos objetivos principais do grupo, ou seja, na luta pela cheche e na discussão dos problemas comunitários; no entanto, o grupo já não era mais movido pelas forças das necessidades expressas quando de seu início, mas era cada vez mais absorvido pelas atividades de caráter secundário, que, contraditoriamente, haviam sido iniciadas para fortalecer os primeiros objetivos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Podemos levantar a hipótese de que nesta fase do processo, uma contradição fundamental revelou-se como responsável pela alteração dos objetivos: enquanto permaneciam isoladas, as mulheres podiam alimentar livremente seus sonhos de ascenção social, enfrentando os problemas advindos de sua nova realidade de vida, isoladamente, experienciando-os como problemas "particulares" de sua própria família e alimentando a ilusão de ultrapassá-los com os simples esforços individuais. Lutando individualmente, poderiam mascarar convenientemente sua real condição social, já que não se identificavam como uma classe social definida, refugiando-se desta constatação, numa evidente "consciência em si". Neste sentido, o grupo parece ter sido o confronto de cada uma com seus próprios problemas e dificuldades, numa perspectiva ampliada que exigia o imediato reconhecimento de suas condições reais de vida e identificação com um segmento da sociedade com o qual lhes era penoso identificar-se. Talvez isto pudesse auxiliar na compreensão do progressivo "esvaziamento" das reivindicações e discussões iniciais do grupo e o crescente interesse e engajamento em torno das atividades de pintura, que passaram então a ser o mais importante ponto de aglutinação do grupo. Contribui para este tipo de análise, o afastamento de algumas mães do grupo, retornando estas para a procura de solução a nível individual, como a busca de emprego e a resolução dos problemas relativos aos filhos nos mesmos moldes anteriores, evidentemente com uma dificuldade redobrada, devido à distância física do conjunto, transportes, etc.

Podemos supor que estas mães representassem famílias de nível sócio-econômico inferior às outras e, conseqüentemente, mais acessíveis às pressões econômicas do Sistema Financeiro de Habitação. As necessidades imediatas destas mães, exigiam soluções mais profundas e rápidas, e portanto, um processo de reivindicação grupal mais acelerado.

É significativo que muitas delas, até mesmos mães que não haviam participado de nenhuma das reuniões (neste caso afluiam apenas por terem "ouvido falar"), muitas vezes "passavam" pelo centro social, para saber se já podiam matricular ali seus filhos, ou para saber quando seria inaugurada a creche; mas não se dispunham a ingressar no processo de grupo por estarem trabalhando ou procurando emprego.

Enquanto isso, as mães engajadas no grupo, continuavam cada vez mais envolvidas no trabalho do curso de pintura, planejando já uma espécie de bazar para o final do ano, a ser

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

realizado com os panos de prato pintados por elas, e visando uma renda para o grupo de crianças, para a compra de brinquedos e material em geral, inclusive para o próprio curso de pintura.

No momento mesmo em que o grupo redireciona assim seus objetivos, sobressai-se a tentativa de controle institucional por parte da administração da COHAB, que procura por sua vez, institucionalizar o próprio grupo, apoiando o curso de pintura e estimulando a formação de outros cursos como ginástica e corte e costura. Ao mesmo tempo, mantém sempre duas estagiárias de serviço social, como plantonistas no Centro Social, e que devem relatar em detalhes tudo o que ali ocorre, assim como o conteúdo de quaisquer reuniões ali havidas. Além disso, apropriam-se da chave do Centro Social, impedindo assim que houvesse ali qualquer reunião sem a presença de um elemento da COHAB. É reforçada também a posição de destaque de uma das mães que ministrava o curso, estimulando sua atuação como "coordenadora" do curso. Caracteristicamente, esta passou a integrar o grupo quando os objetivos iniciais deste, começaram a ser relegados a segundo plano, tendo ainda verbalizado, antes de seu ingresso, "como lhe era difícil o relacionamento social ali no conjunto", procurando ressaltar constantemente a sua posição social "superior" perante à da maioria dos moradores.

Percebemos assim, claramente, a utilização pela COHAB de elementos impregnados de uma ideologia pequeno-burguesa de ascenção social, como instrumentos bastante eficientes de controle, controle este que consistiu, no caso presente, de um desvio das fontes reais de tensão social dos verdadeiros problemas subjacentes ao problema habitacional, e, mais amplamente, aos problemas sócio-econômicos da realidade brasileira atual.

A ação política da COHAB, como agência administrativa mediadora entre os trabalhadores e todo o Sistema Financeiro de Habitação (BNH), consiste portanto claramente em reforçar a aspiração da classe trabalhadora pela "casa própria"; ao adquirir a casa, o trabalhador compromete toda sua vida para saldar a dívida, vendendo previamente sua força de trabalho e envolvendo a mulher e os filhos no compromisso assumido. A agência administrativa se faz constantemente presente como que para reavivar este compromisso, esvaziando desta forma, as reivindicações reais e imediatas dos trabalhadores.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

No entanto, as contradições deste projeto são dificilmente mascaradas, e geram tensões sociais que permanecem latentes por certos períodos, e que se clarificam sempre que algum fato concreto as denuncie. Em se tratando do presente projeto habitacional, um fato que integra a própria condição de sua existência, é que pode ser considerado como responsável pelo afloramento de algumas tensões: o aumento, inesperado e arbitrário, das mensalidades. Um reajuste assim inesperado e não convencionado permitiu-nos identificar, como observadores-participantes do processo grupal, alguns elementos do grupo que, apesar dos novos interesses e atividades desenvolvidas, permaneciam ainda comprometidos com o objetivo da formação do grupo, visto que o progressivo aumento das mensalidades ressaltava ainda mais as tensões subjacentes à contradição latente do grupo: situação real de classe-aspirações pequeno-burguesas de ascenção social.

Enquanto isso, a coordenação do setor "Desenvolvimento de Comunidade", convidava a docente da F.F.C.L.R.P. — USP, que estava orientando nossa participação na comunidade, para uma reunião fechada com a Secretaria de Planejamento da Prefeitura, com o objetivo de discutir um projeto de creche a ser ali implantado e qual a forma de participação do grupo de mães que seria mais "viável" neste projeto.

Em vista disso, e conscientes de que este tipo de discussão representava meramente mais um jogo político da COHAB, para esvaziar definitivamente as reivindicações reais do grupo e excluí-lo totalmente do processo de organização da creche, tentamos rearticular as discussões sobre os problemas da comunidade e, principalmente, as discussões sobre a organização desta creche, mas agora não a nível de todo o grupo, mas junto àqueles elementos que demonstravam maior motivação e maior sensibilidade às contradições do grupo e à sua própria situação atual de vida.

No momento desta rearticulação, um problema começa a surgir, e chega a assumir proporções desmobilizadoras: a intervenção dos maridos, impedindo-as de participar de reuniões externas ao curso de pintura.

Aqui é interessante observar que a intervenção dos maridos, não se constitui numa objeção à simples participação feminina em atividades exteriores ao círculo doméstico, mas representa uma objeção à participação política da mulher, ou seja, uma participação que coloca em risco sua própria cons-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ciência "em si", e, mais concretamente que pode colocar em risco todo o seu esforço para adquirir o imóvel.

Neste fato a ação política do BNH revela-se claramente através do controle exercido pelas companhias, como a COHAB, que representa para os moradores, a ameaça constante de perda do imóvel, face a qualquer tipo de mobilização que coloque em risco a autonomia e o poder da agência. E mais amplamente, revela-se a função sócio-política do BNH, garantindo a estabilidade do sistema econômico como um todo, já que compromete definitivamente a força do trabalho dos moradores com o modo atual de produção, ou seja, ao adquirir a casa nos moldes do PLANHAP, o que significa um comprometimento financeiro muito acima de suas previsões iniciais, o que na realidade o trabalhador está comprometendo, é a sua própria força de trabalho, assim como a de toda a família.

Numa situação sócio-econômica bastante diferente da situação de pleno-emprego, e em vista ainda da precária forma de organização reivindicativa atual dos trabalhadores urbanos, o comprometimento com o contrato do BNH na realidade, limita ainda mais a participação política do trabalhador, a possibilidade de seu engajamento em mobilizações por melhores condições de trabalho, e facilita assim, a superexploração de sua mão-de-obra.

A intervenção dos maridos constituiu-se, para quase todas as mulheres ainda preocupadas com os objetivos do grupo, numa forma de amenizar os conflitos surgidos no confronto com o mesmo, fazendo-as optarem pela integração ao novo redirecionamento das atividades, com ênfase nos diversos cursos agora em andamento.

Apenas uma das mulheres, depois de certa ausência, conseguiu superar a contradição inerente a seu engajamento no processo de reivindicações por melhores condições de vida na comunidade, retornou ao grupo numa reunião geral em que iriam ser discutidos todos os problemas que estavam ocorrendo já que o resto do grupo, agora totalmente desengajado dos objetivos de discussões e reivindicações iniciais, perdia-se em brigas e discussões a níveis meramente pessoais.

Nesta reunião, nós, como observadoras-participantes do processo desde o início, procuramos, depois de certo desgaste do grupo nas discussões de problemas pessoais, estimular alguns elementos a colocar novamente o histórico da formação do grupo e seus objetivos iniciais, visando com isso, sondar o nível motivacional do grupo, com relação a estes objetivos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

já que o fator ideológico que parece ter tido importância fundamental no processo grupal, não foi levado em consideração de maneira suficiente.

Isto porque, a mobilidade espacial do grupo urbano, com o qual trabalhamos, apesar de constituir-se objetivamente em maiores dificuldades de vida, aparece estreitamente vinculada a uma aspiração e ilusão de ascenção social que exercem uma função primordial de manutenção do "status quo", aproximando esta parcela da população, pelo menos, a nível ideativo, dos valores e aspirações mais típicos de uma classe média já fixada e ainda com capacidade de auto-sustentação. Evidentemente, as contradições deste processo estão presentes, e cada vez exercem um papel mais relevante, visto que as condições objetivas de vida desses moradores parecem decrescer qualitativamente, dadas as pressões econômicas a que estão sujeitos. Os conflitos ideológicos que surgem são portanto de grandes dimensões, exercendo uma função desmobilizadora primordial; entretanto, a possibilidade de disponibilidade de ação política cresce na medida mesma em que esses conflitos tornam-se explícitos, ocorrendo, então, a progressiva desmistificação de seus componentes ideologizantes.

Como dito anteriormente, todas estas considerações aqui estão colocadas a nível meramente exploratório, em caráter hipotético, e necessitando, portanto, de maior verificação empírica.

Todo este retrospecto permite-nos, no entanto, ressaltar alguns pontos fundamentais, ainda que em caráter não-conclusivo. A ideologia da classe dominante difunde-se a todos os níveis da realidade cotidiana dos indivíduos, impedindo o fluxo da criticidade e fazendo com que sua análise da sociedade em que se encontram seja uma análise puramente local. O primado do indivíduo constitui-se na expressão mais forte dessa ideologia, já que impede o aprofundamento do processo de compreensão histórica; os indivíduos alcançam, dessa forma, uma consciência de mundo que poderia ser denominada como uma consciência **psicológica**, ou simplesmente, **local.**

Nível este de consciência que é caracterizado pela contradição fundamental entre os polos "real" e "ideal", sendo este considerado como "alcançável", mediante o mero esforço individual e redobrado das pessoas.

Uma das condições para a superação desta contradição reside justamente na possibilidade de se demonstrar sua inadequação como explicação da realidade.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Além disso, a recolocação dos aspectos problemáticos da formação do grupo, reconduziria o mesmo ao nível de tensão anteriormente existente, devido à contradição entre a realidade de vida das mulheres e seus objetivos de ascenção.

A reativação das tensões subjacentes a essa contradição, poderia talvez levar o grupo a assumir atitudes que melhor conviessem ao encaminhamento das possíveis soluções aos seus problemas. Esta hipótese mostrou-se-nos viável, no decorrer da reunião, pois as reações do grupo convergiram no sentido de buscar, junto à COHAB, maiores esclarecimentos sobre o andamento do projeto de creche no bairro, o que foi concretizado através de um abaixo assinado entregue por uma comissão de mães à coordenadora do setor "Desenvolvimento de Comunidade".

Através dessa experiência, podemos agora tentar discutir, ainda que a nível meramente exploratório, a disponibilidade de ação política dos diferentes grupos envolvidos na COHAB. Vimos que a origem dos moradores revela dois tipos de mobilidade espacial e, conseqüentemente, dois tipos de representação social acerca da suposta "mobilidade social": por um lado, aqueles que, vindos inicialmente do campo, agrupam-se nas periferias das cidades, em condições de miséria quase absoluta, e posteriormente, conseguem transferir-se para um desses conjuntos habitacionais, o que lhes garante, à primeira vista, fixação na cidade e proteção para os momentos de desemprego. Poderíamos supor, a nível manifesto, que a dispoibilidade de mobilização deste setor popular seja restrita, devido a que a mudança para o conjunto represente uma melhoria de suas condições objetivas de vida.

Por outro lado, uma grande parte dos moradores constitui-se na parcela da população urbana que, para escapar de uma situação desfavorável de miséria, e atendendo à aspiração de melhoria social que não são satisfeitas na cidade, decide-se por adquirir a casa própria, iludida pelas promessas de baixas prestações mensais. Ainda continuando a nível manifesto, poderíamos supor que a disponibilidade para a ação política deste grupo seja maior, visto que o sentimento de frustração é imediato e geral.

Portanto, no primeiro caso, supusemos uma atitude de conformismo, e no segundo, uma atitude de frustração básica.

Entretanto, o que é aqui questionável, é a vinculação que foi feita destas duas atitudes com a ação política potencial, vinculação esta que pode ser considerada agora como mecanicista,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

HERBERT MARCUSE, PROFESSOR DE LIBERDADE

Michel Bosquet conta os quinze anos de uma surpreendente história de amor — e inteligência — entre todos os que lutaram para "transformar a vida" e o velho filósofo que soube desmontar os mecanismos de nossas submissões.

Todos nós somos filhos de Marcuse. Seja por intermédio de Henri Lefebvre ou de Jean Baudrillard, de Jacques Attali ou Alain Tourraine, de Jean-Fançois Bizot ou de Brice Lalonde, de Edmond Maire ou de Roger Garaudy, foi de Marcuse que nos chegaram os temas que dominam e fazem a sensibilidade desta época, assim como a capacidade de os unificar através do pensamento.

Todos nós somos filhos de Marcuse. Nossa formação começou em Boston, por volta de 1962, quando um professor de filosofia, profundamente erudito, foi informado de que seria brevemente aposentado. Este especialista em Platão, Hegel, Marx e Freud nunca tinha levado multidões à pequena universidade onde lecionava. Aliás, era demasiadamente subversivo e erudito, muito exigente com seus alunos e de um humor por demais feroz com os carreiristas e catedráticos para pretender uma brilhante carreira universitária.

A eminência de seu afastamento — com um ordenado totalmente insuficiente para sobreviver — levou Marcuse, aos 64 anos, a engajar-se numa última batalha. Aconselhado, estimulado, protegido e criticado por sua mulher Inge, iria escrever

---

* Artigo reproduzido de **Le Nouvel Observateur** — agosto/1979. Traduzido por Solange Padilha.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

seu testamento espiritual. Desta vez, mudaria de público. Ao invés de dirigir-se aos filósofos e professores, iria tentar comunicar-se com o público universal de pessoas capazes de ler um livro. Iria empregar sua capacidade de alinhavar os pensamentos heterogêneos de seus mestres (Heidegger, Marx, Freud) para ajudar às pessoas a perceberem a mutilação de suas vidas, a surpreendente contradição, presente por todo lado, entre as possibilidades de libertação universal e os fins miseráveis, degradantes, em função dos quais nossas possibilidades foram sufocadas. Iria mostrar que dispomos de todos os meios materiais para a felicidade e que, no entanto, somos — a um nível sem precedentes — a presa da dominação, do medo e do desespero total.

NEM UMA SÓ RUGA

Explicar esse escândalo; tomar consciência; ir à raiz de nossas preocupações, como de nossas revoltas, sem esquecer que os oprimidos não são simplesmente vítimas recalcitrantes. Se a liberdade deles não explode em direção e contra tudo, é porque existe alguma coisa na constituição do homem que o leva a afastar-se de si mesmo e torna-o cúmplice daquilo que o rebaixa.[1] Porém, não esquecer nunca, que as necessidades do homem, sua constituição final, são produzidas, manipuladas, formadas e deformadas pela sociedade. Mude esta última sem ao mesmo tempo transformar a natureza do homem, suas necessidades, suas técnicas, sua relação com o outro sexo e a natureza, e veremos renascer sob diversas formas "toda a velha sacanagem".

Elaborados e reelaborados desde 1930, eram estes os temas que Marcuse se dispôs a popularizar em 1962. A obra que apareceu dois anos mais tarde, desorientou e incomodou à crítica. Ninguém encontrou nela seu aconchego, nem a esquerda, nem a direita, nem marxistas, nem freudianos, nem sociólogos, nem filósofos. Este livro sem rotulações era escandaloso a ponto dos compêndios serem embaraçantes e raros.

Porém, em outubro daquele mesmo ano, do outro lado dos Estados Unidos, os estudantes de Berkeley entraram em greve. O "movimento estudantil" americano estava nascendo. Logo ele viu em Marcuse o seu profeta e fez de seu recente livro um de seus textos chaves. Junto com a revolta dos es-

(1) A relação entre Marcuse e o primeiro Sartre é aqui evidente. Todos dois, com dez anos de distância, foram alunos de Heidegger.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tudantes, o nome de Marcuse se estendeu progressivamente pelo resto dos Estados Unidos e, a partir de 1966, pela Alemanha onde o líder estudantil Rudi Dutschke tornou-se seu discípulo favorito. Na França, ao contrário, apenas seu nome era conhecido. Maio de 68, do que ele foi mais tarde considerado inspirador, não lhe deve nada, ao menos por parte dos estudantes. Pela simples razão que apenas um de seus livros tinha sido traduzido, em 1963, e que aquele que o tornaria universalmente célebre foi traduzido em francês somente seis meses depois da explosão de maio.

Para o velho professor de filosofia, aposentado sem honras ou glórias, começou portanto em 1965, aos 67 anos de idade, uma nova vida. Adolescentes que poderiam ser seus netos encontraram nele os instrumentos intelectuais para a revolta radical e tratavam este homem de cabelos brancos que lhes falava de si mesmos, como um irmão mais velho. Para compreender esta surpreendente história de amor, que dissolvia as barreiras da idade, releiam "O homem unidimensional". Releiam sobretudo a introdução, o primeiro, sexto e último capítulo. Quinze anos depois de sua publicação, este livro não tem uma só ruga. Vocês encontraram nele a sensibilidade, os valores, o radicalismo crítico e as exigências precursoras daquilo que Alain Tourraine chamou posteriormente de "novos movimentos sociais": movimento das mulheres, dos jovens, das minorias, dos anti-armas nucleares e, sobretudo, do movimento ecológico, anti-produtividade e anti-tecnocrático.

Já na introdução lê-se que em nossas "sociedades superdesenvolvidas", o crescimento da produção destrói mais do que cria; que o crescimento engendra a pauperização e a dependência das pessoas; desenvolve necessidades justamente para refazer a dominação da população pelo sistema.

A CIÊNCIA QUE OPRIME

O que é posto em questão é evidentemente o capitalismo, mas este termo para Marcuse não designa simplesmente a exploração do trabalho pelo capital: ele é "uma catástrofe do ser humano no seu conjunto", uma civilização, uma cultura, uma relação com a vida e a morte, que compreende nossa concepção de "racionalidade" e de "ciência pura". Marcuse é um dos primeiros a desmontar a idéia de neutralidade da ciência, de racionalidade da técnica. Nossa ciência, diz ele em substância, não é a única possível; ela está cheia de **a priori** irracionais e é preciso acabar enfim com as discussões vazias

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

sobre o "mau uso do capitalismo", de uma ciência ou técnica que seriam em si "boas". Pois a ciência ocidental, diz ele, é a mãe do capitalismo pela sua maneira de tratar a natureza como se fosse um dado inerte que o homem dominaria e manusearia à sua vontade. A ciência conteria desde o início o germe da atual tecnologia "que mediante a dominação da natureza, permite a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem". E Marcuse escreve, há mais de 15 anos, essas frases que poderiam servir de lema aos ecologistas e outros: "Hoje em dia a dominação não se perpetua apenas pela tecnologia, mas se exerce sob a forma de tecnologia; o poder a invoca para legitimar o seu fortalecimento". Ela é uma arma material e ideológica de uma opressão tecnocrática "que absorve até os opressores".

Cito este sexto capítulo por ser ele um dos mais premonitórios e ricos de virtualidades escrito por Marcuse. E também dos menos conhecidos, apesar das armas temíveis que fornece à contestação antitecnocrática. Nunca escutei Marcuse ser questionado sobre este tema. Fizeram dele o teórico da integração da classe operária, da revolta dos marginais, dos movimentos anti-autoritários, mas ele não era nada disso. E os primeiros a perceberem foram aqueles que, sem o ter lido, pensavam utilizá-lo para "excitar" as massas jovens sedentas por escutá-lo.

APRENDER O SABER

Marcuse se esquivava raramente, mas não falava para agradar. Detestava as multidões, as manifestações públicas, as palavras de ordem. Os movimentos de massa o enchiam de pavor. Quando subia num palanque, fosse em Berlim ou Berkeley, no México ou em Roma, não era para excitar a massa mas para esfriar os espíritos. Não era para seduzir mas para dizer, sem concessão, toda a verdade, mesmo que fosse vaiado. Ele foi o último "professor" alemão. Estava convencido de que não se serve às causas justas com idéias simplistas ou raciocínios aproximativos e confusos.

Detestava o primitivismo, o populismo, o obreirismo e este anti-intelectualismo masoquista dos estudantes "maoístas" para quem as idéias justas vêm sempre das massas. Para ele tudo isso era um "bullshit", idiotice. Pensar corretamente requer um trabalho de aprendizagem e exige uma disciplina, um esforço sobre si. Sim, para ele havia os que ensinam e os que

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

aprendem. O importante não é apagar as desigualdades existentes no saber — isto suporia um nivelamento por baixo, um auto-de-fé dos livros, a ditadura dos imbecis (todas coisas vistas sob Hitler) — mas tornar o saber acessível e comunicativo, a fim de que ele não sirva aos fins da dominação. Para Marcuse, "destruir a universidade" era uma palavra de ordem estúpida pois a Universidade era um dos raros espaços de liberdade onde se pode aprender a pensar contra a ordem estabelecida e propiciar o desabrochar de uma "nova sensibildiade".

Durante quinze anos portanto, Marcuse foi professor itinerante e benévolo. Contratado a partir de 1965 pela Universidade de Califórnia em San Diego, ensinou Marx aos grupos de jovens militantes, principalmente à margem das universidades oficiais. Ele tinha a preciosa capacidade de fazer os outros levarem a sério o pensamento sem se levar a sério. Intransigente quanto ao rigor do raciocínio e das análises, exigia que cada um reconhecesse que suas preferências, os objetivos que dizia perseguir, por mais universais e históricos que fossem, não tinham outro fundamento que sua livre subjetividade: a busca comum da felicidade. Às tendências dogmáticas ou doutrinárias respondia primeiro com brincadeiras, depois se o interlocutor se recusasse a descortinar-se, por uma ironia cruel. Ele exigia de um revolucionário que tivesse como objetivo inicial viver e não morrer, fazer com que cada um pudesse gozar plenamente a vida. Se a Razão não se enraíza no valor supremo da alegria de viver, ela cairia na lógica destrutiva dos delírios de dominação e morte. "Quem decidirá o que é uma vida liberada, uma existência pacificada, uma verdadeira e uma falsa necessidade?" Ele respondeu: "Os próprios indivíduos, mas em última análise somente, quando deixando de ser doutrinados e manipulados até seus instintos, se tornarem livres para escolher".

Durante muito tempo Marcuse anunciou que precisaria uma "ditadura educativa" para nos livrar das "falsas necessidades" que o capitalismo criou em nós e, para nos fazer redescobrir nossa autonomia; uma ditadura cujo primeiro ato seria fechar a televisão. Reencontramos esta idéia no comunista alemão (atualmente preso) Rudolf Bahro, cujo livro "L'Alternative" era para Marcuse, o que de mais importante se havia escrito depois de muito tempo.

Mas a ditadura educativa — dos comunistas segundo Bahro, dos filósofos segundo Platão e Marcuse — era sobretudo uma dessas suas idéias feitas para sacudir e provocar o interlocutor; uma maneira que tinha Marcuse de perguntar: "Independente

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

de toda missão histórica, você está pronto para assumir-se, enquanto sujeito autônomo de sua escolha revolucionária?" e de toda "garantia transcendental que, cá entre nós, eram bobagens que o caro Marx se dava ao luxo?"

Aí está o lado socrático de Marcuse. Para ele, questionar era freqüentemente mais importante que responder. O pensamento deveria ser tão aberto quanto a própria vida, deveríamos alegrar-nos com ela e não pretender concluí-la.

A grande vitória de Marcuse é esta: este filósofo conseguiu produzir um homem, mobilizando em si mesmo e nos outros, não apenas as fontes do intelecto, mas também da sensibilidade, da afetividade, dos sentidos. Um homem que mesmo combatendo em todas as frentes, horrorizado pelo progresso da barbárie, saboreava tudo que é bom e belo. Rodeado até o fim por adolescentes de todas as origens, este octogenário de silhueta de pássaro tinha o fragor, a graça e as malícias de uma criança. Ele conseguiu a unidade do pensamento com a vida.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

FEMINISMO: UMA DISCUSSÃO ATUAL

O GRUPO NÓS MULHERES

Somos cerca de 25 mulheres. Estamos, neste momento, em fase de reestruturação, trazendo conosco a experiência de 3 anos de trabalho e discussão, onde o jornal **Nós Mulheres** foi nosso principal porta-voz. Uma série de problemas, que vão desde nossa organização interna e questões financeiras até a própria dificuldade de se concretizar um projeto feminista no Brasil, hoje, levaram-nos a interromper a publicação. Contudo, o grupo não se desfez. Continuamos atuando, ainda que de maneira fragmentada. Ademais, o impulso dado pelo I Congresso da Mulher Paulista, em março deste ano a todo o movimento de mulheres contribuiu para que adquiríssemos novas forças e retomássemos de forma sistemática nossas atividades, reunindo novas pessoas, idéias e perspectivas de trabalho. O texto que aqui apresentamos, explicitando nossa concepção de feminismo, é o resultado das discussões em torno dessa reestruturação. Reafirmamos o mesmo princípio que pautou a existência do jornal há três anos atrás: a consciência do imperativo de lutarmos contra todas as formas de opressão que sofremos enquanto sexo, o que para nós significa lutar pela transformação radical da sociedade em que vivemos.

O QUE É FEMINISMO?

Não é fácil responder à pergunta. A primeira dificuldade está em dar conta da riqueza do debate que envolve essa questão, considerando a diversidade dos pontos de vista, dentro de uma prática verdadeiramente democrática e, ao mesmo tempo,

---

O texto que segue nos foi enviado pelo grupo **Nós Mulheres**, que de 1976 a 78 editou o jornal feminista do mesmo nome e que agora, em fase de reorganização, busca, entre outras coisas, editar uma revista.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

conseguir estruturar uma linha de ação conjunta que possibilite nossa unidade — única forma de um grupo oprimido criar a força necessária para modificar sua situação. Em segundo lugar, como abordar a questão da mulher de forma a conter toda a diversidade de sua própria condição? Nós mulheres somos metade da humanidade; somos essenciais e insubstituíveis, o que faz com que a discriminação que sofremos seja diferente da de qualquer outro grupo social; no entanto, as mulheres que vivem uma mesma situação de opressão, enquanto sexo, estão divididas enquanto classe social, com interesses antagônicos. Portanto, como pensar a questão sexual, que envolve todas as mulheres, articulando sua luta a uma perspectiva de transformação radical da sociedade, e que implica que homens e mulheres tenham o controle de suas condições de existência, ou seja, o fim do domínio de uma classe por outra?

Finalmente, como resolver todas essas questões e tratá-las em uma linguaguem acessível a todas as mulheres, considerando que aos diferentes setores sociais correspondem diferentes formas de expressão?

A IDEOLOGIA DA NATUREZA

A Constituição Brasileira garante que somos todos iguais perante a lei, independente de cor, raça ou sexo. Esquece-se de acrescentar que alguns são menos iguais. A aparente igualdade de oportunidades, característica do sistema capitalista, estende-se para todas as relações dos homens entre si, destes com as mulheres e destas entre si. Cria-se a falsa idéia, incorporada pelos indivíduos, de que a posição social de uma pessoa depende de sua própria capacidade de se estabelecer. Diz o velho ditado: "quem não tem competência, não se estabelece"! Para mascarar a real diferença entre as classes sociais, determinada historicamente pela dominação de uns homens sobre os outros, o sistema capitalista produz um modo de pensar a realidade que faz crer que o mundo é devidido entre os que são, por natureza, mais e menos capacitados; aos primeiros cabem as posições de mando e as atividades mais valorizadas socialmente, aos segundos, restam parcos meios de sobrevivência. E nos diz que essa é a ordem "'natural" das coisas!

Essa concepção de natureza vai mais adiante e vem de longa data. O capitalismo herdou-a e adaptou-a às suas necessidades. Assim como ouvimos que "índio é preguiçoso", "negro nasceu para ser escravo", sempre nos foi dito que "lugar de mulher é dentro de casa". Estipula-se à mulher, pelo

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

QUANTO MAIS ELEVADA A FUNÇÃO, MENOS MULHERES

I — Na indústria paulista (1)

Preparação entre mulheres e homens

Tarefas não especializadas	1 mulher para cada 3 homens
Tarefas de nível médio	1 mulher para cada 6 homens
profissionais de nível médio	1 mulher para cada 19 homens

II — Nos diferentes níveis de ensino (2)

Proporção de mulheres como professoras

primário	95%
antigo ginasial	60%
antigo colegial	50%
superior	23%
mestrado	15%
doutorado	9%

(1) Citado por Eva Alterman Blay em "O trabalho feminino", 1973, dados de 1969.

(2) Fonte: MEC — 1973

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

MAIS MULHERES TRABALHANDO, MENOR O SALÁRIO DOS HOMENS

Comparação da família tipo da classe trabalhadora na cidade de São Paulo (1958-1969).

	1958	1969
n.º de membros	4,5	4,9
membros ocupados	1,0	2,0
renda mensal preços correntes	10,1 mil cruzeiros	612,10 cruzeiros
renda real familiar a preços de 1969	675,70 cruzeiros	345,06 cruzeiros
salário real do chefe a preços de 1969	567,78 cruzeiros	345,06 cruzeiros

Em dez anos, a família se manteve mais ou menos do mesmo tamanho, o número de pessoas que sai para trabalhar dobrou (de 1 para 2), o salário real do chefe da família diminuiu. Observando no último PNAD que a população economicamente ativa feminina cresceu de 10% entre 72 e 73 enquanto entre os homens o crescimento foi de menos de 4% percebe-se que foram provavelmente as mulheres que ingressaram na força de trabalho para parcialmente impedir a queda da renda familiar e, concomitantemente, depreciar o salário do chefe da famlia.

FONTE: Pesquisa de padrão de vida da classe trabalhadora da cidade de SP, DIEESE.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

simples fato dela ser do sexo feminino, um mundo próprio que se restringe à família. Em contrapartida, ao homem é atribuído o mundo fora de casa: o trabalho e a vida pública. Cria-se uma dicotomia entre o que é público (o trabalho) e o que é privado (a família). Se antes essa não era uma distinção clara, pois geralmente produziam-se os bens sociais na família, o capitalismo veio cristalizar essa separação, tornando-a uma característica dessa forma de produção.

Entretanto, parte do trabalho necessário para toda a sociedade continuou a ser exercida na família: lavar e passar a roupa, cozinha, limpar e arrumar a casa, enfim o que ficou conhecido como trabalho doméstico. Tradicionalmente a família tem sido caracterizada como o universo da mulher e como no capitalismo a família passou a ser considerada como uma unidade separada da produção, essas atividades em vez de serem reconhecidas como trabalhos, que deveriam ser executados socialmente, pois todos deles precisam, tornaram-se atribuições femininas.

Em outras épocas utilizou-se o fato da mulher ter menos força física e da maternidade obrigá-la a um afastamento durante o parto e no período de amamentação, como um argumento para sua exclusão da esfera produtiva. Hoje, mais do que nunca, fica evidente o caráter ideológico desta afirmação. Se antes a mobilidade da mulher era limitada pelos inúmeros e freqüentes períodos de gravidez, hoje em dia, com o uso de anticoncepcionais e com o desenvolvimento da maquinaria, que fez com que a energia humana deixasse de ser o elemento dominante da produção, não há como justificar a incapacidade da mulher para o trabalho.

TRABALHO: PRÉ-CONDIÇÃO DA LIBERTAÇÃO DA MULHER

Chegamos ao ponto e mque pensar a questão do trabalho isoladamente não nos leva muito longe. As bases materiais da superação dos entraves que impediam a mulher de participar na produção, criam apenas a pré-condição de sua libertação (o que explica, em grande parte, o surgimento da luta feminista no século passado). Trata-se de articular essas possibilidades materiais à ideologia milenarmente consagrada sobre a condição da mulher.

Se o trabalho é uma condição **sine-qua-non** da libertação da mulher, ele deve ser pensado em conjunção com todos os fatores relacionados à sua opressão, que dizem respeito basi-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

camente à estrutura familiar: a reprodução biológica, a socialização das crianças e a sexualidade. Ou senão corremos o risco de reproduzir eternamente, no trabalho, os papéis tradicionalmente atribuídos à mulher: de mãe, esposa e dona-de-casa. É o que acontece atualmente, quando se verifica uma participação maior das mulheres na produção; elas concentram-se em profissões que reproduzem suas atividades na esfera familiar, tais como professoras primárias, enfermeiras, secretárias, empregadas domésticas e setor de serviços em geral; recebem pelo mesmo trabalho, salários inferiores aos dos homens; dificilmente ocupam cargos de chefia e elas próprias, muitas vezes, encaram seu trabalho como complementar ao do marido. Vê-se que incorporam perfeitamente a ideologia sancionada pelo Código Civil que determina que o homem "é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos" (Art. 233). E mais: segundo o mesmo Código, regulador das normas e comportamentos sociais, cabe ao homem o sustento material da família, enquanto a mulher é sua "companheira, consorte e colaboradora". Ou melhor, o homem é o chefe e a mulher seu complemento. A aparente igualdade poderia ser traduzida em outros termos: somos todos iguais, mas a mulher é um pouco diferente, porque é ligeiramente inferior: não tem a mesma capacidade de trabalho, por isso, a ela são relegadas as tarefas secundárias da sociedade! Como comentou Simone de Beauvoir, deve ser muito agradável e cômodo para um homem viver com uma pessoa que não o ameace, pois é socialmente considerada inferior e submetida à sua autoridade e que, ao mesmo tempo, seja um interlocutor válido!

Voltando à questão do trabalho feminino, não se trata, portanto, de reivindicar apenas o direito ao trabalho, mas a igualdade no trabalho e, mais que isso, a abolição da forma como o trabalho é exercido sob o capitalismo, onde uns trabalham para os outros. Não é possível pensar a igualdade sem a liberdade, sem que homens e mulheres tenham o completo domínio sobre as condições de sua existência; mais claramente, que os trabalhadores controlem seus meios de trabalho e o produto de seu trabalho e decidam sobre como ser organizada sua atividade.

Paralelamente à exigência de igualdade no trabalho caminha a luta pela modificação das relações familiares. A mulher que trabalha chega em casa e tem que arcar sozinha com todo o serviço doméstico, o que significa mais tantas horas de trabalho, ou seja, uma dupla jornada de trabalho: dentro e fora

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

de casa. Sua libertação inclui, portanto, o reconhecimento das tarefas domésticas como tarefas sociais, pois são necessárias a todos; devem, então, ser executadas por empresas públicas — como qualquer outro serviço — que atendem a toda a população. Por outro lado, a transferência das tarefas domésticas para o setor público cria as condições para a mudança nas relações privadas, mas não a garante. Se as mulheres assumirem as funções "masculinas", mas os homens não assumirem as "femininas", ou melhor, se não acabarmos de vez com a cristalização de funções para um e outro sexo, mesmo que se socialize a educação das crianças e as tarefas domésticas, corremos o risco de manter o mesmo padrão familiar vigente. Provavelmente, a mulher continuará a levar e buscar as crianças na creche, levar a roupa para a lavanderia, arrumar a casa e decidir sobre as questões domésticas, enquanto o homem seguirá privilegiando sua relação com o mundo exterior. Pouco se estará fazendo para romper com a falsa idéia de que as mulheres tem uma "vocação inata" para cuidar, prestar serviços e a tão decantada capacidade de "se dar", estado psíquico que se adequa perfeitamente aos papéis de submissão que nos foram atribuídos como mãe e esposa — "eternas doadoras"!

A NOÇÃO CULTURAL DE MATERNIDADE

Toda a natureza feminina é, então, concebida em termos dos papéis que foram socialmente designados à mulher, como produto de uma divisão sexual do trabalho, historicamente estabelecida. É difícil acreditar em "atribuições naturais", quando sabemos, hoje em dia, o quanto somos condicionados pelo meio em que vivemos. A própria vivência do fato biológico da maternidade é permeada pela ideologia que se faz de sua função. Os papéis de mãe e esposa são vistos como a contrapartida do papel do homem na produção: a mulher produz filhos, cuida deles e do lar, que é o lugar de descanso do homem ,depois de seu exaustivo dia de trabalho (trabalho é só o do homem, porque o que a mulher faz é considerado "obrigação" sua). Enquanto o homem é o responsável pelo "conforto material da família", sendo por isso, seu chefe, a mulher zela pela "harmonia espiritual" da mesma (ainda segundo o Código Civil) e este modelo de relacionamento nos é apresentado como "natural" e "universal". Daí decorre, então, a concepção de que a mulher é afeita às atividades do lar, que exigem paciência, dedicação e docilidade — atributos dificilmente encontrados num homem,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

é o que nos dizem. O que não é de se estranhar, posto que desde pequenas fomos habituadas com jogos, brincadeiras, leituras e "conselhos" — em casa, na escola e na rua —, que nos preparam para esses papéis que futuramente desempenharemos; desde cedo, parte do mundo nos é interdita: vemos nossos irmãos irem à rua, jogar bola, pular o muro e serem incentivados a isso, pois precisam aprender a ser ativos e fortes. Nós, por outro lado, ganhamos bonecas, jogos de chá em miniatura, fogõezinhos, etc. e, de preferência, brincamos dentro de casa, devidamente protegidas e, deste modo, o resultado não é difícil de ser previsto: esperamos ansiosamente o dia do casamento, quando seremos protegidas por nossos maridos, teremos nossos filhos e nossa casa. Afinal, será realidade o que, desde meninas, era nossa fantasia!

O lar e a maternidade acabam se tornando para a mulher um substituto do trabalho e os filhos são encarados como o objeto de criação da mulher, assim como deve ser criativa a atividade profissional para o homem. Essa idéia da maternidade encontra tal ressonância que alguns a levam a extremos: há quem diga que diante do trabalho embrutecido e desumanizado, característico do mundo capitalista e desvinculado de toda sua função criadora, a maternidade surge como uma espécie de válvula de escape, pois conserva, em contraposição ao trabalho alienado, o aspecto criador da atividade humana. E a mulher deveria se sentir, por isso, em melhores condições que o homem! Nada mais enganador. Se a alienação do trabalhador expressa toda a violência do capitalismo, a relação mãe-filho — na forma como se concebe a maternidade — não é menos alienada. Se uma mulher concentra toda sua capacidade criadora em uma outra pessoa — seu filho — e a encara como **sua** obra, não só está anulando sua pessoa, pois renuncia à sua autonomia, para se realizar no outro, como estabelece uma relação de possessão sobre a criança, onde esta deve estar sob seu total controle, pois a manifestação de sua autonomia é uma ameaça para a própria existência da mãe. É difícil ver algo de "enobrecedor" em uma relação opressiva para ambos os lados. Resta ainda salientar que esse tipo de relacionamento entre mãe e filho, via de regra, deixa pouco espaço para o pai. Esquece-se o quanto é importante para a socialização da criança a constante referência de figuras masculinas e femininas. O curioso é que na exaltação da maternidade — que sempre vem acompanhada da proposta de conservação do atual padrão familiar —, a paternidade é simplesmente posta de lado, como se a mulher sozinha fosse capaz de fazer um filho!

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A renúncia da própria pessoa em função do outro — seu filho e/ou marido, a quem deve "agradar" —, além das indubitáveis repercussões negativas do ponto de vista afetivo-emocional, interfere decisivamente no comportamento sexual da mulher. É aqui onde a relação de possessão assume sua forma mais gritante: a começar pelo casamento —a forma institucionalizada de relacionamento entre o homem e a mulher —, que estipula legalmente a autoridade do homem sobre a mulher, não há como pensar uma sexualidade livre e uma relação sadia entre os sexos, se esta relação é fundamentalmente coercitiva. Mas uma coerção sutil, porque apoia-se em uma ideologia que faz crer que a mulher é "naturalmente" inferior; aparece, então, como "natural" o fato do homem dominá-la. Mas nem por isso, a coerção é menos violenta.

Estabelece-se uma relação de desigualdade básica entre o homem e a mulher, no casamento: ela agrada e serve ao homem, em troca do sustento material que este lhe garante; a partir daí, não há como evitar uma deturpação na relação homem-mulher. A sexualidade, embora formalmente permitida no casamento, continua **de fato** a ser negada à mulher; sua função é apenas proporcionar prazer ao homem. Há quem ainda sustente o "uso" exclusivo da mulher: exigem a virgindade até a hora do casamento! Mas se este é, cada vez mais, um princípio retrógrado, sua negação não quer dizer que o prazer seja aceito como um direito tanto do homem quanto da mulher. Ainda se associam as idéias de virilidade-força-sexualidade, em contraposição à feminilidade-docilidade-pureza. Há um longo caminho a ser percorrido até que as mulheres admitam para si mesmas sua necessidade do prazer sexual e, mais ainda, que a exteriorizem. A mulher tem sido objeto e não sujeito do prazer. Na linguagem de senso-comum, é o homem quem a "possui". E essa possessão não se restringe ao casal; ela está presente, mesmo fora das relações privadas, entremeando todas as relações entre os sexos — na rua, no trabalho, onde quer que seja —, o que fica evidenciado tanto pela permissividade dos gracejos, beliscões e "cantadas" — formas de violência cotidiana —, quanto pelo estupro — sua forma extrema. Existe quanto a essas agressões uma espécie de complacência, como se elas fossem tacitamente legitimadas por uma imagem socialmente aceita e difundida da mulher como objeto de prazer e uso. O que, levado às últimas conseqüência, resulta na existência da prostituição.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A luta pela libertação da mulher, para nós, implica em uma estratégia que logre articular todos os níveis de sua opressão, na medida em que as relações de poder e domínio na sociedade capitalista penetram em todos os níveis da existência do homem e da mulher, desde sua relação mais íntima até as atividades públicas, hábitos e obrigações comuns a todos. O feminismo vem justamente questionar as formas de violência que se reproduzem cotidianamente e sempre foram consideradas "naturais"; amplia o conceito de política. Trata-se de assunto que faz parte de nossa vida; não há instância alguma de nossa existência que dela escape. Em outras palavras, o feminismo trouxe a política para dentro de casa, para o questionamento das relações interpessoais.

A subjetividade, "o universo dos sentimentos", foi apropriado pelo sistema capitalista, assim como nossa força de trabalho, buscando moldar as pessoas às suas necessidades. Como não se vê, pega ou mede a subjetividade, é difícil para as pessoas lidar com essas questões fora de seu universo particular. Entretanto, parece-nos fundamental lutar contra essa ordem de coisas, mesmo porque nos opomos a todo "valor social inabalável". Como pensar uma nova mulher, liberta de seu passado de séculos de opressão, sem questionar profundamente o autoritarismo, a brutalidade, a agressividade, a desconfiança e todas as formas de preconceitos? É por isso que buscamos uma transformação que comece por mexer com a prática individual de cada uma. Uma prática que, ao contrário do ditado, comece pelo "santo da casa". Enfim, um feminismo presente cotidianamente entre nós.

Buscamos, ao lado dos homens, uma forma de relacionamento entre os sexos, que desperte uma nova identidade sexual — feminina e masculina — não mais baseada na opressão de um sexo pelo outro, mas onde sejam respeitadas as diferenças, sem que constituam motivos para desigualdades sociais. Entretanto, isso implica não apenas direitos iguais — como trabalhadora e cidadã —, mas uma nova qualidade de vida, por que não dizer, uma verdadeira revolução cultural, que faça com que a agressão sexual consentida seja considerada tão selvagem quanto o canibalismo, que sentimentos como o respeito, a solidariedade, a força e a ternura combinadas predominem sobre o medo, a competição, a violência. Mas, toda transformação ideológica pressupõe uma base material: enquanto houver desigualdade e miséria na condição humana,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

haverá também a violência, inclusive a sexual. A garantia de nossa liberdade é a garantia de que nenhum homem será explorado por outro; de que terminou o reino da miséria. Por isso, um programa feminista luta pela transformação radical da sociedade, incluindo as reivindicações de todos os setores oprimidos. Não apenas por solidariedade, mas porque temos interesse real nessa transformação. Portanto, somente se nas fileiras da luta feminista estiverem presentes as mulheres que fazem parte dos setores de classe mais explorados da sociedade, é que se levará a cabo toda sua força — que hoje é apenas potencial.

A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

O feminismo traduz-se em um amplo movimento de mulheres — movimento social pluralista e democrático. Enquanto feministas, achamos que é preciso levar nossas reivindicações específicas para todos os níveis de organização social e, ao mesmo tempo, criar uma forma de diálogo e trabalho comum e unificado entre todos os grupos de mulheres, respeitando sua diversidade (de classe, de setor profissional, de tendência política, etc.).

As mulheres têm, de um lado, problemas comuns e, de outro, problemas prioritários, que variam em função de sua condição de classe. Por exemplo, as mulheres que vivem na periferia de São Paulo têm problemas fundamentais como a falta de luz, água, esgoto, calçamento, etc., que não são problemas enfrentados diretamente por mulheres de outras classes, que contam com condições mínimas de vida. Entretanto, todas as reivindicações que impliquem melhores condições de vida e trabalho interessam às mulheres que lutam pela democracia e pelo socialismo; sabemos que sem o cumprimento dessas reivindicações, não especificamente feministas, mas que dizem respeito ao conjunto da sociedade, a libertação da mulher estará ainda mais distante. Por isso, essas lutas democráticas integram o quadro de nossas reivindicações. Existe, então, uma razão objetiva para que as mulheres se organizem em grupos diferentes, a partir de problemas locais e setoriais, seja em seus bairros ou nos locais de trabalho. Além disso, existem grupos que têm concepções diferentes do feminismo e da luta da mulher, posto que o movimento de mulheres retrata a diversidade de pensamento do conjunto da sociedade.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A presença das reivindicações das mulheres no seio das outras reivindicações sociais é uma tarefa das próprias mulheres, porque são elas as principais atingidas pelas injustiças resultantes da desigualdade entre os sexos. O que não implica forçosamente na organização exclusiva de mulheres. Há categorias profissionais, como a dos metalúrgicos, onde a criação de um departamento feminino pode contriubir para avançar a luta e a participação das mulheres; entretanto, em categorias tipicametne femininas, nada justifica a necessidade desse departamento. Para nós, o **importante é que existe entre as mulheres um programa claro de reivindicações, em torno do qual se dê a sua unidade** — o que pressupõe evidentemente maturidade e força política. A forma de concretizá-lo, cabe às mulheres dos diferentes setores decidir, conforme suas necessidades e possibilidades. O fundamental é que qualquer organização setorial ou local seja reforçada pelo movimento de mulheres como um todo, que, por sua vez, deve se inscrever no programa geral das forças democráticas da sociedade.

A existência de uma relação estreita entre essas lutas pressupõe, de um lado, a organização da sociedade em sindicatos e partidos políticos livres e independentes, onde estarão presentes também as mulheres e, de outro, a formação de um movimento de massa que congregue todas as mulheres — com ou sem filiação a um partido ou grupo —, que queiram lutar por seus problemas comuns. A organização ampla de mulheres deve constituir-se numa frente de posições, onde os diversos grupos guardem sua identidade original.

Ademais, a existência de todas essas formas de organização política, e garantia de sua liberdade de ação e expressão pressupõem a vigência de um regime democrático, hoje ausente em nosso país. Nós feministas nos unimos, então, a todos os interessados na luta pela conquista da democracia — condição básica de nossa própria existência enquanto organização política.

A EXPERIÊNCIA DO **NÓS MULHERES**

Achamos interessante a experiência de trabalho e organização do nosso grupo, buscando colocar como, na prática, pudemos desenvolver algumas de nossas idéias e onde falhamos.

O grupo reunido desde 1976, em torno do jornal **Nós Mulheres,** optou por uma organização de trabalho que compor-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tasse uma democracia interna a mais ampla possível, partindo da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidade que despertasse as potencialidades criativas de cada uma. Nossos editoriais eram feitos por qualquer uma de nós, as matérias sugeridas pelas participantes e as decisões mais importantes tomadas em conjunto. O grupo, portanto, lutou persistentemente contra estratificações no seu interior, buscando uma rotatividade de funções. Esta forma de trabalhar fugia às regras de um jornal tradicional e permitia que todas acompanhassem o processo de realização de nosso trabalho, desde a feitura dos textos até a distribuição do jornal, o que nos dava a sensação gratificante de que o produto de nosso trabalho nos pertencia.

Esse tipo de organização criou muitas dificuldades. A produtividade era, em certo sentido, baixa e equivalia a um grande esforço. Às vezes, existia um acúmulo de trabalho, outras vezes, excesso de pessoas para uma mesma tarefa. E finalmente, resultava que algumas de nós acabavam sobrecarregadas. A não-hierarquia trazia velhos vícios de comportamento — produto de nossa vivência em uma sociedade organizada segundo moldes autoritários. Éramos idealistas ao pensar que nosso simples querer era suficiente para alcançar a mudança. Éramos idealistas, mas o que propúnhamos estava certo: a democracia a partir do trabalho. E mais que isso, uma luta interna e externa contra as relações de poder (sempre negadas, mas sutilmente introduzidas), as hierarquias que separam, de antemão, as "mais experientes", "mais preparadas" das "menos experientes e preparadas". Neste momento, o desafio se mantém: como nos organizar, com uma divisão de trabalho justa e igualitária, sem uma prática impositiva e autoritária, coerente com nossa concepção de feminismo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

METALÚRGICAS DE SÃO PAULO E OSASCO: EM BUSCA DA MUDANÇA *

O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo e o Seminário da Mulher Metalúrgica de Osasco aconteceram, respectivamente, nos dias 25 e 26 de agosto último, na colônia de férias do Sindicato de Osasco em Caraguatuba e, nos dias 31, 1 e 2 de setembro, na sede do sindicato de São Paulo.

Foram dois encontros com o mesmo fim: levar a metalúrgica para dentro do sindicato, para dentro do movimento operário. E mais, considerar a mulher trabalhadora com todos os seus problemas, sua opressão específica, criando órgãos que fortaleçam sua luta.

Foi atendendo a necessidade de mobilizar a mulher operária que algumas lideranças mais sensíveis vêm tentando achar uma forma de chamá-la a participar e a se organizar dentro do sindicato. Já no começo do ano passado, sindicalistas mulheres e o sindicato de São Bernardo promoveram o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema. Aquele encontro constituiu-se em um marco histórico pois foi a primeira vez, nesses últimos 15 anos, que mulheres operárias se reuniram para discutir seus problemas e os de sua categoria.

* Reportagem de Cristina Mucci e Eliane Bertolucci.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A necessidade de organização da metalúrgica ficou mais clara com as greves do ano passado e deste ano, quando muitas participaram ativamente, mostrando sua força à categoria, sem no entanto inserir nas reivindicações suas lutas específicas.

Um passo decisivo foi dado em junho deste ano, no 10.º Congresso Brasileiro de Trabalhadores na Indústria Mecânica e de Material Elétrico, realizado em Poços de Caldas, quando foi aprovada a formação de departamentos femininos em todos os sindicatos da categoria, visando aumentar a participação das mulheres nas lutas sindicais. Como lembrete, deste Congresso participaram, ao todo, 6 mulheres para aproximadamente 400 homens. As razões? Há evidentemente muito menos mulheres que homens na categoria: 45 mil trabalhadoras dentro de uma categoria de 350 mil metalúrgicos em São Paulo, capital — e poucas lideranças femininas. Mas outros motivos contribuem também para que isso aconteça: "O machismo entre os dirigentes sindicais é muito forte e eles não queriam deixar a gente participar. Nós discutimos tanto que eles acabaram concordando. Aqui de São Paulo, a única representante era eu" — disse-nos uma sindicalista durante o Congresso de São Paulo.

Apesar do machismo e das dificuldades da mulher participar, as novas lideranças femininas e o avanço das lutas operárias nesses últimos dois anos fortaleceram a necessidade de criar congressos de trabalhadoras. E, com a resolução de Poços de Caldas, abriram-se as portas dos sindicatos, que com seu apoio e infraestrutura tornam viáveis estes encontros. Os primeiros frutos foram o seminário de Osasco e o Congresso de São Paulo. Duas experiências semelhantes, primeiro por terem como eixo principal a formação dos departamentos femininos, depois porque as reivindicações foram praticamente as mesmas, já que são mulheres da mesma categoria.

DIFICULDADES DE PARTICIPAÇÃO

Preparado com apenas um mês de antecedência, o Seminário de Osasco foi convocado a partir de propaganda nas fábricas, "piquetes", como elas dizem — não tendo tempo de discussões prévias nas bases. Consequentemente, a maioria das 87 participantes tiveram um nível de discussão bem mais incipiente que em São Paulo onde alguns meses de preparação

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

levou 200 trabalhadoras — na maior parte lideranças de fábricas — a debates bem mais políticos.

O trabalho de mobilização para o encontro de Caraguatatuba, os "piquetes", ilustrou bem que a presença de um pai, marido ou irmão é um impecilho para que elas tomem suas decisões de maneira independente. Várias mulheres casadas, noivas ou mesmo descomprometidas, manifestaram inúmeras vezes um forte desejo de participar, mas acrescentavam o inevitável "preciso pedir ao meu marido", "meu noivo não vai gostar, pois não me deixa sair sozinha", "meu irmão..."

Ficou claro também durante a convocação, o medo da repressão nas fábricas. Os patrões se utilizam de muitos meios para coagí-las a não ir, desde ameaças veladas feitas por funcionários (guardas de segurança, por exemplo), perigo da presença de "dedos duros" no encontro, até exigência de horas extras no sábado e domingo, para compensar o Natal, Ano Novo e Carnaval do próximo ano, fato que também ocorreu e foi denunciado em São Paulo.

EM BUSCA DA IGUALDADE

O seminário de Osasco teve uma característica muito especial: quase a metade das participantes eram menores. Talvez isso tenha ocorrido pela maior disponibilidade delas em relação às obrigações domésticas e outros compromissos. Mas não há dúvida também que este fato revela uma característica da exploração da mão de obra em nosso país. Existe também o lado atrativo: para muitas delas o encontro foi também um passeio, um respirar fundo. Algumas nunca tinham visto o mar.

Tanto no encontro de Osasco quanto no de São Paulo, as discussões giraram em torno de temas e para cada um deles, grupos prepararam relatórios para serem lidos em plenária.

Em Osasco, discutiu-se a Mulher e as Leis, Mulher e Trabalho, Questões Gerais e Mulher e Sindicato.

No primeiro tema constatou-se que as operárias desconheciam as leis, o que facilita o desrespeito das empresas. Muitas denúncias foram feitas, desde obrigatoriedade do trabalho noturno e horas extras até a discriminação contra a mulher casada, a mulher grávida, o pagamento de salário mais baixo no desempenho da mesma função que o homem, o artifício mais usado pelas empresas que registram mulheres numa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

função menos especializada do que ela efetivamente exerce para pagar salários mais baixos e o não cumprimento de leis que prevê a assistência de creches nas indústrias.

O tema seguinte-Mulher e Trabalho-levantou problemas que determinam a assimilação da mulher no mercado de trabalho de forma marginal. Um deles, a profissionalização, e a falta de cursos profissionalizantes, que em geral não aceitam mulheres.

O grande número de menores participantes do encontro de Osasco levou à denúncia dos esquemas de trabalho a que estão submetidas e que as impede de estudar. Estela, 17 anos, sintetiza bem o problema que sofre na pele: "A gente trabalha 10 horas por dia, tem de ir direto do serviço para a escola, morta de cansada, com fome, assiste aula daquele jeito, sai do colégio 11:30 da noite, para voltar correndo para casa e levantar no dia seguinte as 5:30. Desse jeito não tem quem aguenta um mês, dois meses sem entrar em estafa.

Se a gente não estuda antes dos 18 anos, nunca mais consegue escola do Estado. Tem de ser colégio pago e quem aguenta pagar, com o preço das escolas atualmente?

No fim a gente fica a vida inteira escrava dentro da fábrica, sem condições de crescer. Isto porque para a firma é mais importante manter o cara burro porque assim ele não vai saber lutar pelos direitos dele.

A conseqüência disto é que, na fábrica, somos obrigadas a fazer os piores serviços, carregamos peso e, no entanto, ganhamos quase a metade do salário dos homens. Somos sempre "ajudantes gerais", "auxiliares", porque não podemos estudar, nos profissionalizar e assim receber um salário melhor".

Em Mulher e Sindicato a primeira questão levantada foi sobre a pouca participação da mulher na vida sindical. As razões disso foram repetidas em todos os grupos: o sindicato é visto como lugar de homem, a mulher tem todo o trabalho doméstico para fazer e não tem tempo de participar, tem vergonha de tratar dos seus problemas com os homens. A partir daí, propuseram a formação de um departamento feminino como a melhor forma de levar a mulher para o sindicato e fazê-la lutar pelos seus direitos; a participação na próxima campanha salarial onde, junto com os homens, poderão pedir equiparacão salarial e obter um salário mais dígno para toda a categoria.

Mostrando que a opressão da mulher ultrapassa os problemas que ela sofre enquanto operária, o tema Questões

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Gerais alertou para a dominação do homem sobre a mulher, principalmente dos maridos que não deixam a mulher participar do sindicato, que não assumem com ela os afazeres domésticos e a educação dos filhos. A problemática feminina ultrapassa os limites da fábrica, abarcando a família, a escola, as normas sociais, colocando a mulher como cidadã de segunda categoria. "A lei diz que as mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens, mas na vida real elas não conhecem essa igualdade. Nós não temos liberdade. Quando não são os pais, são os maridos, os vizinhos, todo mundo, e isso não muda quando assumimos um trabalho fora do lar. Podemos sair sozinhas pelas ruas escuras, em plena madrugada, para trabalhar, mas nos ameaçam com perigos e a moral se queremos chegar mais tarde em casa nos fins de semana" (relatório de um dos grupos de trabalho).

Do conjunto das discussões saíram as principais resoluções, aprovadas em plenária: **campanha de sindicalização das mulheres, participação na campanha salarial, formação de uma comissão provisória para encaminhar as resoluções do Seminário junto às bases e a formação de um departamento feminino.**

ANISTIA, UMA CONQUISTA DO POVO

O Congresso de São Paulo foi mais politizado e abrangente que o encontro de Osasco, não só pelos debates dos grupos, como também pela sua organização prévia e pelo nível dos pronunciamentos feitos em plenária.

Várias representantes de sindicatos, inclusive de outras categorias, participaram como convidadas, o que demonstrou um estreitamento dos laços entre as trabalhadoras e a intenção de uma luta unificada das mulheres. As sindicalistas, representantes de oito sindicatos, entre eles o das metalúrgicas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Contagem, elaboraram uma moção de apoio ao Congresso onde afirmam a necessidade da mulher participar organizadamente das lutas dos trabalhadores e lutar pela autonomia sindical e pela criação da Central Única dos Trabalhadores; pela realização de Congressos de Mulher em todas as categorias, visando a formação de departamentos femininos.

O dia de abertura do Congresso coincidiu com a libertação dos presos políticos de São Paulo, beneficiados pela anistia. Entre eles estava David Gôngora Filho, operário metalúr-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

gico de São Paulo que, homenageado, participou, junto com sua mãe, como convidado da reunião de abertura, poucas horas depois de ter saído da prisão. Emocionado, falou dos companheiros que permanecem presos e pediu a todos que continuassem a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita.

No sábado foi a vez de Elsa Monerat — única ex-presa política de São Paulo-participar das discussões sobre mulher e sociedade. Chamada a falar para as congressistas, disse: "Estou muito feliz de estar aquí com vocês e tive uma sorte extraordinária porque saí do presídio ontem às 9 horas da noite e hoje estou participando aquí". Elza também falou da anistia como fruto das lutas que o povo vem travando e não uma concessão do governo e da necessidade da luta das mulheres por uma vida mais digna e com os mesmos direitos que os homens. "Que este Congresso não seja o fim, mas o começo de uma grande luta para termos um país com democracia".

Muito aplaudida terminou seu discurso pedindo um minuto de silêncio para o líder metalúrgico de São Paulo, Ângelo Arroyo, morto em 1976 no bairro da Lapa.

A abertura do Congresso terminou com o hino que as metalúrgicas compuzeram durante a preparação do encontro e que diz em um de seus trechos o seguinte: "Não adianta mais choramingar, o que nós queremos é nos libertar. Com as companheiras e os companheiros, não haverá patrão que nos aguentará".

MULHER, CIDADÃ DE 2.ª CATEGORIA

"A mulher sempre desempenhou um papel submisso. Ela foi obrigada a assumir esse papel quando surge a propriedade privada, para que a riqueza da família ficasse garantida para seus herdeiros" (trecho do informe sobre a Mulher e a Sociedade elaborado pela coordenação do Congresso, baseado em discussões prévias).

O tema Mulher e Sociedade era suficientemente abrangente para que se falasse de tudo, desde a vida afetiva, familiar até condições de trabalho, creches, profissionalização da mulher. Justamente porisso, foi uma boa maneira de "soltar a língua", de se detectar os principais problemas e os níveis da opressão social e sexual da mulher, assim como as formas de inter-relacionamento dessas duas instâncias de problemas enfrentados

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

pelas mulheres. Nas discussões, as participantes concluiram que enquanto membros da classe operária, suas reivindicações econômicas, sociais e políticas são as mesmas do conjunto dos trabalhadores mas que a "trabalhadora necessita exercer um duplo esforço para sobreviver".

"É fato notório a dupla jornada de trabalho na empresa e no lar, que se agrava já que o governo, voltado para a defesa da classe dominante, não supriu a classe operária dos equipamentos sociais necessários".

"Ao lado da dupla jornada de trabalho a mulher também é sujeita a toda sorte de discriminação. Desde a infância é preparada para se sentir inferiorizada e submissa, e isso vai refletir em seu comportamento no trabalho, assim como no tratamento que receberá da sociedade como um todo" (trecho de abertura do relatório final).

Nas discussões foi levantada a situação da mulher enquanto cidadã de segunda categoria, que sofre em conseqüência disso uma discriminação no lar e também dentro de sua própria classe. Consideram que a conscientização do homem é fundamental para que os dois possam lutar juntos.

DOR DE CABEÇA, FADIGA, QUEIMADURAS DE PELE, DOENÇAS DO MILAGRE

"Uma operária chega e me diz que está com muita fraqueza e cansaço, chegando a dormir na "linha" e por isso o contra-mestre está sempre reclamando. Quer uma receita de vitaminas e de um remédio para tirar o sono. Deveria lhe dar a receita? Ou então lhe dizer: Você precisa dormir 8 horas por dia, ter uma boa alimentação (carne, leite, ovos, frutas, verduras) e procurar se divertir um pouco."

A introdução da discussão sobre Mulher e Saúde, foi feita por duas médicas. Na plenária a médica Julia Maria falou sobre as condições de trabalho da mulher. "O rítmo de trabalho de tarefas repetitivas pode ser uma fonte de tensão (...) pode cansar, causar ansiedade, depressão; além disso movimentos rápidos, repetidos, podem causar inflamação e dor nas juntas e músculos ("pulso aberto").

Todos estes fatores: opressão, medo do chefe, as preocupações econômicas, preocupações com os filhos e as tarefas domésticas podem causar, segundo ela, a fadiga crônica, mal comum à mulher trabalhadora.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Júlia falou também da falta de segurança no trabalho: "Diariamente atendemos as trabalhadoras que lidam com soldagem (...) Os riscos que estão correndo são vários: choques e queimaduras com faíscas; durante a soldagem os metais emitem radiações que produzem calor que causam dor de cabeça, fadiga, queimaduras de pele (semelhantes às causadas pelo sol) e lesão nos olhos (a maioria já sofreu de conjuntivite aguda, algumas podem ter doenças mais graves, inclusive perda de visão)" (...)

Mas não existem leis para proteger as trabalhadoras? Sim, depois de 1967 essas leis foram alteradas, muitas vezes em prejuízo da trabalhadora. Mesmo assim, elas não são obedecidas pois não existe fiscalização nas fábricas. As CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) na prática não defendem os interesses dos trabalhadores."

Ao lado das condições da mulher na fábrica discutiu-se a saúde da trabalhadora em geral e, em especial, da mulher gestante, denunciando-se a incompetência do INAMPS e dos Convênios particulares que visam apenas os lucros.

Deste temas saíram reivindicações que pedem proteção à mulher grávida, aumento da licença maternidade, assistência médica pré-natal, garantia de emprego e estabilidade da mulher gestante. Repudiou-se o programa de controle da gravidez de alto risco, e a distribuição de pílulas à população, reivindicando para a mulher pleno controle de seu corpo e condições materiais para optar quando e quantos filhos deseja ter.

PARA AS TRABALHADORAS, O ABÔRTO SEM ANESTESIA

Fato novo e muito importante foi a discussão sobre as condições do abôrto, que é uma realidade tão gritante quanto encoberta em nosso país. Uma operária, baseada em experiências de operárias e no depoimento de uma outra médica, Dra. Albertina Duarte, fez uma denúncia cujos principais trechos dizia o seguinte: "Considerando que milhares de mulheres são obrigadas a praticar abôrtos em casa, utilizando canetas, agulhas de tricô, colheres, etc..., e que a maioria desses abortos são provocados pela fome, miséria e desespero; considerando que os médicos do Pronto Socorro Ginecológico do Hospital das Clínicas, e de outros hospitais foram proibidos — já há muito tempo-de usar anestesia nos serviços de curetagem a limpeza dessas mulheres; considerando que essa práti-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ca médica corresponde a atos de tortura e crueldade que não podemos admitir, propomos que todos os médicos e entidades representativas dos médicos pressionem as chefias dos hospitais que baixaram ordens deste tipo para que reconsiderem essa decisão".

"SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL É UMA LUTA ANTI-PATRONAL" *

Nas discussões sobre Mulher e Trabalho foi muito enfatizada a disparidade entre o salário da mão-de-obra feminina e masculina que acaba por acarretar a queda dos salários da categoria como um todo.

Segundo dados atuais do DIEESE, o operário metalúrgico ganha 73% a mais que a mulher metalúrgica. E uma pesquisa feita pelo mesmo órgão durante o Congresso, apontou que a maioria das participantes ganha até dois salários mínimos.

Nos grupos de discussões foram feitas várias denúncias sobre a discriminação da mulher no mercado de trabalho em função de sua aparência física e as "cantadas" que são obrigadas a ouvir do schefes. Denunciou-se também a super-exploração da jornada de trabalho quando, depois do expediente são obrigadas a fazer serviços de faxina nas fábricas. Como resultado dessas discussões o Congresso aprovou em plenária a luta por **salário igual para trabalho igual, creche e jardim de infância nas fábricas e bairros, fim das horas extras, livre exercício da profissão para a qual está qualificada e devida remuneração pela função que exerce, aposentadoria aos 25 anos e repúdio à nova CLT que permite o trabalho noturno para a mulher, eleição dos membros das CIPAS pelos trabalhadores.**

POR UM DEPARTAMENTO FEMININO

As conclusões finais sobre a questão sindical levaram as metalúrgicas de São Paulo a denunciar o sindicato "pelego" atual e a afirmar a luta por um verdadeiro sindicalismo. "Ficou reafirmado que o sindicato é órgão de luta, representação e organização dos trabalhadores, embora hoje esse papel ainda não esteja sendo assumido, face a interferência governamental e a ênfase em atividades assistencialistas, que são função do Estado." (Trecho do relatório final sobre Mulher e Sindicato).

---

* Trecho do Hino do Congresso de Metalúrgicos de São Paulo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Concretizando suas críticas "o I Congresso define que o verdadeiro sindicato só pode existir quando organizado a partir dos locais de trabalho". Para que isso aconteça propõe, em seu texto de conclusão, a formação de "delegados sindicais, comissão de fábrica e trabalho permanente de conscientização dos trabalhadores".

Junto às discussões sobre a estrutura sindical, o Congresso da Metalúrgica aprovou a necessidade de formar um Departamento Feminino. Seus objetivos: "incentivar a participação e mobilização da mulher na vida sindical; organizar a mulher em torno de suas lutas específicas, chamando a atenção de todos os trabalhadores para estas; realizar simpósios, congressos e seminários da mulher metalúrgica".

Foi enfatizado também nos dois congressos que um Departamento Feminino não tem o propósito de divisão da classe operária. O grande receio que permeou as discussões de grupo e os relatórios, foi o de que ele pudesse vir a ser confundido com o que ali se entendia por feminismo. Se, por um lado, esta preocupação tem um lado positivo, que é não transformar o DF num confinamento das mulheres preocupadas apenas com os problemas do seu sexo, por outro reforça a confusão ainda existente no Brasil de que feminismo é sinônimo de uma ideologia pequeno-burguesa que minimiza a luta de classes em função da questão estritamente sexual. Sempre é bom esclarecer que o feminismo, como entendem os grupos feministas brasileiros, está estreitamente vinculado à transformação social e, por essa razão, considera prioritários os problemas da mulher trabalhadora, sem perder de vista a essência da sua luta que é conjugar a exploração de classe com a opressão específica da mulher.

Dentro desta preocupação, os grupos feministas presentes ao Congresso das Metalúrgicas de São Paulo, fizeram pública uma moção onde esclareceram esta questão.

Mesmo que pouco representativos em termos numéricos, não há dúvida que tanto o encontro de Osasco, quanto o de São Paulo significaram um importante avanço para a conscientização das trabalhadoras. Este fato ficou evidenciado pelo grau de denúncias levantadas e propostas aprovadas. Destas propostas, o Departamento Feminino é a que pode melhor significar um salto de qualidade na organização.

Mas, apesar de Poços de Caldas, muita coisa ainda está por ser feita. Existem vários obstáculos dos quais, como elas mesmas apontam no documento de de São Paulo, está a estru-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tura sindical atual e suas diretorias. Muitas lideranças metalúrgicas parecem conscientes dos perigos. Elas sabem que as diretorias "pelegas" se interessam pelo Departamento Feminino na medida em que ele poderá recrutar mulheres para as suas finalidades e perspectivas políticas. E de fato, não estão interessadas em assumir a questão da mulher trabalhadora integralmente.

"O objetivo da diretoria é chamar a mulher para dentro do sindicato. O nosso objetivo não é só esse, mas criar o Departamento Feminino que mobilize a mulher para lutar pelos problemas específicos. Isso tem de partir de nós porque somente nós é que vamos conseguir a luta pelos nossos direitos. A luta da mulher é mais longa e vai existir em toda a sociedade. A gente está começando pelo Departamento Feminino porque ele vai lutar contra os fatores que impedem mais participação da mulher no momento. A partir daí, a mulher vai descobrir todas as formas de sua opressão" (Maria Aparecida Malavazzi, uma das coordenadoras do Congresso de São Paulo).

A capitalização da luta pelas diretorias é um risco e a especificidade da luta da mulher pode, dentro da estrutura sindical atual, estruturar Departamentos Femininos, ocupando-se de atividades tipicamente "femininas", separando mais uma vez as mulheres e os homens. Porisso mesmo, o específico deve estar suficientemente claro para as lideranças, que dessa idéia poderão criar, com o novo sindicalismo, um organismo de pressão para sua luta. A mobilização é portanto fundamental. Já a próxima campanha salarial poderá demonstrar a força de mobilização das atuais líderes sindicais. Se o número de mulheres participantes crescer muito, sem dúvida a elas cabe parte do trunfo inicial para a luta futura.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

COM BRAÇO FORTE

**Se alguém tem ouvidos ouça.
Se alguém leva para cativeiro,
para cativeiro vai. Se alguém matar
à espada, necessário é que seja morto
a espada. Aqui está a perseverança e
a fidelidade dos santos.**

Apocalipse, 13-10

Comungar com o mesmo vinho
repartir o pão de cada dia
tomar o poder de nossas próprias vidas e
dividir a terra a quem é de direito!

Recusar ser fragmentos
temos todos que viver a luz e brilhar
muitos estão ausentes e outros tantos
deram suas vidas, rompamos as correntes!

Edificar perante as grandes
instituições cúbicas e desproporcionais
sustentáculos comerciais das multinacionais
que nos fazem em pó e fragmentos!

Ser o que nos é de direito
tomar de vez o poder de nossas vidas e
numa confraternização de farrapos
retirar as máscaras dos autos liberais!

Ser sustentáculos da história
sem deixar a peteca cair no chão
firmar nos mesmos propósitos
de sermos uma unidade compacta, sólida!

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Fazer na nossa economia a multiplicação do pão
e não ser fragmentos do sistema, jamais!
Sejamos poetas artistas universais
obreros revolucionários de cada instante!

Rasgar o véu e ser franco
não tolerar mais o peso do mundo que produzimos
sobre os nossos ombros pois nós o construímos
molhemos a camisa de suor e se preciso tombemos juntos!

Romper todas as barreiras
ademais só nos resta conquistar o que já
nos é de direito e não só matar essa fome física
mas refazer-nos desta imensa ferida.

Avante a abrir a porta dos que vivem no sub mundo a
repartir o pão e
comungar o mesmo vinho!

Léa/Metalúrgica/Sto. André
10-8-79

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

RESENHA

UMA ANTOLOGIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Movimento Operário no Brasil (1877-1944) de Edgard Carone, Difel, São Paulo, 1979.

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA *

Cada novo livro de Edgard Carone é aguardado com impaciência pela comunidade acadêmica no Brasil: como de costume, dali advirão textos e fontes de referência de inestimável valor para o estudo pormenorizado de nossa história política contemporânea. Seu último trabalho não é menos importante no contexto de sua já imensa obra sobre o período republicano brasileiro: com igual riqueza e diversidade de documentação, a que já nos habituou em suas antologias anteriores, Carone apresenta-nos agora o movimento operário no Brasil.

O período coberto é relativamente extenso, levando-se em conta que as antologias de Carone não são uma mera coleção de textos, alinhavados às pressas e dispostos cronologicamente numa simples sucessão de eventos. Mesmo que os pontos de referência extremos não condicionem a organização da obra, nem a disposição dos cento e oitenta textos ali apresentados, vale a pena mencionar as datas limites da antologia em questão. O documento mais antigo é de 1876, relativo a um protesto feito ao governo imperial, através da Sociedade Auxi-

* Sociólogo e historiador.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

liadora da Indústria Nacional, por 382 operários chapeleiros que clamavam por medidas restritivas à importação de chapéus. O mais recente reproduz um discurso do escritor Aydano do Couto Ferraz, de 1944, em apoio à política de guerra do Presidente Getúlio Vargas, publicado originalmente pela Liga de Defesa Nacional.

Esses 68 anos de experiência operária no Brasil são amplamente esmiuçados nesta obra, não contudo através de uma perspectiva diacrônica que se contentasse simplesmente em reproduzir o itinerário do movimento operário e sindical em nosso país. A intenção de Carone é outra: por meio da ampla gama de textos ali reunidos, ele nos oferece uma visão sincrônica e estrutural do que foi, em sua essência, a condição e a organização operárias em seis décadas de história brasileira. A documentação, em sua maior parte, é de origem diretamente classista: trechos selecionados da própria imprensa operária que, conjunturalmente, tratava dos mais importantes problemas relativos às condições de vida e trabalho do ainda incipiente proletariado brasileiro.

O resultado é uma obra de referência fundamental a todos aqueles que pretendem analisar a ação e a reflexão da classe operária brasileira, naquele período, sem no entanto dispor de condições de acesso direto às fontes primárias, múltiplas, dispersas ou integrando coleções de difícil consulta. Quaisquer que sejam os méritos já acumulados por Carone em suas obras anteriores, a lacuna persistia, agora finalmente preenchida com o tratamento globalizante dado à questão operária no Brasil.

Sem dúvida, nos últimos anos assistiu-se a uma proliferação de estudos, análises, memórias e ensaios sobre o movimento operário e sindical brasileiro: algumas obras abordando pequenos períodos como compete às monografias acadêmicas, outras privilegiando determinados aspectos do problema ou enfocando um setor sindical específico; não faltaram também as que, refletindo posição adotada pelo autor ou por subjetivismo inconsciente, sofreram lamentáveis viéses ideológicos ou interpretativos. O próprio Carone, em cada uma de suas obras anteriores, nunca deixou de dedicar um ou dois capítulos a abordagem da classe operária e sua atuação política. Faltava contudo a referência especial e exclusiva a esse importante agente da história política brasileira contemporânea, o que nos vem agora na forma de um trabalho sistemático e exaustivo.

"Movimento Operário no Brasil" é, antes de mais nada, temática e metodologicamente bem estruturado. Em suas duas

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

partes — "A Condição Humana" e "Organização e Ideologia" — desfilam os principais problemas enfrentados concretamente pelo operariado à época, mas também aqueles com que se defronta o "fazedor" de história hoje. O trabalho na fábrica, a vida no sindicato, a participação política do movimento operário, os partidos e grupos ideológicos, as posições dos socialistas, anarquistas e comunistas são alguns dos inúmeros temas focalizados por Carone, através de criteriosa seleção de textos. Evidentemente, o levantamento não poderia ser completo — toda antologia é seletiva — mas os documentos escolhidos são altamente significativos e exemplares de cada questão abordada. Como afirma o autor, em sua introdução, "mesmo que se preocupe com a totalidade dos fatos, (a antologia) se vê obrigada a restringir-se aos aspectos sintomáticos do processo, para acentuar as características do fenômeno a ser estudado" (p. 9).

Se a antologia em si nos parece digna de elogios, a introdução precisamente constitui-se objeto de comentários, senão de reparos. Ao caracterizar o movimento operário brasileiro como reflexo do europeu o autor perpetra, de seu ponto de vista, uma redundância, já que para ele "a realidade brasileira reproduz parte da européia" (p. 3). Se o Brasil, nos estágios iniciais de sua constituição como sociedade industrial capitalista, inevitavelmente não podia deixar de reproduzir a experiência européia, inclusive quanto às formas organizativas do trabalho social urbano, é evidente que aqui também o movimento operário deverá refletir o modelo europeu. Isto porque a própria "matéria prima" desse movimento já vem formada e educada para determinado tipo de organização e ideologia, reatando aqui os vínculos com suas correntes de origem.

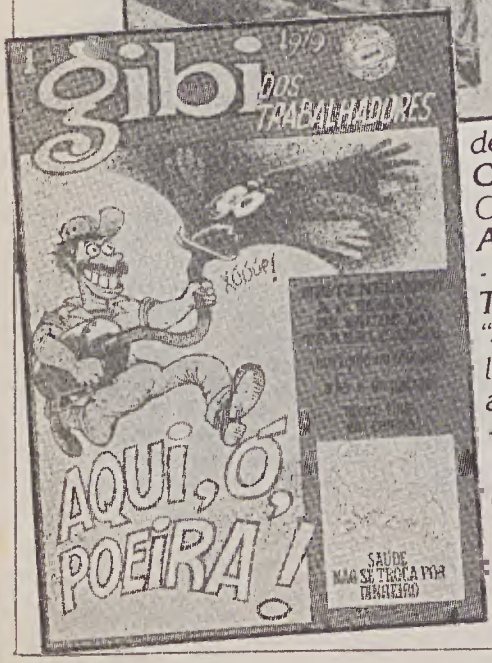
Mas este molde europeu — e isto é quase uma tautologia — é apenas o ponto de partida, já que devido a uma série de outros fatores, de outras variáveis sociais, o movimento operário brasileiro se afasta consideravelmente de seu congênere europeu. Contentariamo-nos apenas em assinalar aqui a falta de uma unidade nacional da sociedade brasileira — ainda em processo de formação — de um substrato cultural comum às classes subalternas, de um mesmo universo de referência, inclusive linguístico, a falta enfim de uma maior uniformização e homogeinização dos "agentes sociais operários", tudo isto parece constituir-se em especificidade histórica do movimento operário brasileiro, conformando outra experiência quanto a seu social que não aquela conhecida na Europa. Estes fatores se nos afiguram mais relevantes que a repetição cansativa de

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

certas particularidades das condições de industrialização no Brasil, como, por exemplo, a "desigualdade do desenvolvimento regional" (p. 6) que, se se considera a experiência da industrialização na França ou na Itália, não é nada específica do Brasil.

Em outras passagens de sua introdução, igualmente, Carone parece confundir a vontade subjetiva de uma vanguarda operária, isto é sua fração consciente constituída em partido político ou sindicato militante, com o movimento operário em seu conjunto que, em suas condições objetivas de luta, não logrou imprimir mudanças fundamentais à sociedade global, como o fizeram por exemplo diversos movimentos operários nacionais na Europa, ainda que em escala reformista. Mas estes são detalhes para discussão entre cientistas sociais e que não obscurecem em nada o valor da antologia de Carone para todo estudioso ou interessado na história de nosso movimento operário.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM



Nenhuma destas publicações você acha nas bancas...

...mas podem ser conseguidas pelo reembolso postal.

Os preços por unidade são os seguintes: da série, "O Povo e seus Poetas", o cordel de Rafael de Carvalho, **Dê o Mote Companheiro** - Cr$ 10,00. O cordel de Laerte Coutinho, **A Vida Eterna de Santo** - Cr$ 10,00. **O Gibi dos Trabalhadores,** n.º 1 da série "Saúde", que transpôs à linguagem de quadrinhos as conclusões da 1.ª SEMSAT - Cr$ 10,00. Os pedidos são feitos à **OBORÉ** Editorial Jornalismo Sindical rua Caetés, 84 - tels.: 864-3271 - 864-4028 - Perdizes S.P. CEP 05016

OBORÉ

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

NÚMEROS PUBLICADOS

N.º 1, Julho/Setembro de 1978: Considerações em torno da questão feminina; Jorge Figueiredo, Uma análise crítica da economia brasileira; José de Souza Martins, Campo x Cidade: a exploração do homem e da mulher; Ana Lúcia Goulart de Faria e outros, A expectativa do professor em relação ao aluno como manifestação da ideologia da classe dominante; Ana Maria Ferreira Dubois, Carmozina. Resenha: "A metade do Céu" de Claudie Broyelle.

N.º 2, Outubro/Dezembro de 1978: Entrevista com Fernando Henrique Cardoso, Democracia hoje; Maria Stella Martins Bresciani, Democracia, Democracias; Edgar Salvadori de Decca, Democracia e classe operária; José Eduardo Passos Jorge e outros, Saúde e democracia; Maria Salonilde Ferreira, Orientação Educacional e o contexto educacional brasileiro; Paulo Roberto de Almeida, O momento político brasileiro; Depoimento: A mulher e o trabalho; Fátima Miranda, Estado civil; Resenha: "A nova mulher e a moral sexual" de Alexandra Kollontai.

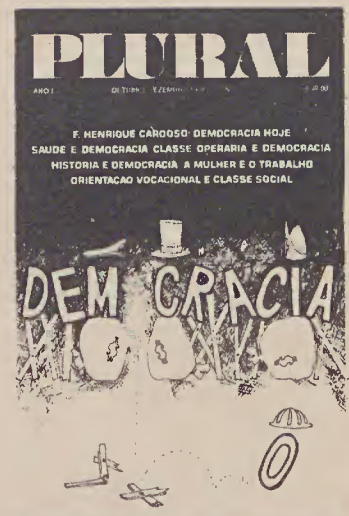
N.º 3, Janeiro/Março de 1979: Entrevista com Carmem Junqueira, Índio: um problema do branco?; Manoel Moreno Fraginals, A História como arma; Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, Alguns aspectos da vida operária em São Paulo: 1927/1934; Amneris Maroni, A proposta não é uma vida melhor mais uma vida radicalmente diferente; José Cláudio Barriguelli, Direita, Volver!; Depoimento: Luís Eduardo Greenhalgh, Movimento pela Anistia; Maria do Carmo de Andrade, Hera; Resenhas: "Operário, Operária" de Arackcy Martins Rodrigues; "Mulher, Objeto de cama e mesa" de Heloneida Studart; "Mulheres da Vida" org. Leila Miccolis.

N.º 4, Abril/Junho de 1979: Associação Nacional de Iniciativas Civis de Proteção ao Meio Ambiente, Os efeitos de acidentes graves em centrais de reprocessamento e usinas atômicas; Entrevista com Jorge Jatobá, Desigualdades Regionais; José de Souza Martins, Terra e Liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal; Rita F. Bettini, Sobre a neutralidade científica: a inutilidade da ciência; Renato Oliveira da Motta, O movimento operário e sindical: algumas experiências; Pedro Rodrigues, Roberto Morena: 60 anos de militância sindical; Lenin, Sobre as greves; Josefa Aparecida G. Grigoli, Algumas notas sobre o caráter ideológico da educação numa sociedade de classes e sua viabilidade como instrumento de transformação do social; Ana Lúcia G. de Faria e Sandra M. C. Carvalho, Autonomia Relativa da Educação: um estudo preliminar; Alvaro Cardoso, Sobre o procedimento em arte, a arte do ator e a biomecânica; Depoimento: A mulher e o trabalho; Getúlio Alho, A suspeita; Resenhas: "Uma Escola para o povo" de Maria Tereza Nidelcoff; "O poder do sindicato" de Luciano Lama.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

LEIA E ASSINE

PLURAL



ENVIE CHEQUE NOMINAL EM FAVOR DE
LETÍCIA RITA BONATO PARA O NOSSO ENDEREÇO:
RUA CAPOTE VALENTE, 411/102 — 05409 — S. PAULO — SP.
ASSINATURA ANUAL: — 4 NÚMEROS — Cr$ 360,00
NÚMEROS ATRASADOS: PREÇO DE CAPA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM